

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

GIULLIANO COUTINHO

Mário de Andrade e as ideologias geográficas: Entidade e Território
em *Macunaíma – o herói sem nenhum caráter*

São Paulo
2017

GIULLIANO COUTINHO

Mário de Andrade e as ideologias geográficas: Entidade e Território
em Macunaíma – o herói sem nenhum caráter

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia Humana.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto

São Paulo
2017

Nome: COUTINHO, Giulliano.

Título: Mário de Andrade e as ideologias geográficas: Entidade e Território em Macunaíma – o herói sem nenhum caráter.

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof.Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Para José Rodrigues da Silva, meu avô.

Também de 9 de outubro.

In memoriam

Para Denise Aparecida da Silva, minha mãe.

Que partiu sem se despedir.

In memoriam

AGRADECIMENTOS

O agradecimento mais importante é para a minha querida, amada e guerreira avó Cerize da Rosa e Silva. Sua força, equilíbrio e serenidade para enfrentar os desafios da vida foram a minha luz no momento mais difícil de nossa vida em família.

Em seguida, ao meu querido irmão Álvaro Coutinho, pelos momentos de leveza e descontração.

Sou muitíssimo grato ao Bibliotecário Eduardo José de Jesus Conceição, da Biblioteca Mário de Andrade, pela presteza no auxílio da localização de referências bibliográficas.

Igualmente ao Professor Alberto Ikeda, que gentilmente me apresentou o documentário “Nas trilhas de Makunaima”.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do Departamento de Geografia-FFLCH/USP, especialmente a Rosângela, por sua presteza e gentileza incomparáveis.

Aos funcionários da Biblioteca Florestan Fernandes, José Mindlin e IEB-USP.

Aos professores Paulo Godoy, de Geografia (UNESP/Rio Claro), e Priscila Figueiredo, de Literatura Brasileira (USP/FFLCH). As observações, críticas e sugestões no exame de qualificação foram fundamentais para o aperfeiçoamento do trabalho.

Um agradecimento muito especial ao Professor Manoel Fernandes, meu orientador. Sua generosa acolhida, valiosas sugestões, precisas observações e, acima de tudo, sua infinita compreensão na conflitante relação entre pesquisa e fatos da vida, proporcionaram a segurança e a confiança necessárias para o desenvolvimento do trabalho.

Por fim, mas não por último, sou profundamente grato a CAPES pela concessão da bolsa para o desenvolvimento da pesquisa.

A primeira questão que se põe para mim, é saber se Macunaíma é mesmo inteligível. E mais: se será explicável alguma obra vívida da literatura. Para mim, elas são milagres. Por mais e melhores dados que se tenha compilado e reelaborado aqui – e é inumerável a quantidade deles e altíssima sua relevância – suspeito muito que Macunaíma permanece um mistério.

Darcy Ribeiro

RESUMO

COUTINHO, Giulliano. **Mário de Andrade e as ideologias geográficas: entidade e território em *Macunaíma – o herói sem nenhum caráter***. 2017. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Esta pesquisa tem como finalidade estimular uma reflexão sobre a busca incansável efetuada por Mário de Andrade pela descoberta da entidade nacional brasileira e da gênese do território nacional na obra *Macunaíma – o herói sem nenhum caráter*. Escrita nos anos 1920, essa década é reconhecida como momento fundamental do aparecimento de uma concepção moderna de Brasil. No interior dessa concepção destacam-se aquelas ideias acerca da nacionalidade e da identidade brasileiras, trazendo consigo densa análise acerca da espacialidade. Apoiando-se nessa ideia, delineou-se, a partir da organização do espaço no Brasil, uma concepção de entidade e de formação territorial brasileiras em Mário de Andrade sinalizadas em *Macunaíma*, tido como um dos mais expressivos intelectuais brasileiros do período. Trata-se de um estudo em que a figura do indivíduo expressivo de Lucien Goldmann – assim como a do intelectual de Antonio Gramsci – constitui-se como roteiro metodológico básico. As transformações no seio da sociedade brasileira e suas manifestações sobre a produção do espaço na elaboração de uma identidade nacional ocupam neste trabalho uma das principais preocupações.

Palavras chave: Mário de Andrade. *Macunaíma*. Ideologias Geográficas. Formação Nacional Brasileira.

SUMMARY

COUTINHO, Giulliano. **Mário de Andrade and the geographic ideologies: entity and territory in Macunaíma - the hero with no character.** 2017. 160f. Dissertation (Master in Human Geography) - Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences. University of São Paulo, São Paulo, 2017.

This research aims to stimulate a reflection on the tireless search made by Mário de Andrade for the discovery of the Brazilian national entity and the genesis of the national territory in the work *Macunaíma - the hero with no character*. Written in the 1920s, this decade is recognized as the fundamental moment of the emergence of a modern conception of Brazil. Within this conception stand out those ideas about Brazilian nationality and identity, bringing with it a dense analysis about spatiality. Based on this idea, a conception of Brazilian territorial entity and formation in Mário de Andrade, signaled in *Macunaíma*, was considered as one of the most expressive Brazilian intellectuals of the period. It is a study in which the figure of the expressive individual of Lucien Goldmann - as well as that of the intellectual of Antonio Gramsci - constitutes as basic methodological route. The transformations within Brazilian society and its manifestations on the production of space in the elaboration of a national identity occupy in this work one of the main concerns.

Keywords: Mário de Andrade. *Macunaíma*. Geographical Ideologies. Brazilian National Formation.

SUMÁRIO

PALAVRAS INICIAIS.....	1
-------------------------------	----------

Capítulo 1

MOVIMENTOS DA TRANSIÇÃO DOS ANOS 1920 NO BRASIL

1.1 Sociedade e território em transformação.....	6
1.2 O protagonismo do operariado e a fundação do Partido Comunista em 1922.....	16
1.3 O protagonismo dos tenentes e a Coluna Prestes (1925 – 1927).....	26
1.4 O movimento modernista e a Semana de 1922.....	35

Capítulo 2

A NACIONALIDADE BRASILEIRA EM DEBATE

2.1 O papel dos intelectuais.....	45
2.2 A identidade nacional em redefinição.....	57
2.3 O papel do <i>meio</i> e da <i>raça</i> na tradução da nacionalidade brasileira.....	72

Capítulo 3

MÁRIO DE ANDRADE E AS IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS: ENTIDADE E TERRITÓRIO EM *MACUNAÍMA: O HERÓI SEM NENHUM CARÁTER*

3.1 Macunaíma e a entidade brasileira.....	81
3.2 Passagens das ideologias geográficas.....	93
3.3 A formação territorial e a nacionalidade brasileiras.....	105

PALAVRAS FINAIS.....	116
-----------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120
--	------------

ANEXO: QUADRO BIOBIBLIOGRÁFICO DE MÁRIO DE ANDRADE.....	132
--	------------

As proposições nos estudos sobre a história do pensamento geográfico constituem um fértil manancial de pesquisa e reflexão. Um dos mais ricos, sem dúvida, concentra-se junto ao diálogo entre a geografia humana – compreendida enquanto história territorial¹ – e a literatura. No entanto, sua articulação se mantém como um grande desafio para os geógrafos e demais pesquisadores interessados em desbravar a trama da construção de valores simbólicos e/ou reais acerca do sentimento de pertencimento ao território brasileiro.

Manifestações diversas de um tempo são transmitidas por intermédio dos textos literários, de maneira extremamente particular, uma vez estes estando ligados à criação artística. Desta forma, o escritor é visto como um intelectual de seu tempo. Escrevendo sobre o cotidiano ou não, sua produção é carregada das necessidades, preocupações, possibilidades dos homens com os quais convive:

... se o indivíduo só raramente tem uma consciência verdadeiramente completa da significação e da orientação de suas aspirações, de seus sentimentos, de seu comportamento, nem por isso ele deixa de ter uma consciência relativa. Só raramente, indivíduos excepcionais atingem, ou pelo menos quase atingem, a coerência integral. Na medida em que chegam a exprimi-la, no plano conceitual ou imaginativo, serão filósofos ou escritores; e suas obras serão tanto mais importantes quanto mais se aproximarem da coerência esquemática de uma visão de mundo, quer dizer do máximo de consciência possível do grupo social que exprimem².

Entretanto, as dificuldades envolvidas numa empreitada que anseia por iluminar a *máxima consciência possível* numa obra de cunho artístico e que, não raras vezes, tenciona evadir-se de seu mundo, de seu tempo são amplamente admitidas. Nesse sentido, ante o desafio, alguns pontos considerados fundamentais serão destacados, a fim de elucidar os elementos significativos da obra para, então, nos aproximarmos na compreensão das relações entre o território brasileiro e cultura em *Macunaíma*.

Elaborada em 1926, ampliada em 1927 e publicada em 1928, a obra de Mário de Andrade vem sendo objeto de análise diligente, com análises consagradas no âmbito da crítica literária nacional. Desdobrando, por conseguinte, na publicação de artigos, periódicos,

¹ A adesão metodológica não é gratuita, pois “aqui interessa a historicidade materialista discutida numa perspectiva dialética, isto é, parte-se de uma postura de método que se pensa ontologicamente em termos históricos” (Moraes, A. C. R., “A geografia humana como história territorial”. In: *Território e História no Brasil*, 2002, p. 47).

² Goldmann, L., 1967, p. 20.

organização de (re)edições críticas e bibliográficas, além de tema de realização de eventos acadêmicos e culturais, sobretudo no ano de 2015, quando foram completados 70 anos do falecimento do autor e, assim, contribuindo para uma ampliação da produção crítica então vasta.

Um exame minucioso das relações entre território e cultura sob uma ampla produção crítica textual, a fim de torná-lo relevante, é uma empreitada de feitura e seleção penosas, uma vez que a qualidade positiva dos trabalhos publicados sobre *Macunaíma* é abundante. Nesse sentido, a pleora de trabalhos publicados e à disposição subtrai o ânimo, quando muito, desaconselha qualquer empenho de análise interpretativa. Com isso, os riscos de ausências notáveis e de repetições analíticas elevam-se. Apesar da existência de fontes bibliográficas de acesso facilitado por intermédio de bancos de dados na internet, reunir *uma* bibliografia que auxilie de maneira saliente no estudo rigoroso da obra não muda de lugar o empecilho de vencer barreiras, dificultado, diversas vezes, como apontado, por uma seleção criteriosa e precisa. A reunião bibliográfica verte-se, portanto, presunçosa, em razão da cadência veloz da produção crítica, igualmente das facilidades de acesso às fontes, em virtude da ampla divulgação por meios digitais. Diante disso, o caminho escolhido fora recolhê-las em jornais da época, revistas especializadas contemporâneas ao período, isto é, as *fontes primárias*, em bibliotecas e acervos a fim de aproximar os propósitos do trabalho ao contexto temporal e espacial nos quais a obra e o autor estão inseridos. Enquanto um registro íntimo e direto dos acontecimentos, tais fontes iluminam as forças contemporâneas em jogo tangíveis ao momento em questão, sejam as políticas, sejam as culturais.

Desta maneira, emancipar a obra de um conjunto de valores cristalizados, e alguns consagrados pela historiografia literária desde a publicação em 1928, sobretudo os de Manuel Cavalcanti Proença em *Roteiro de Macunaíma*, nos anos 1950, e de Gilda de Mello e Souza em *O Tupi e o Alaúde*, nos anos 1970, pressupõe adentrar e discutir as relações entre cultura e território pela trilha das *ideologias geográficas*³ nas quais efetivaram sua confecção. Nesse sentido, compreendendo-as enquanto um “conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca de seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas⁴”, torna-se

³ Moraes, Antonio Carlos Robert. *Ideologias Geográficas*. 5ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.

⁴ Moraes, A. C. R., *op. cit.*, p.32

evidente a possibilidade de que a literatura esteja entre os principais veículos de reflexão das relações apontadas, quiçá um dos mais importantes no território nacional⁵.

Nela, os embates mediante as tendências discursivas sobre o território brasileiro, o regionalismo e sua recusa, por exemplo, que compuseram as controvérsias acerca do “destino nacional”, ficaram marcadas, igualmente, por relações que ultrapassaram os limites da reflexão eminentemente literária e adentraram na densa rede de discursos sobre o espaço brasileiro subjacentes àqueles consagrados. Essa malha geográfica discursiva estabelecera, portanto, enquanto cenário, uma intrincada relação com o momento tenso da modernização do território brasileiro na década de 1920.

A década na qual se insere a publicação de *Macunaíma* é considerada um momento de transição política, econômica, social e cultural no Brasil⁶. Caracterizada pela multiplicidade de forças em curso, expressa o movimento de ruptura e continuidade dos processos que vinham fluindo sub-repticiamente no país desde meados do final do século XIX⁷. Tal multiplicidade é marcada pelo intenso embate entre os grupos sociais no Brasil, qual seja, a oligarquia cafeeira *versus* empresariado industrial *versus* operariado urbano.

Por sua vez, a intelectualidade brasileira acompanhando esse movimento de transição, e desejosa por mudanças e transformações no país, sobretudo após o desencadeamento das tendências de forte apelo nacionalista com o fim da I Guerra Mundial (1914 – 1918), irá tematizar o assunto acerca da nação e da identidade nacional brasileira⁸, fermentando o tom acalorado dos debates e embates entre os grupos acima mencionados.

O contexto da transição com suas características sociais, políticas e culturais testemunha o surgimento da geração de Mário de Andrade, organizando-os e levando-os na realização da *Semana de Arte Moderna* em 1922. Engendrando todo o processo de reflexão sobre o país e a identidade nacional, e futuramente à construção de *Macunaíma*, Mário de Andrade, diferentemente da grande maioria dos intelectuais do período, dialoga a formação nacional a partir de um cruzamento, nada linear, entre a cultura e a natureza brasileiras, problematizando, porventura aí, a questão da modernidade no Brasil e de sua potencialidade em relação às demais nações no mundo. Nesse sentido, o papel da literatura nesse período

⁵ Sobre esse ponto, diz Antonio Candido: “Constatemos de início [...] que as melhores expressões do pensamento e da sensibilidade têm quase sempre assumido, no Brasil, forma literária. (...) Diferentemente do que se sucede em outros países, a literatura tem sido aqui, mais do que a filosofia e as ciências humanas, o fenômeno central da vida do espírito”. (Candido, A., *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 4ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 130)

⁶ De Lorenzo, H. C. & Costa, W. P. da, 1997.

⁷ Fernandes, F., 1976.

⁸ Ortiz, R., 2006.

contribuiu eficazmente no desenho de uma consciência nacional por meio de pesquisas sobre o modo de vida e espaço brasileiros⁹.

Ao problematizarem a questão da identidade nacional brasileira, está implícita ou explicitamente o momento embaraçoso do desenvolvimento territorial do capitalismo no Brasil. Ao longo deste processo, diversas teorias e modelos serão utilizados, por exemplo, entre aqueles que debatiam a questão racial e seu sincretismo no Brasil, o que para muitos intelectuais seria a principal causa do “atraso” brasileiro. Foi o caso de Oliveira Vianna (1883 – 1951) e Sílvio Romero (1851 – 1914), ao passo que Euclides da Cunha (1866 – 1909) e mesmo Gilberto Freyre (1900 – 1987), defendiam a miscigenação como a alternativa para construir o Brasil¹⁰. Desta maneira, como pano de fundo deste debate público está a questão do território e de sua integridade, as diferenciações culturais em termos regionais, assim como a questão da natureza e sua influência nas perspectivas de desenvolvimento do capitalismo.

Ao contrário daqueles que viam na importação e na metamorfose das teorias e modelos europeus implantados no Brasil, Mário de Andrade, com base nos estudos sobre a música, o folclore e de sua viagem etnográfica pelo litoral brasileiro e pela Amazônia, irá pautar da discussão sobre a identidade nacional, a partir de uma história própria, no qual Macunaíma, o herói, é o produto histórico entre a fusão da natureza e a cultura do território nacional. Em suma, “são reflexões espaciais não nomeadas como geográficas¹¹”.

Na medida em que o espaço emerge como um argumento pela elite intelectual, ocorre de modo análogo pela elite política e econômica como elemento aglutinador de uma proposta de Estado Nacional e de construção da Nação. Ademais, emerge também como um elemento importante para a resolução dos problemas políticos de modernização do território e ao mesmo tempo um instrumento chave para a construção da Nação por meio da recriação institucional do Estado.

A fim de apresentar adequadamente os propósitos deste trabalho, analisado sob os parâmetros das *ideologias geográficas*, compreendidas aqui enquanto veículo dos discursos e dos projetos sobre o território brasileiro, a organização deste trabalho está disposta fundamentalmente por três capítulos, além da introdução e das considerações finais.

O capítulo inicial situa o período em que foi redigida a obra: a década de 1920. Uma época de transição econômica, política e cultural na história brasileira, que reorganizara o capitalismo no território nacional. Fora, portanto, um período de crise da República Velha e

⁹ Candido, A., 1975

¹⁰ Schwarcz, L. M., 1993; Ortiz, R., 2006

¹¹ Moraes, A. C. R., 2005, p.29.

do emergir de uma nova sociabilidade, a qual se discutira apoiada fundamentalmente na interpretação sólida de Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil*. A imigração, a urbanização, a industrialização, a constituição do mercado nacional, o surgimento de uma burguesia industrial e de um proletariado fabril estão articulados na análise empreendida.

Em seguida, enfoca-se o universo cultural da época, discutindo o tema da identidade nacional e do nacionalismo, dando ênfase na temática do papel dos intelectuais nessa conjuntura de transição. Nesse contexto fora introduzido a figura peculiar de Mário de Andrade, em que se buscara avaliar sua concepção singular do modernismo e da brasilidade. A produção do intelectual paulistano é então problematizada, buscando relacionar suas pesquisas sobre o folclore nacional, seu conhecimento empírico do território brasileiro com a produção literária realizada.

Por fim, o trabalho se encerra adentrando na análise da obra, buscando articular seu contexto de elaboração, pois o livro fora escrito entre 1926 e 1927, conhecendo a primeira edição no ano seguinte, relacionando ao conteúdo do texto. As passagens de maior conteúdo geográfico do romance foram enfatizadas, como as referentes à concepção espaço, território e região. Nesse exercício, afinidades foram apontadas aos pressupostos das ideologias geográficas, buscando identificá-las por meio de citações do romance e do autor.

Portanto, o objetivo deste trabalho é apresentar a problemática em Mário de Andrade para a construção da identidade nacional brasileira, por meio de Macunaíma, enquanto produto de uma relação entre história territorial, história da natureza, e dinâmicas culturais regionais, procurando romper ao mesmo tempo com os arquipélagos regionais que ainda eram as matrizes espaciais de boa parte da intelectualidade brasileira.

1.1 Sociedade e território em transformação

Qual o alcance e o grau de estabilidade dessa transformação política? Contará a burguesia com condições econômicas, sociais e políticas para aproveitá-la em uma recomposição mais vasta, repetindo a proeza da aristocracia agrária durante o Império? Teremos, de novo, uma sólida democracia restrita, fortalecida por trás de uma ordem civil aberta apenas para os privilegiados, mas apta a falar em nome da nação e a tratar os assuntos coletivos como matéria privada (ou vice-versa)?

Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil*.

O decênio de 1920 constituíra-se um arco de transformações substanciais no território brasileiro. O movimento das ideologias geográficas presente no decurso das metamorfoses do período em questão apresentara-se não raro ordenados pelos arranjos de *civilização* e de *modernização*¹², que afiançara e marcara nelas, com efeito, a veiculação dos discursos e dos projetos sobre o território nacional, compreendendo-as enquanto uma modalidade de explicações e de formulações teóricas no interior da sociedade brasileira. Destarte, como esses processos de arranjos atomizam a importância e a validade das peculiaridades vernáculas nas concepções e nas representações acerca do *espaço* diante das transformações em curso, refletir sobre o território nacional nas suas singularidades, nesse contexto, significa transitar no plano das ambiguidades e das relações de tensão prescritas nesse aro de metamorfoses e engendradas tanto na sociedade quanto no território.

As ambiguidades e as tensões dessas transformações trazem como marca um esforço de inutilização das diferenças sociais e territoriais, edificando um discurso substituto que as naturalizam e as planificam, ao circunscrevê-las no universo dualista e maniqueísta do sertão e do litoral, do primitivo e do civilizado, do arcaico e do moderno, do atraso e do progresso,

¹² Cf. MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

do urbano e do rural, do velho e do novo, e, com isso, veiculando julgamentos e projetos dotados de carga ideológica precisa nos quais são confrontados enquanto elementos que obstaculizam uma viabilidade esquemática exitosa de superação. A montagem desse discurso dicotômico, enquanto parâmetro dominante na difusão das ideologias geográficas do período em questão, acompanhados dos juízos de valores advindos dessa condição, sobretudo racistas, é um instrumento poderoso na arquitetura de uma tradição no alvor da Independência que ocorrera em 1822. Logo, o exame das peculiaridades da história territorial brasileira, sob a aparência falsa confeccionada pela divisão do país em dois eixos antagônicos, implica desmascarar suas fragilidades e limitações que almejam anular as contradições.

Ao romper-se com a condição colonial, a emancipação política engendrara uma “situação nacional” ao pavimentar um caminho para uma sociabilidade burguesa em emergência, fora enquanto uma modalidade personalista fora enquanto formação social, obstruída até aquele momento pela disposição ordenada do regimento colonial no território, isto é, da grande lavoura exportadora e das relações escravocratas. Igualmente, engendrara o desenvolvimento do comércio em consonância com a vida urbana. Nesse sentido, o amálgama desses elementos contribuíra para alicerçar o Estado recém-independente preparando-o para uma “construção do país”. Não obstante, o dispêndio com a preservação do sistema escravocrata polarizara o território brasileiro sob uma estrutura heteronômica, com base no qual o protótipo fora a vasta propriedade agrícola destinada à exportação, de um lado, e uma dinâmica autonomizante centrada no mercado interno, de outro.

A modalidade de organização social em ascensão, sob esse contexto, engendrara os agentes burgueses mediante o quadro em vigor, no qual os arranjos se aproximaram ante um estamento do que enquanto classe, cujo rompimento dessa disposição dera-se com base na inserção dos imigrantes e dos proprietários das fazendas de café na fronteira agrícola. Ainda que a introdução do trabalho assalariado e da solidificação do “capitalismo competitivo¹³”, isto é, a consolidação e a disseminação do mercado no final do século XIX tenham ocorrido, as potencialidades de uma racionalidade burguesa não foram amplamente liberadas, no entanto. Ocorrera na verdade uma acomodação das formas econômicas opostas, quiçá antagônicas, compondo uma sociedade híbrida dotada de formação social precisa, isto é, o “capitalismo dependente¹⁴”, no qual há uma associação da burguesia nacional ao capital internacional, cuja marca fora a coexistência e o trato conflitante entre as forças oligárquicas e

¹³ Cf. FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2006.

¹⁴ Fernandes, F., *op. cit.*, 2006.

burguesas. Apesar disso, a repercussão das disputas entre ambas as forças, sobretudo quando iniciadas pela burguesia, não se expandira para outros setores da sociedade, mas antes permaneciam circunscritas a elas:

Podia discordar da oligarquia ou mesmo opor-se a ela. Mas fazia-o dentro de um horizonte cultural que era essencialmente o mesmo, polarizado em torno de preocupações particularistas e de um entranhado conservantismo sociocultural e político. O conflito emergia, mas através de discórdias circunscritas, principalmente vinculadas a estreitos interesses materiais, ditados pela necessidade de expandir os negócios. Era um conflito que permitia fácil acomodação e que não podia, por si mesmo, modificar a história¹⁵.

Nesse sentido, a complexidade e a peculiaridade desse quadro avançaram e se intensificaram nos anos 1920, mergulhando a sociedade brasileira durante o decênio em questão num período de transformações profundas. Um período na qual a multiplicidade de forças em curso expressara o movimento de ruptura e de continuidade de processos que vinham ocorrendo naquele momento. Tradicionalmente atribuído como o período da crise da hegemonia cafeeira, na verdade essa década expressa

... o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas de poder (...) Essa recomposição marca o início da modernidade, no Brasil, e praticamente separa (...) a ‘era senhorial’ (ou o antigo regime) da ‘era burguesa’ (ou a sociedade de classes)¹⁶

Esse interstício da “era senhorial” para a “era burguesa”, consubstanciado pela transição na recomposição do poder, consistira num amplo conjunto de acontecimentos que já vinha fluindo sub-repticiamente no espaço brasileiro desde meados do final do século XIX e intensificando-se na década de 1920. Assinalara também uma mudança nas mentalidades, no decurso da introdução de um novo *modus vivendi*, animado justamente por esse momento de transição, marcado pela busca da valorização da arte e cultura brasileiras ao ritmo da 2ª Revolução Industrial, cuja tarefa fora empreendida pelos modernistas da Semana de Arte Moderna em 1922.

Dentre as razões desse amplo conjunto de acontecimentos, destacamos:

¹⁵ Fernandes, F., *op. cit.*, p. 241.

¹⁶ *Ibid.*, p. 239.

O censo de 1907 apontava a existência de 3.528 estabelecimentos, com 67 mil contos de capital, empregando 15 mil operários, produzindo um valor de 140 mil contos. O censo de 1920, por sua vez, apontava a quase quadruplicação do número de estabelecimentos, que subiu para 13.490. O capital invertido atingiu 1 milhão e 800 mil contos, o contingente operário chegou a 280 mil e o valor da produção atingiu 990 mil contos.

O crescente aparecimento de usinas de energia elétrica pode ser tomado como um efeito do crescimento acima mencionado. Em 1890, havia duas usinas hidrelétricas. Entre 1900/1910, foram fundadas mais 77 usinas e, entre 1915/1922, mais 152. Em 1890, as duas usinas produziam 10.000 HP e, em 1915, a produção passou a ser de 200.000 HP. Entre 1910/1920, a capacidade de produção de energia instalada no Rio de Janeiro passou de 79.367.850 KW para 276.027.020. São Paulo, por sua vez, passou de 48.918.360 KW para 164.499.100 KW¹⁷.

Estes acontecimentos foram proporcionados, segundo Perissinoto (1994), pela constituição de um novo *bloco no poder*¹⁸ no interior do complexo grupo da oligarquia cafeeira: a burguesia industrial. Porém, seu surgimento não pode ser encarado como um apêndice da economia agroexportadora. Tampouco como uma alternativa à acumulação de excedentes em alguns pontos do território brasileiro, como na cidade de São Paulo, apesar das ligações estreitas entre a industrialização e a economia cafeeira¹⁹ – muitas vezes marcada pela comercialização e transação bancária entre o Brasil e a Europa, além da importação de máquinas²⁰. Seu aparecimento corresponde à necessidade de autoafirmação da incipiente burguesia industrial enquanto *fração autônoma de classe*²¹.

Para adquirir espaço no centro de comando, a burguesia industrial se organizara em torno de Centros Industriais e Associações Comerciais, tendo como expressão mais representativa desse movimento a figura de Roberto Simonsen (1889 – 1948). Sob a sua liderança, a burguesia industrial fora definindo sua pauta de reivindicações e estabelecendo um discurso próprio caracterizado pela oposição ideológica frente à oligarquia cafeeira, marcada pela “vocalização agrícola” brasileira. Dentre os discursos daqueles que defendiam a industrialização, cabe destacar os prejuízos causados pela economia cafeeira às finanças do Estado, em função da importação de produtos manufaturados indispensáveis à sobrevivência nacional e a posição subordinada que o país ocupava perante aqueles que já dispunham de uma atividade industrial mais intensa. Por sua vez, a pressão por medidas protecionistas – em

¹⁷ PERISSINOTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994, p. 131.

¹⁸ Perissinoto (1994, p. 27) esclarece que “o conceito de *bloco no poder* refere-se estritamente à *luta política entre as classes dominantes* e o conceito de hegemonia, tal qual elaborado por **Poulantzas**, à *relação de subordinação que se estabelece entre elas*” (grifo nosso).

¹⁹ *Ibid.*, 1994.

²⁰ Granziera, R. G., 1997.

²¹ Perissinoto, R. M., 1994.

franca oposição ao livre-cambismo defendido pelos cafeicultores – surgia como instrumento indispensável nesse movimento pela industrialização.

A influência exercida pelos grupos industriais dera-se principalmente pelo Centro Industrial do Brasil, criado em 1904, cujo objetivo principal central fora salvaguardar a indústria em todo o território nacional²². Sua constituição se dera por meio da fusão entre o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro e da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, constituída durante o período imperial²³. A importância do órgão fora atingida em virtude das habilidades empreendedoras de seu presidente: Jorge Street (1863 – 1939)²⁴. Suas ações na presidência concederam à entidade grande credibilidade e eficiência no debate pró-industrialização. Posteriormente, mudou-se para São Paulo e tornou-se presidente do Centro Industrial da cidade.

Em relação ao movimento peculiar da burguesia brasileira, observa-se o seguinte:

... a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político, antes de converter a dominação sócio-econômica no que Weber entendia como ‘poder político indireto’. As próprias ‘associações de classe’, acima dos interesses imediatos das categorias econômicas envolvidas, visavam exercer pressão e influência sobre o Estado e, de modo mais concreto, orientar e controlar a aplicação do poder político estatal, de acordo com seus fins particulares²⁵.

No entanto, o embate entre a burguesia industrial e a oligarquia cafeeira não se resumira apenas ao ataque da primeira à segunda. Esta última justificava que a “vocação agrícola” brasileira apoiava-se na posi o econômica mundial que o país ocupava, atribuindo uma espécie de “*status quo*” ao espaço brasileiro. Além disso, a natureza “artificial” de nossas indústrias, segundo a oligarquia, surgira como argumento complementar a qualquer tentativa de industrializa o. Contudo, a “voca o agrícola” não se restringira   perpetuidade agrária da sociedade brasileira. Na verdade, essa inclina o constituíra-se num forte instrumento de mobiliza o alicerçada pelos rendimentos reais, principalmente sobre as camadas m dias urbanas coniventes com a oligarquia²⁶.

Esta visão fora combatida principalmente por suas lideranças, dentre eles Jorge Street e Roberto Simonsen, com suas reflexões acerca das transforma es na sociedade e no espaço.

²² Cf. Luz, N. V., 1969; Perissinoto, R. M., 1994.

²³ *Ibid.*, *Ibid.*

²⁴ Jorge Street era um dos líderes pr -industrializa o e contra o comércio de importa es durante a Primeira República. Presidente do CIB durante o período 1919 – 1926 possuía indústrias de juta no Distrito Federal, com 400 operários e em São Paulo, com 4 mil operários (Cf. Perissinoto, R. M., 1994, p. 136).

²⁵ Fernandes, F., *op. cit.*, p. 240.

²⁶ Perissinoto, R. M., 1994.

Envolvia, portanto, a transmissão da nova “geografia” do Brasil, marcada pelas mudanças proporcionadas pela industrialização e pela urbanização. Assim, para vencer a luta pró-industrialização, a burguesia industrial teria enfrentado uma batalha contra a oligarquia cafeeira, tanto no campo político quanto no ideológico, sendo auxiliada pela sua capacidade organizacional a fim de obter influência na condução da política econômica brasileira²⁷.

Diante desse quadro, o modo como a oligarquia cafeeira enfrentara esse período de transição não se constituiu na perda imediata do poder que dispunha. Na realidade, esse período fora capaz de propiciar as circunstâncias ideais para que a oligarquia dispusesse do tempo necessário no sentido de converter os efeitos negativos desse embate em algo vantajoso para si. Afinal, o período designado na qualidade de “crise da oligarquia”, na verdade correspondera ao movimento de ajuste da aristocracia agrária à mudança dos ventos nos anos 1920:

... a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição, modernizando-se, onde isso fosse inevitável, irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível²⁸.

Assim, as características da oligarquia cafeeira e da burguesia industrial associadas ao interstício de uma “era” a outra compuseram o quadro do movimento de ruptura e continuidade dos processos que marcaram esse período de transição no Brasil. Por outro lado, as características da sociedade brasileira da década de 1920 não se configuravam exclusivamente segundo as particularidades que envolveram os grupos acima mencionados. Na verdade, o quadro social revelava-se muito mais complexo quando observamos outros segmentos:

A sociedade tem base econômica e social agrária, mas o que ferve é vida urbana; na cidade existe um número significativo de indústrias, mas é o café que dita os rumos da política econômica; os serviços públicos multiplicam-se, mas na cidade, dificilmente chegando ao mundo rural; a política parece reservada aos profissionais liberais e aos militares, que são urbanos, mas o que o sistema eleitoral garante é a representatividade dos fazendeiros; a arte e o moderno insuflados da Europa também têm seu lugar na cidade – tangidos em geral pelos filhos dos ricos proprietários rurais –, mas a sociedade agrária é fechada e patrimonialista, aparentemente intangível por esse tipo de crescimento²⁹.

²⁷ *Idem, idem.*

²⁸ Fernandes, F., *op. cit.*, p. 240.

²⁹ Granziera, R. G., 1997, p.135.

Nesse sentido, fora sob essas contradições que o acúmulo de capital no Brasil ocorrera, provocando grandes transformações. Dentre estas, podemos relacioná-las à estrutura do emprego e ao consumo nos centros urbanos: o setor de serviços e de bens de consumo não duráveis, respectivamente. A compra desse tipo de bem, proporcionada pela industrialização desde meados do final do século XIX, fora capaz de provocar uma forte aglomeração urbana. Como resultado, surgiram demandas como, por exemplo, moradia e saúde, favorecendo as mobilizações políticas e sociais reivindicatórias.

A respeito dessas mobilizações é importante sublinhar que estas irão refletir o momento vivido pela sociedade brasileira: de um lado, o processo de alistamento militar caracterizar-se como exclusivamente urbano, projetando uma euforia revolucionária para suprir as necessidades na cidade, dentre outras exigências. De outro, o aparecimento de um novo tipo de trabalhador: o industrial; protagonista de vários movimentos ao longo das décadas de 1910 e 1920, sobretudo. Desta maneira, o quadro trabalhista na cidade apresentara-se de modo bastante diversificado, pois além deste, ainda houvera o trabalhador da construção civil, os profissionais liberais e os servidores públicos.

Em suma, dentre as razões para esse embrionário desempenho da indústria brasileira e os seus efeitos, esteve a forte crise cafeeira na virada do século XIX para o XX. De um lado, permitira a transferência de capitais para o investimento no setor industrial. De outro, fora capaz de persuadir a estabilização do contingente imigrante nas cidades, especialmente na cidade de São Paulo e imediações. Desta maneira, a “crise” no setor cafeeiro provocara simultaneamente as condições para o estabelecimento do capital industrial e do mercado de trabalho, na qual o crescimento urbano fora uma de suas principais consequências, além da geração de um mercado consumidor, cujo processo colaborara para engendrar a transição em curso:

A transição para o século XX e todo o processo de industrialização que se desenrola até a década de 30 fazem parte da evolução interna do capitalismo competitivo. O eixo dessa evolução, como se sabe, estava no esquema de exportação e de importação, montado sob a égide da economia neocolonial³⁰.

Esse esquema, do ponto de vista territorial, relacionara-se ao modelo herdado do comércio agroexportador constituído durante o período imperial. Sua estrutura fora caracterizada pela conformação de um “arquipélago” de regiões mercantis³¹. Tratava-se de

³⁰ Fernandes, F., *op. cit.*, p. 242 – 243.

³¹ Becker, B., & Egler, C., 1998.

um modelo formado por bacias de escoamento comerciais e que refletira a maneira pelo qual o Brasil inseria-se no comércio mundial. De tal modo que se apresentavam como “regiões da economia-mundo por que articulavam sua ligação com o mercado mundial através de interesses estabelecidos aqui, embora sobredeterminados pelas economias centrais³²”.

Entretanto, na medida em que o eixo dessa evolução avançava gradativamente, as demandas geradas pela atividade cafeeira, sobretudo em relação aos produtos industrializados, possibilitara a constituição de “circuitos intra-regionais de mercadorias, pois as necessidades dos trabalhadores, na sua maioria colonos imigrantes, de alimentos, tecidos e calçados, passaram a ser parcialmente atendidas por indústrias situadas em diversos pontos do território nacional³³” Em virtude disso, a estrutura em “arquipélago” do território brasileiro sofrera rompimento progressivamente, dado não apenas por essas razões citadas acima, mas igualmente pela ampliação e modernização da infra-estrutura dos transportes herdadas do período imperial.

No plano internacional, o estímulo da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), por um lado, facultara a indústria brasileira de suprir as necessidades internas do país, além de promover a constituição de um mercado interno, proporcionado pela atividade acumulativa em momento anterior. Por outro lado, a guerra dificultara a importação, devido às barreiras impostas pelo contexto, além da crise no comércio cafeeiro. Todavia, após o fim do conflito, sobretudo durante a primeira metade da década de 1920, ocorrera uma mudança na incipiente atividade industrial brasileira, sinalizando uma direção irreversível ao processo de industrialização no Brasil:

O término da Primeira Guerra Mundial traria mudanças sensíveis em nossa economia, sendo particularmente atingido o setor industrial (...) Se considerarmos a indústria têxtil, por exemplo, que em valor de produção era a segunda do País, verificamos que apresentava em 1920, 242 estabelecimentos, e que entre 1921 e 1927 ergueram-se mais 112 fábricas, enquanto o número de fusos aumentava 59%, o de teares 33% e o valor da produção 120%³⁴.

Tal atividade contara com os recursos do Estado brasileiro, pois este havia reconhecido a importância da atividade industrial como elemento de emancipação econômica³⁵. Deste modo, a indústria alcançara uma posição de destaque perante o poder

³² *Ibid.*, p. 102-103.

³³ *Ibid.*, p. 111.

³⁴ Luz, N. V., 1969, p. 69.

³⁵ Perissinoto, R., M., 1994.

estatal, não podendo mais ser tratada de maneira secundária. Devido à sua natureza, isto é, uma atividade substituidora de importações, a industrialização surgira como um indicativo eloqüente no equilíbrio das finanças públicas.

Ainda no plano internacional, o fim da Primeira Guerra (1914 – 1918) fora marcado por um deslocamento do centro da economia mundial da Europa para os Estados Unidos³⁶. Ademais, é importante sublinhar também que a Rússia acenava com o fechamento econômico perante o Ocidente, em função das orientações políticas resultantes do triunfo dos bolcheviques.

Após o conflito, o continente europeu encontrava-se arrasado e os países envolvidos viram-se obrigados a reedificar o seu aparato industrial. Nesse sentido, os EUA passaram a centralizar e a polarizar o processo de acumulação de capital. Sustentada pela opinião pública norte-americana – que via no continente europeu palco de desordem e conflitos – e pela Doutrina Monroe³⁷, a política americana inaugurava uma nova fase para as Américas, na qual as atuações dos setores empresarial e governamental seriam indispensáveis à execução de políticas, reajustando o posicionamento externo de todo o continente:

Em suma, tratava-se de um fechamento para a Europa e de uma abertura para o Canadá e a todo o Sul a partir do México, que vai originar, nos anos 20, investimentos na área superiores aos realizados na Europa. E é nesse movimento que será mais uma vez redefinida a posição externa do Brasil³⁸.

Era inevitável que as relações comerciais entre o Brasil e a Europa sofressem um grande abalo, sobretudo no que tange à importação de máquinas. Desta forma, a importância da reposição do parque industrial provocado pelo término do conflito somado à falta de uma política efetiva para o setor no Brasil – que pode estar relacionada ao indício da supremacia dos cafeicultores no período³⁹ – fora capaz de atrair vantagens para o capital estrangeiro, sobretudo o norte-americano. Nesse sentido, a ausência do vínculo entre este e os cafeicultores permitiu a aplicação de capitais isenta de qualquer dificuldade⁴⁰, dando condições e fornecendo instrumentos para a reorganização espacial dos centros urbanos. Dentre esses instrumentos, vale ressaltar a eletrificação e a mudança nos meios de transporte,

³⁶ Granziera, R. G., 1997.

³⁷ A Doutrina Monroe consistia no ideal de “América para os americanos”.

³⁸ Granziera, R. G., 1997, p. 139-140.

³⁹ Sobre essa supremacia, Lahuerta (1992, p. 12-13) assinala: “Durante a Primeira República havia uma efetiva apropriação do aparelho estatal pelas oligarquias dominantes, que, enquanto oligarquias ‘pré-nacionais’, competiam pela ocupação e controle dos pontos nacionais e centrais do poder visando a otimização de suas posições regionais”.

⁴⁰ Granziera, R., G., 1997.

no qual o bonde e o automóvel são os exemplos mais eloquentes. Assim, o moderno começara a invadir lentamente os setores tradicionais da sociedade brasileira.

Outro aspecto que marcou a Primeira da Guerra Mundial (1914 – 1918) fora o desencadeamento das tendências de forte apelo nacionalista, que logo atingiram o Brasil. Todavia, a difusão destas apresentaram feições diferentes: se nas nações envolvidas na guerra esse sentimento exibira-se na sua forma mais hostil, no território nacional transformara o sentido de *nacionalismo*:

A Primeira Guerra Mundial trouxe a questão nacional à ordem do dia, transformando o significado anterior do nacionalismo. Não era mais suficiente o sentimento natural de amor à pátria, calcado na grandeza territorial e nas qualidades das raças que formaram o homem brasileiro - dois traços que caracterizavam o nacionalismo de tipo ufanista. As novas bandeiras nacionalistas propunham um programa de luta e a necessidade de organização de movimentos que deveriam atuar na salvação do país⁴¹.

Dentre as razões para esse sentimento de “salvação do país”, destacamos a imersão numa profunda crise cultural dada pelo desabamento da ordem instaurada pela “belle époque”:

Com a Primeira Guerra Mundial, a segurança e a civilidade burguesa desmoronam e revela-se plenamente o fundo de barbárie que ocultavam, instaurando-se um novo campo cultural, assentado sobre a iminência da crise e da dissolução⁴².

Enfim, a crise gerada pelo conflito, e o seu término, provocara uma diferenciação entre a Europa e as Américas. Se, por um lado, a primeira simbolizava uma expressão de decadência dos valores morais, por outro, a América fora vista a partir daquele momento como o espaço referencial de uma nova civilização e do progresso⁴³. Dentre as consequências estivera o desencadeamento de movimentos importantes no Brasil, dada a complexização social provocada pela industrialização e urbanização associadas ao alinhamento econômico e produtivo aos EUA, tornando a sociedade contrastante e conflituosa.

⁴¹ Oliveira, L. L., 1990, p. 145.

⁴² Lahuerta, M., 1992, p.47.

⁴³ Oliveira, L. L., 1990.

1.2 O protagonismo do operariado e a fundação do Partido Comunista em 1922

O movimento pró-industrialização, associado ao processo de urbanização, provocara uma mudança significativa na estrutura do emprego, formando novos quadros. Dentre estes, uma grande massa de operários emergira nos centros urbanos, sobretudo na cidade de São Paulo, cujo surgimento refletira o desenvolvimento industrial no Brasil.

Entretanto, a ausência de regras que garantissem melhores condições de trabalho resultara em numerosas greves operárias – como a Greve Geral dos Trabalhadores em 1917 – além da constituição de núcleos anarquistas e da fundação do Partido Comunista em 1922. Assim, qualquer tentativa do Estado brasileiro em sancionar leis que beneficiassem os trabalhadores, duras críticas foram feitas por parte da burguesia industrial. E mais: alegara-se que tais medidas comprometeriam o ritmo da produção e a exploração da atividade por parte dos produtores:

Entre 1925 e 1927, particularmente, a burguesia industrial lutou contra varias tentativas de leis que favoreciam os trabalhadores. A lei de férias, por exemplo, de 24 de dezembro de 1925, tinha o seguinte conteúdo: 15 dias de ferias aos empregados comerciais, industriais e bancários, sem prejuízo dos ordenados, de uma só vez ou parcialmente; multa aos infratores no valor de 2:000\$000; Código do Menor, de 1 de dezembro de 1926, que previa a proibição de trabalho para menores de 12 anos em todo o território da República (o limite seria de 14 anos nas indústrias manufatureiras). Várias associações industriais uniram-se contra essas tentativas de regular o trabalho fabril, acusando-as de “socialismo de Estado”. Mais do que reivindicações que implicassem algum custo monetário, os industriais temiam, e não o admitiam, medidas que afetassem o ritmo do trabalho nas fábricas e o nível de exploração do produtor direto⁴⁴.

As críticas feitas pela burguesia industrial fora parte da estratégia da travessia do período de transição no decênio. Apresentando-se como exemplar de civilidade e modernidade, a burguesia não obstante mostrara-se violentamente indisposta a compartilhar o lugar social que ocupava com outros grupos, sobretudo o operário. Nesse sentido, para assegurar sua dominação, as reservas de opressão e de repressão à classe operária impuseram-se de modo implacável. Afinal, para tornar viável a modalidade de capitalismo que se instalara no país naquele momento, abordada no item anterior, só fora possível em virtude da

⁴⁴ Perissinotto, R., 1994, p. 138.

definição de um *inimigo comum* a fim de que a empreitada pudesse verter-se em êxito: o operário.

No entanto, uma ressalva faz-se necessária:

... não faltaram iniciativas parlamentares dirigidas à criação de direitos substantivos do trabalho, como as já aludidas tentativas de Morais e Barros, Maurício de Lacerda e a de Medeiros de Albuquerque, que, em 1904, apresentou projeto visando amparar o acidentado no trabalho. Doutra parte, o parlamento não desconheceu forte pressão, exercida pelo movimento operário, no sentido de que legislasse em questão social. O radicalismo liberal, que rejeitou vigorosamente todas as incursões que visavam retificar o estatuto da ordem e a energia da ação operária, compõe a imagem dessa fase⁴⁵.

Como meio de fornecer voz às suas reivindicações, o operariado organizara-se em torno da constituição de partidos políticos, congressos, sindicatos, encontros e centros operários⁴⁶. A primeira tentativa fora o Partido Socialista Brasileiro, em 1892. Fundado no Rio de Janeiro, como resultado do I Congresso Socialista, o partido mal sobrevivera. Dez anos depois, em 1902, uma nova tentativa: o 2º Partido Socialista Brasileiro. De curta duração, pois sobrevivera apenas durante um ano, tinha como instrumento de mobilização as publicações no jornal *Avanti*⁴⁷. Elaborado pelos dirigentes marxistas, dentre eles Silvério Fontes e Ascendino Reis, o partido fora resultado de um Congresso Socialista realizado na cidade de São Paulo no início daquele ano. Contara com a adesão de 37 sindicatos, sendo 25 do Estado de São Paulo. Sua expressão ideológica fora a aglutinação das diversas tendências de esquerda no momento, marcado pelo entrelaçamento de orientações marxistas e anarquistas.

O Programa Máximo do partido, publicado no jornal o *Estado de São Paulo*, consistira, em resumo, na luta

... pela conquista dos poderes públicos, na Federação, no Estado, no Município, para os transformar de instrumentos, que são hoje, de exploração capitalista e de opressão da massa popular, em instrumento para anular o monopólio econômico e político da classe dominante⁴⁸.

⁴⁵ Vianna, L.W., 1976, p.50.

⁴⁶ Vianna (1976) estabelece uma periodização para o movimento operário: de 1891 a 1919 o autor classifica como de “resistência”; de 1919 a 1930 como de “ajustamento” (apesar de não ser possível identificar a quem se “ajusta”). O primeiro é caracterizado pela ortodoxia liberal da economia brasileira e a ausência de leis trabalhistas. Já o segundo é caracterizado pelo reconhecimento do governo em regular o trabalho e pelo alargamento de atuação dos movimentos operários (ex.: Fundação do Partido Comunista em 1922).

⁴⁷ Carone, E., 1969.

⁴⁸ *O Estado de São Paulo*, 28/08/1902 apud Edgar Carone, 1969, p. 189.

Em relação ao Programa Mínimo, a solução dos problemas fora estabelecida de forma imediata. Dentre eles cabem destacar: 8 horas de trabalho diário para os adultos; melhores condições de higiene nos postos de trabalho; educação laica; e extinção do exército com o conseqüente armamento geral do povo. Contudo, o partido não obtivera o êxito esperado.

Em 1906 ocorrera mais um movimento. A realização do Primeiro Congresso Operário Brasileiro na cidade do Rio de Janeiro surgira da necessidade do agrupamento dos sindicatos perante a objeção ao capitalismo⁴⁹. Os debates foram marcados pela necessidade de ação política conjunta e de estratégia econômica. Segundo Carone (1969), duas inclinações emergiram: uma de cunho socialista, que desejava transformar o movimento em partido político; e outra de feição anarquista, de visão apartidária e com exigências apenas econômicas.

O debate fora vencido pelos anarquistas e o Congresso fora a representação dessas teses⁵⁰. Um dos resultados dessa vitória fora o surgimento, em 1908, da Confederação Operária Brasileira. Todavia, a falta de coesão entre o operariado, os conflitos ideológicos e as disputas internas levaram a um enfraquecimento do movimento, desaparecendo em 1912⁵¹.

Surgira em 1908 uma nova tentativa. Desta vez fora a formação do Centro Socialista Paulistano, dirigido por Antonio Piccarolo: de orientação marxista, suas propostas, no entanto, foram de caráter reformista⁵². Suas análises constituíram-se como uma das mais sensatas sobre a realidade brasileira naquele momento. Segundo o dirigente, não havia uma burguesia e um proletariado consolidados no Brasil em relação aos outros países cujo capitalismo encontrava-se num patamar mais avançado. Nesse sentido, o conjunto de exigências deveria se pautar em relação às condições da realidade brasileira e não em reivindicações fictícias, além do relativismo de se implantar um projeto socialista no território nacional. Mesmo assim, o Centro não alcançara o efeito desejado.

Não obstante, ocorrera em 1912, no Rio de Janeiro, o 4º Congresso Operário, de grande adesão. De caráter reformista, o Manifesto estipulara a união de todos os trabalhadores. Porém, esse Congresso possuía uma marca diferente: fora patrocinado pelo

⁴⁹ A respeito dessa postura, Vianna (1976, p. 52) assinala: “A resistência econômica se faz num discurso alternativo ao do liberalismo, em que se formulam pressupostos fundadores para um ente coletivo e não-individual”.

⁵⁰ Entretanto, a representação trazia consigo uma latente contradição: “... no que se refere à jornada de trabalho, apesar de não explicitamente, toma-se o Estado como interlocutor, sugerindo-se de modo velado a criação de uma legislação específica (...). No interior da práxis operária já se insinua a reivindicação de um Estado intervencionista sobre o mercado de trabalho” (Vianna, L. W., 1976, p. 53).

⁵¹ Carone, E., 1969.

⁵² *Idem, idem.*

governo Hermes da Fonseca (1910 – 1914)⁵³. O motivo que o levava a tomar esta atitude fora o propósito de trazer para si o comando das organizações proletárias, inclinando-as para os interesses estatais, além de obter proveito das forças que dispunham no momento. Com isso, iniciou-se o “peleguismo”, cujo um dos resultados fora a construção da Vila Operária:

Essa sensível alteração na política do Estado, cuja parte de princípios estampava uma radical profissão de fé no liberalismo centrado no indivíduo, se apresentava, quando menos, como reverência de certos círculos das facções dominantes diante da nova presença operária, assinalada nas ruas e nas fábricas pelo seu aguerrimento e combatividade⁵⁴.

Como resposta ao Congresso “pelego”, os anarquistas organizaram, em 1913, o Segundo Congresso Operário, pois segundo eles o Primeiro ocorreu em 1906. Dois anos depois organizaram o Congresso Anarquista Nacional, com o intuito de protestar contra a Primeira Guerra (1914 – 1918), contra os efeitos negativos da política imperialista, do desenvolvimento da indústria bélica, do militarismo e do chauvinismo em voga. Segundo Carone (1969), o Congresso conclamara a aliança não apenas do proletariado brasileiro, mas de todo o continente americano ao operário europeu, no sentido de estabelecer a paz mundial, pautada pelo princípio da solidariedade, trazendo consigo o desejo de formação de uma comunidade proletária internacional.

Entretanto, uma das barreiras que dificultara a consolidação das idéias socialistas no Brasil fora o quadro heterogêneo das massas operárias, em virtude do grande número de imigrantes⁵⁵. Além de brasileiros, havia também italianos⁵⁶ – sobretudo – alemães, portugueses e espanhóis. Nesse sentido, as diferenças de nacionalidade, a diversidade de costumes e a ausência de vínculo com o lugar onde moravam impediam uma fixação sólida desses ideais.

Assim, as primeiras tentativas de organização das massas operárias ocorreram sob essas circunstâncias, cuja principal característica fora a assimetria, ou seja, os organizadores⁵⁷ e seus respectivos programas partidários procuraram estabelecer uma visão de mundo derivada de países cuja formação sócio-econômica encontrava-se diametralmente oposta às quais o Brasil atravessava:

⁵³ *Idem, idem.*

⁵⁴ Vianna, L. W., 1976, p.54.

⁵⁵ Sobre a proporção dos imigrantes ver: Carone, E., *A República Velha*, Vol I, 1978, esp. p. 191 – 192.

⁵⁶ Segundo Camargos (2002, p. 46) o censo de 1920 apontava uma população de italianos acima de 1.373.000, sendo a maioria deles residentes no Estado de São Paulo.

⁵⁷ Os organizadores eram principalmente de origem italiana (Carone, E., 1969).

Esquecendo que viviam no Brasil, país saído havia a pouco da escravidão, propagandistas e organizadores quiseram criar um socialismo e uma organização baseada nos moldes das existentes nos países economicamente mais adiantados⁵⁸.

Não obstante, os politizados operários vindos da Europa daquele momento constataram de maneira precoce a modalidade de dominação burguesa a que estiveram submetidos, cuja resposta a essa definição do *inimigo comum* foram as greves. Nesse sentido, a luta do movimento operário visara arrancar um acesso ao poder decisório e ocupar um espaço político efetivo perante um contexto na qual as instituições que permitiam tal ingresso constituía apenas um ambiente de anomia:

Anarquistas, socialistas e (mais tarde) comunistas, eles não se iludiram quanto ao tipo de dominação burguesa com que se defrontavam. Pintaram-na como ela realmente era, elaborando uma verdadeira contra-ideologia⁵⁹.

Desta forma, paralelamente ao empenho em compor organizações e partidos políticos, as greves marcaram o início da pressão exercida pelo operariado. No alvor da República, as paralisações foram esporádicas⁶⁰. Entretanto, no decorrer dos anos, as greves se intensificaram. Além das paralisações crescentes, também alcançaram períodos de longa duração, ecoando de forma ameaçadora diante da burguesia. Na tentativa de sufocá-las, foram aplicadas todas as medidas disponíveis: uso da força policial – muitas vezes seguida de mortes – extinção de sindicatos, detenção e expatriação dos líderes, leis severas, dentre outras.

Das greves que ocorreram durante a Primeira República (1889 – 1930), destacara-se a Greve Geral dos Trabalhadores, de 1917, na cidade de São Paulo, a 12 de junho. Iniciando-se no Cotonifício Rodolpho Crespi, no bairro da Mooca, os trabalhadores reivindicavam 20% de aumento salarial, sobretudo. Como resposta, o aumento fora negado e os líderes anarquistas e socialistas foram denunciados. Diante disso, os operários realizaram um comício no centro da capital paulista no dia 29 do mesmo mês. Devido ao aumento da repercussão da greve, trabalhadores de outras unidades de produção aderiram ao movimento, intensificando-o.

No início de julho a situação adquirira maiores proporções. As constantes recusas de aumento salarial somado ao aumento dos conflitos entre a polícia e os manifestantes, levaram

⁵⁸ Carone, E., 1969, p.199.

⁵⁹ Fernandes, F., 2006, p. 248.

⁶⁰ Para um retrato detalhado do início das greves operárias ver: Carone, E. *A República Velha*, Vol I. 1978, esp. p. 217 – 228.

ao aumento do número de operários em greve⁶¹, cuja dimensão do movimento é descrita a seguir:

Os bondes, a luz, o comércio, e as indústrias paralisam-se. São Paulo passa dois dias sob o controle do Comitê de Defesa Proletária, composto de líderes sindicais e dirigentes do movimento grevista. As Tropas da Força Pública não controlam mais a capital, apesar das metralhadoras localizadas nos pontos estratégicos da cidade. Nesta hora, o interior do Estado já emprestava solidariedade aos operários da capital: Campinas, Itu, Sorocaba etc. – ao todo 13 cidades – paralisam suas fábricas. Do Rio, a Federação Operária ameaça tomar atitude se o exército intervier contra os grevistas paulistas. Tropas militares são mandadas para São Paulo, pois a Força Pública encontrava-se exausta e até um batalhão se subleva⁶².

Desta maneira, o movimento rompe os limites das reivindicações particulares dos estabelecimentos industriais, atingindo vários setores da capital paulista além da adesão dos empregados de outras cidades. Diante desse quadro, algumas companhias cederam às exigências dos trabalhadores, cuja negociação dera-se por intermédio da ação inicial de um grupo de jornalistas⁶³. Assim, a intermediação destes ante o acordo entre patrões e operários marcara – simbolicamente – o fim da greve, cuja duração houvera sido pouco mais de um mês.

Entretanto, apenas o acordo não selara definitivamente seu desfecho. Os industriais buscaram assegurar meios para que as promessas fossem cumpridas, dentre elas o aumento de 20% sobre o salário. Quanto ao governo, procurara reconhecer a legitimidade das organizações proletárias e suas reivindicações, porém sob a condição que não gerassem desordem pública e ocorressem de maneira lícita, assim como a libertação dos líderes presos e um conjunto de leis trabalhistas que garantissem melhores condições de trabalho:

Na reunião organizada pelo Comitê de Imprensa, entidade nascida com a greve para aproximar grevistas, empresários e governo, os representantes desse último concordam em submeter o mercado de trabalho à regulamentação. Notar a discrepância dos empresários em relação à política do Estado, então em esboço. Nas resoluções apaziguadoras que enviam aos operários, casuisticamente limitam-se ao objeto da greve em curso, ignorando os temas fundadores de uma regulamentação legal das condições de trabalho. A burguesia industrial não abrirá mão do Estado liberal da Carta de 91 (...) ao passo em que a elite dirigente do Estado já admite retificações no seu estatuto⁶⁴.

⁶¹ Segundo Carone (1978, p. 230), no dia 11 de julho havia 15.000 operários, no dia seguinte o número subiu para 20.000.

⁶² Carone, E., 1978, p. 230.

⁶³ Carone, E., 1978; Vianna, L. W., 1976.

⁶⁴ Vianna, L. W., 1976, p. 59.

Novamente, a 19 de julho, irrompera outra greve em São Paulo, atingindo desta vez a cidade do Rio de Janeiro, também de elevada dimensão. Na capital paulista, o motivo fora a polêmica em torno do aumento de 20%. Os industriais alegaram que os operários já houveram recebido aumento salarial e que, portanto, não tinham direitos de exigir um novo acréscimo. Na capital federal, a Federação Operária manifestara-se favoravelmente ao movimento paulista, declarando a legitimidade das reivindicações. A partir daí iniciara-se uma onda de agitação pelo país: greves em Bagé, Curitiba, Petrópolis, Pelotas, Porto Alegre, Salvador e Santa Maria, geralmente de curta duração; na Bahia, Mato Grosso e Minas Gerais pressões para sancionar leis trabalhistas. Diante disso, o posicionamento do governo apresentara-se da seguinte maneira:

... não se apresentava como um fato isolado. A facção oligárquica, expressa pelo jornal O Estado de São Paulo, também admite que a fase da supremacia incontroversa da ortodoxia liberal chegara ao fim. Tirando os empresários, diferentes setores das elites e das classes dominantes evoluem consensualmente para a canalização institucional dos conflitos de trabalho. O mercado tornou-se incapaz de produzir e manter a paz, reclamando-se a intervenção legislativa do parlamento e a ação reguladora do Estado⁶⁵.

Contudo, no final do ano de 1917 os movimentos grevistas perderam relativamente sua força, devido à entrada do Brasil no conflito mundial contra a Alemanha⁶⁶. Por outro lado, as repercussões da Revolução Russa (1917) não tardariam em extrapolar seus limites, impulsionando novos movimentos operários, dentre eles a fundação do Partido do Comunista Brasileiro (P.C.B.) em 1922.

A reverberação da Revolução de 1917 sobre os grupos de esquerda no Brasil animara uma ansiedade na compreensão da ideologia russa, acompanhada pela ampla aceitação do ideal comunista, tido como modelo de organização social bem-sucedido⁶⁷. Assim, empolgados pelo movimento russo, os anarquistas do Rio de Janeiro fundaram o Partido Comunista-Anarquista a 9 de junho de 1919; os de São Paulo a 16 de junho do mesmo ano⁶⁸. Somente a partir das reuniões no final desse mês que se constituiu o Partido Comunista do Brasil, na capital fluminense. Ademais, a situação na capital paulista apresentara-se da seguinte maneira:

⁶⁵ Vianna, L.W., 1976, p. 60.

⁶⁶ Carone, E., 1978.

⁶⁷ *Idem, idem.*

⁶⁸ *Idem, idem.*

A fim de popularizar o movimento, Hélio Negro e Edgar Leuenroth publicam em 1919, em São Paulo, *O que é Maximismo ou Bolchevismo*, programa comunista. Depois de explicar o sentido das palavras russas bolchevismo e menchevismo, e de dizer que a propriedade privada não existe mais na Rússia, os autores mostram que a sociedade capitalista é produto de roubo e assalto: o Brasil não é do povo, mas dos Matarazzo, da Light, do Visconde de Moraes⁶⁹.

Os mentores do Partido Comunista do Brasil foram: José Oiticica (1882 – 1957) e Edgar Leuenroth (1881 – 1968). Sua característica fora singular, pois se tratara do primeiro partido durante a Primeira República (1889 – 1930) de âmbito nacional. Constituído num momento de predominância da ideologia anarquista⁷⁰, o partido acompanhara essa tendência. Contudo, “a regionalização da economia e a falta de comunicação e de unidade geográfica, somadas às formações sociais particularistas, impedem a unidade ideológica e política nacional⁷¹”. Nesse sentido, o estado de “arquipélago⁷²” do território brasileiro não apresentava as condições necessárias para uma ampla e efetiva difusão ideológica do partido.

Por sua vez, as diferenças entre anarquismo e socialismo tornaram-se mais visíveis na medida em que a assimilação dessas ideias diferenciava ambos. Quanto à atuação do partido, trouxera consigo a continuidade de ações anteriores. Dentre essas, a fundação do jornal *Spartacus* e a realização de um comício na Praça da Sé, em São Paulo, para 10.000 pessoas, a 1º de maio de 1919. Os anos iniciais foram marcados por agitações sociais e pela ineficiência estratégica dos anarquistas. Esses elementos conduziram a uma debilidade tática fatal. O fim culminou quando, em 1920, as diferenças entre anarquismo e socialismo tornaram-se mais evidentes e o governo anarquista de Mackhno na Ucrânia houvera sido derrubado⁷³. Assim, a cristalização das diferenças ideológicas, somada à queda do governo, conduziu inevitavelmente a uma cisão entre os grupos que compunham o partido. Após o incidente, nos dois anos seguintes foram se estruturando lentamente caminhos para a constituição de um novo partido, marcado pelas inclinações ideológicas similares aos dos soviéticos⁷⁴.

No ano seguinte, em 1921, um congresso realizado no Rio de Janeiro estabeleceu as bases para a fundação do Partido Comunista Brasileiro⁷⁵. O objetivo fora fornecer algum tipo

⁶⁹ Carone, E., 1978, p. 322.

⁷⁰ Segundo Carone (1978), a razão da predominância da ideologia anarquista no Brasil nos anos iniciais do movimento operário deve-se, em grande parte, à nacionalidade dos imigrantes: espanhóis, portugueses e italianos, principalmente este último, devido à ideologia libertária possuir maior força em relação ao marxismo.

⁷¹ Carone, E., 1978, p. 320.

⁷² Becker, B., & Egler, C., 1998.

⁷³ Carone, E., 1969.

⁷⁴ Carone, E., 1978.

⁷⁵ *Idem, idem.*

de suporte onde havia um considerável número de operários pelo território brasileiro, além das aspirações de se tornar um partido político de atuação nacional. Logo no início de 1922, o primeiro número do *Manifesto Comunista*, publicado no Rio de Janeiro, explicitara nitidamente suas intenções:

Com referência à organização partidária, desejamos e preconizamos a união, solidamente baseada num mesmo programa ideológico, estratégico e tático, das camadas mais conscientes do proletariado. As experiências próprias e alheias nos aconselham unidade de concentração de esforços e energias, tendo em vista coordenar, sistematizar, metodizar, a propaganda, a organização e a ação do proletariado⁷⁶.

A organização partidária a qual o Manifesto se referira é sintomático, pois durante esses anos iniciais de mobilizações operárias, a mesma não fora capaz de constituir um partido político autárquico e sólido, marcado pelos conflitos ideológicos entre anarquistas e comunistas, sobretudo. Vale ressaltar também que um dos princípios norteadores do partido repousara sobre o da eficiência estratégica da ação operária, pautada pela união dos trabalhadores. Os movimentos anteriores atestaram a necessidade de obterem êxito. Ademais, nos sindicatos, onde o Partido fora efetivamente constituído, no seu interior houvera grupos de orientação anarquista, assentados numa visão revolucionária e apartidária, refratários a qualquer rumo centralizador⁷⁷.

Nesse sentido, fora com base nessas circunstâncias que surgira o Partido Comunista Brasileiro⁷⁸ (P.C.B.) em 1922⁷⁹. Resultado do amálgama de diversos movimentos despontados a partir de 1917⁸⁰, a atuação inicial fora lenta devido à organização e à estruturação partidárias, e também aos embates entre comunistas e anarquistas. Simultaneamente ao movimento de união sindical pelos comunistas, o choque repousava sobre o proselitismo, pois conduziria fatalmente ao isolamento das ações proletárias, como já houvera ocorrido anteriormente. Porém, a trajetória inicial do partido não fora marcada somente pela colisão ideológica entre ambos. Além disso, as tensões vividas pelo partido, marcadas ora pela legalidade, ora pela ilegalidade.

⁷⁶ Astrojildo Pereira, *Formação do P.C.B.*, apud Edgar Carone, 1969, p. 212.

⁷⁷ Carone, E., 1969.

⁷⁸ As reuniões para a fundação do Partido ocorreram nos dias 25, 26 e 27 de março (Carone, E., 1978), pouco mais de um mês depois da realização da Semana de Arte Moderna.

⁷⁹ Carone, E., 1978.

⁸⁰ União Operária de Cruzeiro (1917); União Maximalista de Porto Alegre (1918); Círculo de Estudos Marxistas do Recife (1919); Grupo “Clarté” (1921); e a divisão operária de 1921 (Carone, E., 1969).

Nos anos seguintes, a atuação do P.C.B. prosseguira por oscilações, fosse ao âmbito interno, fosse ao externo. Quanto ao primeiro, às dificuldades de passar do plano teórico para o da ação, em razão das divergências entre os membros do partido. Quanto ao segundo, os obstáculos enfrentados para ampliar o raio de influência aliada à disseminação da ideologia comunista. Entre os empecilhos estivera ora a apatia, ora a hostilidade da burguesia diante do partido. Aproximadamente até 1930, o partido buscara encontrar meios para ampliar suas possibilidades de ação: fundação de jornais, realização do 2º Congresso do P.C.B., constituição do Bloco Operário (1927) e a defesa inclusive, por uma ala do partido, da união entre o proletariado à pequena e grande burguesia para destituir a oligarquia do poder⁸¹.

⁸¹ Carone, E., 1969.

1.3 O protagonismo dos tenentes e a Coluna Prestes (1925 – 1927)

Os movimentos militares constituíram outra marca das agitações durante a Primeira República (1889 – 1930), principalmente durante os anos 1920. O desencadeamento das tendências de forte apelo nacionalista após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) colocara na ordem do dia a questão da defesa nacional. Nesse sentido, governo e setores da sociedade deram início, portanto, a dedicar uma atenção maior às Forças Armadas.

Contudo, no início da década a situação do Exército permanecera desalentadora. O quadro fora de escassez geral: armamentos, medicamentos, cavalos, instrução à tropa. Ademais, houvera o ressentimento da ausência de uma política mais eficaz e setores do exército manifestaram descontentamento com a nomeação do civil Pandiá Calógeras pelo presidente Epitácio Pessoa para o Ministério da Guerra⁸². Os vencimentos dos militares permaneceram baixos e o governo não demonstrara interesse em aumentá-los. Em vista disso, as condições dos tenentes foram particularmente afetadas. Sendo numerosos, as promoções se davam sob um ritmo de morosidade: a patente de capitão alcançava o período dez anos de espera⁸³.

Desta forma, o contínuo e crescente descontentamento dos quadros inferiores do exército perante a condição a que estavam submetidos, levaram-nos a se revoltarem contra a ordem política vigente⁸⁴. A insatisfação repousara, igualmente, quanto às aposentadorias das altas patentes do exército⁸⁵. Além disso, é importante sublinhar que durante o Império e no início da República o exército representara uma das raras chances de ascensão social na sociedade brasileira, marcada pela imobilidade e pela estagnação econômica⁸⁶.

No entanto, o movimento tenentista não se configurara como revolta homogênea, ou seja, pautada pela reivindicação em torno de um mesmo ideal. Na verdade, esse movimento fora marcado por distintas posturas político-ideológicas ante o que julgavam de maior relevância: sua origem está relacionada às crescentes revoltas que vinham ocorrendo desde meados da década de 1910.

⁸² Carone, E., 1978.

⁸³ Idem, 1969.

⁸⁴ Idem, 1978.

⁸⁵ Essa conquista se deu através da pressão dos oficiais novos, o que permitiu a ascensão destes (Carone, E., 1978).

⁸⁶ Idem, 1978.

Segundo Carone (1978), os anos de 1910, 1914, 1915 e 1919 marcaram os indícios da rebelião dos quadros inferiores do exército⁸⁷. Apesar do desencontro das diversas questões levantadas, a crítica aos civis alojados no poder constituía-se, inicialmente, no ponto em comum, sendo encarados como inábeis. Sintoma de um descontentamento permanente, esses movimentos iniciais expressavam as aspirações dos escalões mais baixos, cujo objetivo central fora a destituição do governo. Malgrado a ausência de programa político claro e definido, as reivindicações tenentistas advieram fundamentalmente dessa situação. No entanto, quando assumiam o poder, cometiam as mesmas imperfeições que criticavam e, em consequência disso, devolviam-no a esses mesmos civis⁸⁸.

Somente a partir da década de 1920, o movimento tenentista começara a adquirir maiores proporções. Nesse sentido, as principais rebeliões desse segmento de militares que marcaram o decênio em questão foram: os 18 do Forte de Copacabana em 1922, os levantes de 1924 e a Coluna Prestes. De um modo geral, as preocupações ultrapassaram o escopo político e atingiram as questões de ordem social:

Tenentes e sargentos transmitem às tropas as ordens recebidas, estão em contato diário com os soldados e suas necessidades, e estão, pela experiência, mais diretamente relacionados com a realidade brasileira. O movimento tenentista vai englobar e representar esta tendência rica de conseqüências, mais popular, mais geral, abrangendo o político e social⁸⁹.

O alcance a esses assuntos refletira, em certa medida, o sentimento idealista e pequeno-burguês na tentativa de busca na identificação entre indivíduo e situação histórica⁹⁰. Nesse sentido, o movimento de 1922 fora significativo na expressão desse sentimento. De acordo com os revolucionários, o que levava a esse acontecimento foram os abusos do governo de Epitácio Pessoa (1918 – 1922) somados ao apoio da alta cúpula do exército, vistos como afronta aos quadros mais baixos. Não obstante, o Tenente-coronel Frutuoso Mendes exacerbava nas acusações a Epitácio. Ele afirmou que houvera perseguição a oficiais, políticas de suborno, políticas de empréstimo que favoreceram norte-americanos, prisão de Hermes da Fonseca, dentre outras. Segundo Carone (1978), a partir desse incidente em 1922, a complexidade do movimento revolucionário provocara, em 1924, uma divisão, marcada pela

⁸⁷Mário de Andrade concluiu o serviço militar em 1916, enquanto voluntário. No entanto, não é possível afirmar com segurança o seu envolvimento ou não nas rebeliões militares durante o período que serviu o exército (Cf. Quadro Geral da Vida e Obra de Mário de Andrade).

⁸⁸ Carone, E., 1969.

⁸⁹ Idem, 1978, p. 367.

⁹⁰ Idem, idem.

definição de posicionamentos mais claros e a diferenciação das tendências: uma de caráter político, e outra de cunho social⁹¹.

A Revolução de 1924 houvera sido planejada para ocorrer simultaneamente em alguns pontos estratégicos do território brasileiro. Entretanto, a desarticulação do movimento impedira a concomitância da revolta. Os levantes ocorreram em dias e pontos diferentes: na capital paulista a 5 de julho; no Mato Grosso foi a 12 de julho; em Sergipe no dia 18 de julho; no Amazonas a 23 de julho; e no Rio Grande do Sul somente em outubro. Assim, a falta de encadeamento permitiu ao governo o tempo necessário para conter e isolar os centros revoltosos.

Na cidade de São Paulo, por um lado, os revoltosos inclinaram-se às questões de ordem política, por outro lado, no Amazonas e no Rio Grande do Sul as manifestações repousaram sobre o âmbito social⁹². Em São Paulo o movimento expressara a reprovação ao governo Artur Bernardes (1922 – 1926) e o resgate da consciência patriótica, sobretudo⁹³. O fim da revolta fora marcado pela negociação entre o General Isidoro Dias Lopes⁹⁴ e o governo. Dentre as exigências cabem destacar:

- Extinção da influência da Igreja na vida pública;
- Fim dos impostos interestaduais;
- Redução do número de Estados;
- Reforma da Constituição;
- Reformas tributária e alfandegária;
- República Federativa;
- Unificação da Justiça.

Em relação ao Estado do Amazonas, as providências adotadas foram às defendidas pelo General Mesquita. De tendência social e permanecendo no poder por 30 dias, algumas das medidas adotadas foram: a criação do *Tributo de Redenção* (cobrança de impostos dos

⁹¹ Entretanto, essas posições não se configuraram de maneira estanque, ou seja, marcada por um único viés de reivindicações. Na verdade, o que ocorria era a predominância de uma visão sobre a outra.

⁹² Carone, E., 1969.

⁹³ *Idem.*

⁹⁴ A partir de 1925, não obstante, o General Isidoro Dias Lopes ampliou suas exigências, pautada agora sobre o campo social. O descontentamento remetia ao fato do Brasil ser um país rico, do ponto de vista econômico, e possuir uma grande parcela da população vivendo em condições miseráveis (Carone, E., 1978).

mais ricos para auxiliar os mais pobres) e a desapropriação do matadouro das mãos dos ingleses, sendo entregue à *comuna* de Manaus⁹⁵.

No Estado gaúcho as duas tendências surgiram. A insurreição ocorrera simultaneamente em Uruguaiana, São Borja e Santo Ângelo, sendo os dois últimos os principais núcleos da luta tenentista. Em São Borja, o conteúdo das exigências assinalara o mesmo do movimento paulistano, marcado pela reforma constitucional e unificação da magistratura⁹⁶. Na cidade de Santo Ângelo, onde estava Luiz Carlos Prestes (1898 – 1990), o movimento ampliara-se para o plano social. Segundo Carone (1978), além das questões políticas, o movimento conclamara a independência econômico-financeira do Brasil e o ataque ao capitalismo estrangeiro, pois havia o temor da apropriação aduaneira brasileira pelos ingleses, como forma de pagamento da dívida externa⁹⁷.

A agitação empreendida pelo movimento tenentista não passara despercebida ao olhar sempre atento de Mário Andrade. Anos mais tarde, o autor de *Macunaíma* publicara no periódico paulistano *Diário Nacional*⁹⁸, a 30 de outubro de 1929, o seu conflituoso posicionamento político em vista da repercussão dos acontecimentos da Revolução de 1924 em São Paulo, num tom próximo de confissão:

Me lembro ainda a angústia silenciosa em que fiquei no meio da Isidora⁹⁹, obrigado vergonhosamente a ser neutro numa luta ao pé de mim, simplesmente porque se era impossível eu tomar atitude pelo governo que se dizia legal, por outro lado o general, Isidoro... nunca pude saber direito o que é. Naqueles tempos a figura de Luís Carlos Prestes não se definira... Me limitei nos ares a torcer pela Revolução, porque essa ao menos eu não sabia o que era. E é dentro das interrogações que se acumam as esperanças desesperadas¹⁰⁰.

⁹⁵ Carone, E., 1969.

⁹⁶ *Idem, idem.*

⁹⁷ A dívida externa brasileira já havia sido mencionada pelo General Isidoro Dias Lopes, durante o movimento paulistano. Ele afirmava que o país já não tinha mais condições de pagar sequer os juros, mesmo o povo ter sido usurpado durante os últimos 20 anos (Carone, E., 1978).

⁹⁸ Sobre a produção de Mário de Andrade, aponta Lopez (1976, p. 16): “O autor de *Macunaíma* deixou vastíssima produção no *Diário Nacional*: 771 textos entre crônicas, artigos, ensaios, poemas e ficção, tendo sido responsável pelas seções: ‘Arte’ e ‘Livros e livrinhos’. Suas críticas são em geral curtas, antes comentário que interpretação. Assina-as ‘M. de A.’, pois o nome ‘MÁRIO DE ANDRADE’, sempre impresso em maiúsculas, ficou reservado para as crônicas, os artigos e os ensaios de maior fôlego.”

⁹⁹ Forma popular e corrente de nomear a Revolução de 1924, considerando a liderança do General Isidoro dias Lopes. In: Andrade, Mário de. *Táxi e Crônicas no Diário Nacional*; estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, p.154.

¹⁰⁰ Andrade, Mário de. *Táxi e Crônicas no Diário Nacional*; estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, p. 153.

Em linhas gerais, as reivindicações dos movimentos vincularam-se à atmosfera do pós-Primeira Guerra Mundial, cuja marca fora o avanço do nacionalismo e da centralização política. Nesse sentido, os tenentes assumiram frentes de combate semelhantes às das oligarquias regionais que firmaram sólida oposição à preponderância de São Paulo e Minas Gerais na condução da política nacional. Estados regidos pela política dos governadores, a notória “política do café com leite”, na qual o arranjo da lavoura cafeeira paulista somada à pecuária leiteira mineira cancelara o manejo do exercício soberano nas decisões políticas e econômicas do país. Além das exigências destacadas anteriormente, o movimento defendera também o voto secreto e uma atuação mais forte do Estado.

Nos anos seguintes, essa dissensão incipiente fora-se mostrando lentamente irreduzíveis quanto aos seus respectivos posicionamentos ideológicos, na qual conduziu a uma cisão do movimento e estabeleceu delimitações claras e precisas da agitação tenentista:

Essa divisão inicial do tenentismo – uma ala com perspectivas ideológicas de natureza política e outra de preocupação social – leva, no futuro, a uma separação, pois a composição naquele momento era transitória na base de um acordo: a derrubada de Artur Bernardes. Logo depois, a história ia mostrar a irreduzibilidade das duas posições, dando-se a cisão do tenentismo¹⁰¹.

Nesse sentido, em face do avanço das forças do Estado que haviam sufocado o levante de 1924, os insurretos deixaram a cidade de São Paulo em 28 de julho, dando início a marcha pelo interior do território paulista em direção ao sudoeste. Ao atingirem o Estado do Paraná em setembro, o movimento conquistara Guaíra, Foz do Iguaçu, que fora transformada em quartel-general, e posteriormente Catanduvas. Permanecendo até abril de 1925, o movimento enfrentara as forças federais mediante uma sucessão de combates sob a liderança do General Cândido Rondon, sobretudo na Serra de Medeiros e em Catanduvas, cuja localidade houvera sido retomada pelas tropas do governo no mês anterior.

Durante o início da campanha paranaense, lideranças expressivas do movimento, como João Alberto e Juarez Távora, partiram em direção ao Rio Grande do Sul, em razão da colaboração aos oficiais que haviam dado início aos preparativos de uma revolta militar e, com isso, pavimentando uma frente de combate ao governo de Artur Bernardes. A insurreição no território gaúcho ocorrera em outubro de 1924, sob o comando do capitão Luís Carlos Prestes, do 1º Batalhão Ferroviário, na cidade de Santo Ângelo.

¹⁰¹ Carone, E., 1969, p. 263.

Simultaneamente, as tropas das cidades gaúchas de São Borja, São Luís e Uruguaiana, comandadas respectivamente por Rui Zubarán, Pedro Gay e Juárez Távora, sublevaram-se. A cidade de São Borja contara ainda com a colaboração de Siqueira Campos, que havia retornado de modo clandestino do exílio da capital argentina. Igualmente, o movimento alcançara outras cidades. Em Alegrete, por exemplo, o levante fora liderado por João Alberto. Em Guaçuboi, por sua vez, as tropas comandadas por Honório Lemes sofreram revés pelas tropas federais de Flores da Cunha.

Em cumprimento às ordens do General Isidoro Dias Lopes, as forças que se sublevaram no território gaúcho seguiram rumo ao norte do Estado, cujo objetivo seria alcançar Foz do Iguaçu para unirem-se aos revoltosos de São Paulo. Em abril de 1925, depois de percorrerem Santa Catarina e Paraná, além de enfrentar as tropas do governo federal mediante sucessivos combates que resultaram na perda de quase metade do contingente, as forças gaúchas valentemente chegaram ao destino.

A 12 de abril, uma reunião composta pelas figuras de proa de movimento, Isidoro Dias Lopes, Luís Carlos Prestes, Miguel Costa e do general Bernardo Padilha, fora decidido o prosseguimento da marcha rumo ao Mato Grosso. No entanto, o General Isidoro posicionara-se contrário a decisão, pois defendera a cessação do movimento. Com a formação da 1ª Divisão Revolucionária, o comando fora assumido pelo General comissionado Miguel Costa e a nomeação do Coronel comissionado Luís Carlos Prestes o chefe do Estado-Maior. Enfim, estava formado o movimento que ficara conhecido como Coluna Miguel Costa-Prestes ou meramente Coluna Prestes.

Após o início da marcha e composta por quatro destacamentos, a Coluna concluíra a travessia do Rio Paraná em meados do final de abril de 1925, cruzando o Paraguai em direção ao Mato Grosso. Logo em seguida, o movimento percorrerá Goiás, adentrando em Minas Gerais e retornando a Goiás. O próximo passo fora dado em direção ao Nordeste, atingindo o Maranhão em novembro daquele ano.

Foi nesse Estado que a Coluna sofrera uma baixa importante: o tenente-coronel Paul Krüger fora preso e enviado à capital, São Luís. No mês seguinte, o movimento penetrara no Piauí havendo travado na capital Teresina duras batalhas contra as tropas do governo. Caminhando nesse instante em direção ao Ceará, a Coluna sofrera novamente outra baixa relevante: Juárez Távora fora capturado na região de Ibiapina.

Durante o mês de janeiro de 1926, o movimento realizara a travessia pelo Ceará, chegando ao Rio Grande do Norte. No mês subsequente, invadira a Paraíba e enfrentara

intensa resistência na Vila de Piancó, cujas forças estavam sob a liderança política do Pe. Aristides Ferreira da Cruz. Após pertinazes combates, a Coluna conseguiu ocupar o local.

Com o prosseguimento da marcha em direção ao sul, o movimento atravessara Pernambuco e Bahia dirigindo-se rumo ao norte de Minas Gerais. Ali encontrara vigorosa reação das tropas federais e padecendo de escassez de munição, o comando da Coluna tomara a decisão de suspender a marcha em direção ao sul e retornar à região nordeste cruzando a Bahia. Essa manobra ficara conhecida como “laço húngaro”, pois o trajeto era semelhante ao laço que servia de ornamento ao uniforme do Exército.

Ao cruzar o Piauí, o movimento alcançara Goiás e finalmente retornara ao Mato Grosso em outubro de 1926. Naquele momento, o Estado-Maior da Coluna enviara Djalma Dutra e Lourenço Moreira Lima rumo à Argentina. O objetivo era consultar o General Isidoro quanto em relação ao futuro da marcha: permanecer lutando ou seguir para o exílio.

No ano seguinte, entre fevereiro e março, logo após uma travessia penosa no Pantanal, parte da Coluna chegara ao Paraguai sob o comando de Siqueira Campos. O restante dirigira-se em direção à Bolívia para encontrar-se com Lourenço Moreira Lima, que havia retornado da Argentina. Em razão das condições precárias da Coluna e também das instruções do General Isidoro, os integrantes do movimento decidiram pelo exílio.

De um lado, Miguel Costa seguira para a cidade argentina de Libres. De outro, Luís Carlos Prestes e mais duas centenas de homens prosseguiram rumo à Bolívia, na cidade de Gaíba. Ali, o grupo trabalhara durante um tempo para a companhia inglesa Bolivia Concessions Limited. A 5 de julho de 1927, os exilados construíram na cidade boliviana um monumento para homenagear os mortos durante a campanha da Coluna. No entanto, pressionadas pelo governo brasileiro, autoridades bolivianas buscaram destruir o monumento, porém esbarraram na resistência vigorosa liderada por Luís Carlos Prestes.

Havendo percorrido aproximadamente 25 mil quilômetros pelo território brasileiro, o movimento enfrentara tropas governamentais dotadas de elevados recursos militares e técnicos. A razão para esse intenso armamento do governo em face do movimento fora a prontidão para impedir o surgimento de novos focos revolucionários¹⁰². No entanto, o que ocorrera foram apenas breves motins. Por outro lado, o intenso aparelhamento do governo na expectativa de sufocar os focos explica, em boa parte, a longa duração da marcha, pois o temor do sucesso ecoava de forma ameaçadora ante ao governo. Ademais, estavam os sacrifícios, muitas vezes seguidos de desapareços, dos membros que compunham a Coluna.

¹⁰² Carone, E., 1978.

Postura rara na história brasileira, o movimento tivera como uma de suas aspirações a tentativa de galvanizar um sentimento antigovernamental:

Apesar dessa longa peregrinação de sacrifícios, anima-nos ainda, a mesma fé inabalável dos primeiros dias de jornada, alicerçada na certeza de que a maioria do povo brasileiro, comungando conosco os ideais da Revolução, anseio por que o Brasil se integre nos princípios liberais, consagrados pela nossa Constituição – hoje espezinhada por um sindicato de políticos sem escrúpulos, que se apoderaram dos destinos do País, para malbaratar a sua fortuna, ensanguentar o seu território e vilipendiar o melhor de suas tradições¹⁰³.

Desta forma, a Coluna Prestes (1925 – 1927) expressara-se de maneira mais viva e contundente a perspectiva social do movimento tenentista. Demonstrara também a importância do combate antigovernista. Entretanto, os grupos tenentistas dissidentes não reagiram diante do movimento¹⁰⁴. Além disso, os operários não se identificaram com a luta e a burguesia apenas observara a agitação¹⁰⁵. Tal paralelismo das posturas é sintomático acerca da complexidade da sociedade brasileira durante o decênio em questão. O proletariado enfrentara dificuldades no âmbito do Partido Comunista, e a burguesia atingira, pela primeira vez, o controle de um partido político: a fundação, em 1926, do Partido Democrático¹⁰⁶.

Conforme assinalado, a partir de 1927 a euforia revolucionária arrefecera-se e os integrantes da Coluna refugiaram-se na Bolívia¹⁰⁷. O momento de exílio fora também marcado pelos impasses ante os acontecimentos políticos no Brasil: apesar da substituição de Artur Bernardes (1922 – 1926) por Washington Luiz (1926 – 1930), a anistia não fora decretada. Esses impasses levaram os exilados a tomar consciência da necessidade da derrubada do regime, pois levaria a uma possível volta ao Brasil. Dois anos depois, em 1929, a crise na sucessão presidencial instalara definitivamente a cisão do movimento tenentista¹⁰⁸.

A divisão entre os tenentes provocara a constituição de duas visões. De um lado, uma ala defendera a adesão à Aliança Liberal¹⁰⁹, pois salientara como o único meio para sair do

¹⁰³ Lourenço Moreira, *A Coluna Prestes*, apud Edgar Carone, 1969, p. 267.

¹⁰⁴ Carone, E., 1969.

¹⁰⁵ A razão dessa atitude da burguesia teve sua origem na crise da Revolução de 1924: "... o agrupamento quer permanecer à margem dos acontecimentos e ao mesmo tempo tirar proveito deles, dizendo-se equidistante dos revolucionários e do governo federal" (Carone, E., 1978, p. 317).

¹⁰⁶ Mário de Andrade filiou-se ao Partido Democrático em 1928 (Cf. Quadro Geral da Vida e Obra de Mário de Andrade).

¹⁰⁷ Carone, E., 1969.

¹⁰⁸ *idem, idem*.

¹⁰⁹ A Aliança Liberal consistiu, sobretudo, no acordo entre grupos dissidentes dos Estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, na sucessão presidencial e buscava o apoio dos tenentes (Carone, E., 1969).

impasse vivido e pela oportunidade de derrubada do regime. De outro, o posicionamento contrário à proposta da Aliança, pois representaria uma apropriação dos revolucionários pelos grupos dissidentes. A adesão consistira numa atitude de deslealdade aos princípios dos movimentos militares ao longo da década de 1920.

Em maio de 1930 a divisão tornara-se efetiva. O aspecto que a caracterizara fora a publicação do manifesto elaborado por Luiz Carlos Prestes e dirigido a Getúlio Vargas (1882 – 1954), no qual revelara sua discordância quanto à proposta da Aliança para a derrubada do regime. Uma boa parcela dos revolucionários que estavam ao lado de Prestes discordaram dessa atitude. Posteriormente, estes retomaram os contatos com os membros dos partidos favoráveis à Aliança Liberal, inclusive com elementos do Partido Democrático de São Paulo:

Distanciando cada vez mais dos comunistas, a maioria dos tenentes – com exceção de Prestes e pequeno grupo – ligam-se aos elementos da oposição oligárquica; Partido Democrático de São Paulo, Aliança Liberal. A cisão Tenentista leva o líder da Coluna a lançar o manifesto de maio de 1930 e fundar a Liga de Ação Revolucionária¹¹⁰.

Portanto, o que caracterizara a separação entre os tenentes foram as divergências ideológicas diante da Aliança Liberal. De fato, as diferenças do movimento tenentista emergiram nesse episódio. Entretanto, sua origem possuía um conteúdo muito mais complexo. Ademais, esse paralelismo do movimento tenentista adentrara nos anos seguintes à Revolução de 1930. Segundo Carone (1978), as divergências ideológicas permaneceram entre os partidos e a *Liga de Ação Revolucionária*, e partir do ano de 1934, anos depois do fim da Liga, Luiz Carlos Prestes entrara para o P.C.B.

¹¹⁰ Carone, E., 1978, p. 344-5.

1.4 O movimento modernista e a Semana de 1922

As expressões literárias, o simbolismo e o parnasianismo, sobretudo este último, correlacionavam-se de maneira assimétrica à simultaneidade dos movimentos no espaço proporcionado pela incipiente modernização técnica no território. Com isso, a necessidade de uma transformação emergira. A constituição de uma nova linguagem¹¹¹ que representasse a manifestação dos sentimentos do “homem moderno” diante da paisagem alterada pela técnica, ou seja, a industrialização e a urbanização, delinear-se como imperativo essencial:

A industrialização e a urbanização acelerada que, não obstante caóticas e excludentes, mudavam o semblante da cidade e evidenciavam que não era mais possível se exprimir, em termos literários, nos moldes simbolistas e muito menos parnasianos¹¹².

Tal mudança encontrara ressonância no “Manifesto Futurista” de Filippo Tommaso Marinetti (1876 – 1944), publicado em Paris em 20 de fevereiro de 1909. Exaltando o conceito dinâmico de beleza em associação com o culto à velocidade, os modernistas brasileiros acolheram as inquietações e os sentidos provocados pela tecnologia do início do século XX¹¹³. Marinetti, em seu manifesto, definira os elementos constituintes do Futurismo que cabem aqui destacar:

Nós declaramos que o esplendor do mundo se enriqueceu com uma beleza nova: a beleza da velocidade. Um automóvel de corrida com seu cofre adornado de grossos tubos como serpentes de explosivo... Um automóvel rugidor, que tem o ar de correr sobre a metralha, é mais belo que a Vitória de Samotrácia (...). É preciso que o poeta se desgaste com calor, brilho e prodigalidade, para aumentar o fervor entusiástico dos elementos primordiais. Não há mais beleza senão na luta. Nada de obra-prima sem um caráter agressivo. A poesia deve ser um assalto violento contra as forças desconhecidas, para intimá-las a deitar-se sobre o homem. Nós estamos sobre o promontório extremo dos séculos!... Para que olhar para trás, no momento em que desenterrar os batentes misteriosos do Impossível? O Tempo e o Espaço morreram ontem. Nós vivemos já do absoluto, já que nós criamos a eterna velocidade do onipresente (...). Nós cantaremos as grandes multidões movimentadas pelo trabalho, pelo prazer ou pela revolta; as

¹¹¹ Sobre a constituição da nova linguagem, Lafeté (2000, p. 20) observa: “O ataque às maneiras de dizer se identifica ao ataque às maneiras de ver (ser, conhecer) de uma época: se é na (e pela) linguagem que os homens externam sua visão de mundo (justificando, explicitando, desvelando, simbolizando ou encobrendo suas relações reais com a natureza e a sociedade) investir contra o falar de um tempo será investir contra o ser desse tempo”.

¹¹² Camargos, M., 2002, p. 48.

¹¹³ Camargos, M., 2002.

ressacas multicoloridas e polifônicas das revoluções nas capitais modernas; a vibração noturna dos arsenais e dos estaleiros sob suas violentas luas elétricas; as estações glotonas comedores de serpentes que fumam; as usinas suspensas nas nuvens pelos barbantes de suas fumaças; as pontes para os pulos de ginastas lançadas sobre a cutelaria diabólica dos rios ensolarados; os navios aventureiros farejando o horizonte; as locomotivas de grande peito, que escoucinnham os trilhos, como enormes cavalos de aço freados por longos tubos, e o vôo deslizante dos aeroplanos, cuja hélice tem os estalos da bandeira e os aplausos da multidão entusiasta¹¹⁴.

Todavia, outra de suas diretrizes fora:

Nós queremos glorificar a guerra – única higiene do mundo – o militarismo, o patriotismo, o gesto destrutor dos anarquistas, as belas idéias que matam, e o menosprezo à mulher¹¹⁵.

Nesse sentido, o Futurismo de Marinetti trouxera consigo, além do culto à velocidade e à máquina, um forte posicionamento de cunho autoritário. Entretanto, a absorção dessas ideias não fora de maneira automática e instantânea pelos modernistas brasileiros. Na verdade, elas exerceram o papel de elemento condutor para a constituição de uma forma de linguagem que trouxesse à tona os sentidos, proporcionados pelas transformações técnicas das metrópoles. Assim, o culto à velocidade e à exaltação de uma vida moderna gerada pela máquina encontrara forte eco no Brasil¹¹⁶.

A primeira notícia sobre o Futurismo no Brasil se dera por meio do artigo do escritor português Sousa Pinto, publicado no jornal carioca *Correio da Manhã*, em 6 de abril de 1909. O escritor caracterizava-o como “sinônimo de doença, desagregação, desequilíbrio e aberração [sendo que] a crítica brasileira ratificaria como o oposto da sobriedade e da harmonia¹¹⁷”.

Por sua vez, a difusão dessas idéias parece ter encontrado em São Paulo sua maior ressonância. Oswald de Andrade (1890 – 1954) as trouxera após sua primeira viagem à Europa, em 1912, valendo-se das quais seriam alguns dos elementos iniciais de preparação do modernismo no Brasil.

A partir do encontro de um grupo de *artistas* durante a famosa exposição de Anita Malfatti (1889 – 1964) na cidade de São Paulo, entre os dias 12 de dezembro de 1917 e 10 de janeiro de 1918, dera-se a intensificação dos debates acerca do Futurismo e seus

¹¹⁴ Filippo Tommaso Marinetti, *Manifesto Futurista*, apud Teles, G. M., 1972, p. 66-7.

¹¹⁵ *idem*, p. 67.

¹¹⁶ Camargos, M., 2002.

¹¹⁷ *idem*, p. 37.

desdobramentos. Considerada o início da etapa preparatória da Semana de Arte Moderna fora nessa exposição que ocorrera o primeiro encontro dos futuros modernistas: Di Cavalcanti, Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Ribeiro Couto. Em relação a Mário de Andrade, após várias e longas visitas às obras, o polígrafo da Rua Lopes Chaves estabeleceu um grande laço de amizade com Anita Malfatti¹¹⁸:

O fato cultural mais importante antes da Semana e que serviu de barômetro da opinião pública paulista em face das novas tendências foi a Exposição de Anita Malfatti em dezembro de 1917. Quem lhe deu, paradoxalmente, certo relevo foi Monteiro Lobato que a criticou de modo injusto e virulento em um artigo intitulado ‘Paranoia ou Mistificação?’ (...) Anita Malfatti trazia a novidade de elementos plásticos pós-impressionistas (cubistas e expressionistas) que assimilara em sua viagem de estudos pela Alemanha e pelos Estados Unidos. Defenderam-na, primeiro Oswald e, pouco depois, Menotti del Picchia; Mário de Andrade esteve entre os admiradores da primeira hora¹¹⁹.

O ano de 1921 testemunhara no mínimo dois pontos importantes: as afirmações modernistas e a divulgação seguida de reflexões sobre o futurismo no Brasil¹²⁰. Quanto à primeira, o grupo modernista elencara um conjunto de asserções que servira de bússola ao movimento de renovação em solo nacional. Desde o combate ao passadismo¹²¹ à reação ao parnasianismo, os modernistas se opuseram ao regionalismo¹²² e a negação da trindade étnica na formação nacional, calcada no mito das três raças fundadoras: índio, negro e português¹²³.

¹¹⁸ Sobre a relação de amizade entre ambos ver: ANDRADE, Mário de. *Mário de Andrade: cartas a Anita Malfatti*. Organizada por Rossetti Batista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

¹¹⁹ Bosi, Alfredo, 2003, p. 333.

¹²⁰ Cf. BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo Brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

¹²¹ O combate se apresentava da seguinte maneira: “Os reformistas investem, logo após o ‘manifesto do Trianon’, contra o passado e Menotti del Picchia começa por declarar que Peri é representativo símbolo dessa época vencida. Propõe, então, que se mate Peri. Na verdade, não está atacando a personagem de Alencar (...) mas a mentalidade apegada às ideias de antanho e que não admite nenhuma espécie de renovação. (...) Peri, em suma, ‘é o símbolo da superstição pelo passado’, que não pode mais continuar na era do automóvel e do aeroplano. É preciso apartar o Brasil desse incubo, a fim de que o país adquira feição de ‘povo moderno, avanguardista, criador e pensador, liberto e original’”. (Brito, Mário da Silva. In: *Op. cit.*, p. 192-193.)

¹²² Contundente, o ataque ao regionalismo na literatura assumia a seguinte forma: “Candido Mota Filho (...) lança seu protesto contra *Jeca Tatu*, personagem padrão das letras regionais: ‘O mono burlesco que vive sentado sobre os calcanhares, indiferente a tudo, retardatário da espécie e tropeço ao progresso do país, não pode ser o protótipo da alma nacional’ (...) O regionalismo é, enfim, repudiado pelos modernistas porque dava do orbe brasileiro uma ideia que não correspondia à visão de progresso que São Paulo produzia. O caipira era o atraso, a miséria, o oposto, em suma, à grandiosidade paulista”. BRITO, Mário da Silva. In: *Op. cit.*, p. 201 – 202.

¹²³ “Essa questão deriva das oposições feitas ao passadismo, ao romantismo e ao regionalismo. Peri, símbolo de etapas históricas ultrapassadas, é também, na mente dos modernistas, protótipo da literatura indianista, que, neste momento polêmico, é negada integralmente, considerada falsa, romântica numa palavra (...) O repúdio pelos modernistas à afirmativa de que três grupos étnicos fundamentaram a raça brasileira, prende-se ainda à negação ao parnasianismo, que, através do célebre soneto de Bilac, consagrava o índio, o negro e o português como fatores constitutivos da gente brasileira.” BRITO, Mário da Silva. In: *Op. cit.*, p. 203.

Quanto à segunda, as reflexões sobre o Futurismo no Brasil pouco a pouco ganhavam corpo e profundidade em virtude do movimento de assimilação no qual as ideias transitavam no território nacional. Em 27 de maio, Oswald de Andrade publicara o artigo “Meu poeta futurista” no *Jornal do Commercio*, apresentando Mário de Andrade ao público. Em resposta ao artigo de Oswald, Mário de Andrade publicara “Futurismo?” a 6 de julho do mesmo ano¹²⁴. Em seguida, Mário publicara nos meses de agosto e setembro “Mestres do passado”, também no *Jornal do Commercio*, repudiando o parnasianismo. A respeito de sua relação com o Futurismo, Mário de Andrade fizera uma advertência:

Não sou futurista (de Marinetti). Disse e repito-o. Tenho pontos de contato com o Futurismo. Oswald de Andrade, chamando-me de futurista, errou. A culpa é minha. Sabia da existência do artigo e deixei que saísse. Tal foi o escândalo, que desejei a morte do mundo¹²⁵.

De mais a mais, no final daquele ano, o jovem Sérgio Buarque Holanda também se posicionara quanto ao Futurismo. Residindo no Rio de Janeiro, publicara no periódico local *Fon-Fon*, em 10 de dezembro de 1921, um artigo intitulado “O Futurismo Paulista”. Confluindo para o projeto dos futuristas de 1922, o conteúdo fora escoltado pelo lastro do debate na província paulistana e acompanhara a esteira das grandes mutações do século que iniciara¹²⁶. Colaborando na divulgação, o jovem crítico, com apenas 18 anos, mencionara os pares paulistanos na capital federal, assim como sublinhara sua visão sobre o movimento:

Vamos agora aos futuristas de São Paulo que, como já se vê, podem ser chamados assim. Não se prendem aos de Marinetti, antes têm mais pontos de contacto com moderníssimos da França desde os passadistas Romain Rolland, Barbusse e Marcel Proust até os exquisitos Jacob, Apollinaire, Stietz, Salmon, Picabia e Tzara. Em todo caso iniciaram um movimento de libertação dos velhos preconceitos e das convenções sem valor, movimento único, pode se dizer, no Brasil e na America Latina¹²⁷.

¹²⁴ Segundo Camargos (2002), o conteúdo do artigo é marcado pela reprovação do emprego de rótulos estéticos e pelo estabelecimento de sua própria pesquisa sobre a modernidade.

¹²⁵ Mário de Andrade, *Paulicéia Desvairada*. In: Andrade, Mário de. *Poesias completas*; edição crítica de Diléa Zanotto Manfio. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1987, p. 61.

¹²⁶ Conforme as palavras do autor: “Pode-se dizer sem emphase que a maior parte das grandes ideias surgidas com o *fin de siècle*, algumas um tanto exageradas, outras raramente seguidas, tiveram por ponto de convergência o movimento futurista iniciado com o manifesto de 20 de fevereiro de 1909 publicado no ‘Figaro’ de Paris por Filippo Tommaso Marinetti, natural de Alexandria”. Holanda, Sérgio Buarque de. “O Futurismo Paulista” In: *Fon Fon Revista Semanal*, Anno XV, nº 50, Rio de Janeiro, 10/12/1921, sem pág.

¹²⁷ *Idem, ibidem*, sem página.

De modo geral, com relação aos pontos de contato podemos verificar que estes se deram em torno dos signos da tecnologia do início do século passado. Ademais, os modernistas incorporaram o perfil do jovem agressivo, repleto de entusiasmo, que trouxera para si a incumbência em desconstruir a ordem cultural em vigor e formar, ao mesmo tempo, uma nova¹²⁸. Nesse sentido, não absorveram tampouco cultivaram, “lato sensu”, o princípio marinettiano. Isto se torna mais evidente ao constatarmos o desconforto de Mário de Andrade diante do rótulo “futurista” segundo afirmação de Oswald:

Depois, começaram os escrúpulos, sobretudo da parte de Mário de Andrade. Ele, nacional e nacionalista como era, não se sentia à vontade dentro do rótulo estrangeirante. Assim, pouco a pouco, foi encontrada a palavra ‘modernista’ que todo o mundo adotou¹²⁹.

Carregada de ambiguidades e contradições, a palavra “modernista” almejava ser a representação das transformações que aconteciam naquele início de século. Na tentativa de torná-la legítima, a Semana de Arte Moderna, ocorrida nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922, provida de antagonismos, aspirara ser o ponto de convergência dessas tendências, não apenas artísticas e literárias, mas também de ascensão nacional, sobretudo pelo desejo de conectar o país ao compasso do mundo. Assim, “a semana de 22 pretendia captar a vida em movimento, a eletricidade, o cabo submarino, o automóvel, o aeroplano, o cinema¹³⁰”. Os símbolos e os signos da tecnologia, sob o amparo do Futurismo, serviram como fonte inspiradora e como representação do avanço e do progresso. De tal modo que esse momento “se caracteriza pelo combate ao passado, pela elaboração de uma nova estética adequada à vida moderna e pela captação da realidade atual entendida como a vida urbana e industrial que tinha São Paulo seu exemplo máximo¹³¹”.

Ademais, a Semana marcou a década como uma expressão contrária aos ufanismos presentes no momento da comemoração do Centenário da Independência. Aí parece localizar sua maior contradição: se por um lado a *Semana* desejava manifestar-se de maneira contrária às comemorações, por outro lado ela também se revelou de modo ufanista, apesar de ambos

¹²⁸ Entretanto, faz-se necessário uma ressalva: “Mas como toda tentativa de superação oblitera o fato de que cada cultura carrega sentidos anteriores a si, e remete a classificações e ordens, no limite, preexistentes, os modernistas, de acordo, com Mário de Andrade, também cometeram levandades e exageros na sua cruzada refratária aos valores do passado. A desorientação caracterizou os anos iniciais do movimento, que se ressentiu da falta de nitidez e de objetivos na hora de aclimatar o ‘moderno’ do primeiro mundo à realidade de um Brasil agrário e tacanho” (Camargos, M., 2002, p. 40).

¹²⁹ Oswald de Andrade, *O modernismo*, apud Márcia Camargos, 2002, p. 39.

¹³⁰ Oliveira, L.L., 1997, p. 190.

¹³¹ *Idem, ibidem.*

os movimentos possuem conteúdos diferentes. O desvanecimento repousava no *desejo de ser moderno* a qualquer custo¹³². Nesse sentido, uma das trajetórias para atingi-lo fora uma inclinação à crença no mito positivista do progresso, ou seja, da modernização técnica no território como elemento condutor ao desenvolvimento econômico, social e cultural:

... o que está em causa é a vinculação direta entre progresso e teleologia: o crescimento técnico determinaria, mecanicamente, o crescimento social, econômico e cultural. Não se consideram as contradições, os movimentos de avanço e recuo nem o caráter não-linear nem a interação assimétrica das várias esferas do social e do político¹³³.

Assim, desejava-se transpor o período do movimento de ruptura e continuidade dos processos que estavam ocorrendo naquele momento. Com isso, a modernidade adviria do progresso técnico, isento da necessidade do período de transição em curso.

Entre todas as programações para o evento, a Semana apresentou-se sem dúvida como um grande escândalo¹³⁴, em razão da urgência de elevar a cultura brasileira diante de outras mais tradicionais, sobretudo a francesa. Essa elevação, segundo o crítico Antonio Candido¹³⁵, consistira na redefinição da cultura brasileira, pautada nas avaliações que eram feitas acerca dos debates literários e geográficos brasileiros. Em suma, o crítico observara que houvera uma tentativa de

... superação constante de obstáculos, entre os quais o sentimento de inferioridade que um país novo, tropical e largamente mestiçado, desenvolve

¹³² Helena, L. 1995.

¹³³ Idem, *ibidem*, p. 107.

¹³⁴ Tal escândalo é narrado por Carminha de Almeida: "... a coisa foi feita com grande, grandíssimo escândalo para o burguês. Era já fevereiro de 1922, tempo de chuva aqui em São Paulo, o que não impediu que acorressem multidões ao local do crime. Quadros, esculturas, desenhos, pelos saguões e corredores; conferências, declamações, concertos, dansas na sala de espectáculos. Ivone Daumerie fazendo dansa moderna vestida de borboleta... Guiomar Novaes, que pretendia tocar Chopin, foi obrigada a tocar Villa Lobos. E tocou. Tudo isso com assistência irritada, vaiando sem parar. Mario de Andrade, Graça Aranha, Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Villa Lobos (que até então tocara apenas nos cinemas do Rio), Sérgio Millet, John Graz, Zina Aita, Brecheret, todos retribuíaam vaias com sorrisos, sorrisos de bemaventurança. Todos não, pois contam que Ronald de Carvalho e Renato de Almeida sofreram com as vaias, protestaram enquanto alguém pedia mais "porque sem vaia não conseguia falar". As senhoras olhavam raivosas para o Homem Amarelo de Anita Malfatti. Os senhores atacavam os trabalhos expostos com impropérios e bengalas, um chegou a furar o olho do retrato de Segall. Com Zita Aita, uma senhora mesquinha e nada inteligente tentou fazer uma intriga sórdida, telefonando para a esposa de um dos organizadores para contar que a artista estava nos braços do mesmo. Por aí se vê que até infâmias houve. Não é preciso dizer que a imprensa, com exceção do "Correio Paulistano", atacou sis-te-ma-ti-ca-men-te. O "O Estado de São Paulo" publicou uma nota nestes termos: "As colunas da secção livre deste jornal estão á disposição de todos aqueles que, atacando a Semana de Arte Moderna, defendam o nosso patrimônio artístico". Almeida, Carminha de. "História da Semana de Arte Moderna". In: *Revista Anual do Salão de Maio*. São Paulo: 1939; p. 27.

¹³⁵ CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 4ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

em face de velhos países de composição étnica estabilizada, com uma civilização elaborada em condições geográficas bastante diferentes¹³⁶.

Considerada como ruptura do padrão cultural bacharelesco vigente, a Semana de 22, no entanto, não pode ser encarada como uma “quebra” epistemológica do ponto de vista literário, isto é, como uma espécie de ponto de partida na cultura brasileira¹³⁷. Na verdade, a produção dos modernistas procurou abalar toda uma visão de Brasil que trazia no bojo um confronto às atividades da produção literária do final do século XIX e início do XX¹³⁸:

O modernismo combateu o que existia antes: o romantismo – sentimental, pré-racional, pré-moderno; o realismo – preso ao cientificismo e ao pessimismo (as raças e o clima como um background negativo); o parnasianismo – preso aos cânones rígidos da métrica e da rima¹³⁹.

Outro aspecto em relação ao movimento modernista de 1922 refere-se aos seus patrocinadores. A arte moderna nascera no Brasil sob o auspício da parte mais refinada da aristocracia rural. Fora patrocinada por intermédio da figura de Paulo da Silva Prado (1869-1943), sendo um dos principais, ao lado do escritor e diplomata Graça Aranha (1868 – 1931)¹⁴⁰. Filho do conselheiro Antônio Prado¹⁴¹, sua família possuía grande fortuna e influência à época. De tradicional família de cafeicultores, aplicara parte de seus capitais em bancos, indústrias, ferrovias, mercado imobiliário além de negócios em importação e exportação. Essas atividades proporcionaram enorme êxito econômico, ampliando sua influência e poder políticos, posicionando-o como um dos principais representantes da elite paulista¹⁴². Em relação a seus aspectos culturais, o crítico literário João Luís Lafetá observa:

Educada na Europa, culturalmente refinada, adaptada aos padrões e aos estilos da vida moderna, não apenas podia aceitar a nova arte como, na verdade, necessitava dela (...) O aristocratismo de que se reveste precisa ser justificado por uma tradição que seja característica, marcante e distintiva – um verdadeiro caráter nacional que ela represente em seu máximo refinamento¹⁴³.

¹³⁶ Candido, Antonio. *Op. cit.*, p. 110.

¹³⁷ Camargos, M., 2002.

¹³⁸ Lafetá, J. L., 2000.

¹³⁹ OLIVEIRA, L. L., 1997, p.190.

¹⁴⁰ Cf. Camargos, M. 2002.

¹⁴¹ À época, o conselheiro Antonio Prado era o exemplo de cafeicultor, comerciante e industrial simultaneamente (Carone, E., 1969).

¹⁴² Camargos, M., 2002.

¹⁴³ Lafetá, J.L., 2000, p.24.

Embora sendo um movimento claramente contestador da ordem, na verdade o movimento acabara manifestando uma tendência muito própria ao espírito intelectual brasileiro do final do século XIX e início do XX e presente em pensadores expressivos tais como: o historiador cearense João Capistrano de Abreu (1853 – 1927), o escritor paraense José Veríssimo Dias de Matos (1857 – 1916) e o crítico literário sergipano Sílvio Romero (1851 – 1914), os quais procuravam uma maneira particular de compreender o Brasil e de propor alternativas que superassem a realidade do país¹⁴⁴, já meio século antes da Semana de 1922:

O pensamento dos autores que produziram seus trabalhos entre 1870 e 1914 foi dominado pelo sentido de atualização, de modernização (...) Seu projeto era colocar o país ao ‘nível do século’, superar seu ‘atraso cultural’ e acelerar sua marcha evolutiva a fim de que o Brasil pudesse alcançar a parcela mais avançada da humanidade¹⁴⁵.

¹⁴⁴ Em relação a Sílvio Romero observa-se o seguinte: “A vida psychologica da nação é um attestado de seu profundo abatimento. Nas altas camadas e no povo inulto formigam os prejuízos sob a fôrma de verdadeiras *manias nacionaes*. Indicamos aqui as principaes: a mania das phrases, dos empregos, da politicagem, da corte, do francizismo e da rotina. A primeira, e uma das mais ferozes, é a tendência irresistível do espirito nacional para evitar o serio das questões por meio de um séstro peculiar de colorir banalidades, tomando posições oratórias e fazendo tregeitos tribunicios. Esta fatal doença invadio a nossa pobre litteratura. O jornalismo é em geral superficial e palavroso, e, ao passo que não temos livros de sciencia, ahi surgem todos os annos algumas dúzias de contos aéreos, vaporosos, cloroticos, doentios de hysteric *phraseomania*. E quem os não imita tem o *estylo duro e pesado*.” (Romero, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert & C., 1888, p. 360). Por sua vez, João Capistrano de Abreu assinala: “Quando a 15 de novembro de 98 Campos Salles assumiu a presidência, desannuviara-se o horizonte, arrefeceram as paixões, e destenderam-se os espíritos. Os peiores inimigos deixaram a attitude aggressiva e, ao abrir-se a sessão do congresso, em 99, apresentaram-se os dois partidos a apoia-lo: um, porque se batera pela sua eleição e a fizera triumphar, outro, porque os interesses imprescriptiveis da Pátria exigiam o agrupamento á volta de seu representante mais autorizado. Chamavam-se estes o partido da Concentração. Continuarão as coisas no mesmo pé pelo anno que começa? A concentração dos dois partidos lembra a fábula do homem grisalho que tinha duas amantes: a velha arrancava-lhe os cabellos pretos, a moça arrancava-lhe as cans.” (Estudo publicado na “A Noticia” de 1 de Janeiro de 1900 sob titulo *O Brasil no século* e offerecido á Sociedade Capistrano de Abreu pelo consocio Constancio Alves. Republicado em: Abreu, João Capistrano de. *Ensaio e Estudos (crítica e história)*. 3ª série. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1938; p. 148). Por fim, José Veríssimo: “O movimento de idéias que antes de acabada a primeira metade do século XIX se começara a operar na Europa com o positivismo comtista, o transformismo darwinista, o evolucionismo spenceriano, o intelectualismo de Taine e Renan e quejandas correntes de pensamento, que, influindo na literatura, deviam pôr termo ao domínio exclusivo do Romantismo, só se entrou a sentir no Brasil, pelo menos, vinte annos depois de verificada a sua influencia ali. Sucessos de ordem política e social, e ainda de ordem geral, determinaram-lhe ou facilitaram-lhe a manifestação aqui. Foram, entre outros, ou os principais: a guerra do Paraguai, acordando o sentimento nacional, meio adormecido desde o fim das agitações revolucionárias consequentes à Independência, e das nossas lutas o Prata; a questão do elemento servil, comovendo toda a nação, e lhe despertando os brios contra a aviltante instituição consuetudinária; a impropriamente chamada questão religiosa, resultante de conflito entre as pretensões de autonomia do catolicismo official e as exigências do tradicional regalismo do Estado, a qual alvoroçou o espírito liberal contra as veleidades do ultramontanismo e abriu a discussão da crença avoenga, provocando emancipações de consciências e abalos da fé costumeira; e, finalmente, a guerra franco-alemã com as suas consequências, despertando a nossa atenção para uma outra civilização e cultura que a francesa, estimulando novas curiosidades intellectuais”. (Veríssimo, José. *História da literatura brasileira*. Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro, s/d; p. 151).

¹⁴⁵ Oliveira, Lucia Lippi. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990; p. 81.

Designados como “Antigos modernistas¹⁴⁶”, os pensadores que marcaram esse período empreenderam reflexões e trabalhos sobre o território nacional inseridos naquele presente a fim de problematizar o caminho em direção ao modelo de modernidade europeia, tida como avançada. Não somente no âmbito da tecnologia, mas igualmente nos moldes do arranjo político institucional e econômico. Afinal, o país inseria-se na divisão internacional do trabalho como fornecedor de café. Nesse sentido, esses modernistas vetustos examinaram o território nacional no qual o universo urbano e social em transformação se vinculava às técnicas em ascensão, sob as quais as ferrovias são um exemplo, provocando impacto nas relações sociais. Em razão disso, se tornaram pioneiros na incorporação e na discussão, em termos literários, dos efeitos do progresso técnico na cultura e na sociedade brasileira cujo registro, por exemplo, encontra-se no romance *Canaã* (1904) de Graça Aranha:

Esta narrativa é seminal, tanto no que contém de dramatização épica da passagem do Brasil por alguns impasses da modernidade, quanto na filiação a um utopismo visionário aberto às possibilidades da imigração em massa de colonos europeus para a agricultura e indústria nacionais. Alguns temas despontam, neste texto, como questões de base que permaneceriam ainda, por muito tempo, na cultura e sociedade brasileira: a oposição campo/cidade; a indeterminação dos limites extremos das fronteiras econômicas e civilizacionais da nação; os conflitos raciais; a herança da escravidão e os efeitos da imigração estrangeira; a exploração predatória e o arruinamento precoce das paisagens; a contradição entre nacionalismo e cosmopolitismo; os choques de temporalidades adversas, bem expressas pelo antagonismo entre comunidade rural e pequenos agricultores (...) e a sociedade nacional (lugar do Estado legal-burocrático moderno, detentor do monopólio do uso da violência).¹⁴⁷

O cenário nacional na passagem do século era disposto por conflitos em diferentes partes do território. Todavia, apesar das repercussões, não obedeciam a ordem de ritmo uniforme. Ocorriam em tempos e espaços diferentes e, não raramente, expressavam conflitos essencialmente locais. A Guerra de Canudos; o grupo de cangaceiros chefiados por Lampião; os “milagres” do Padre Cícero em Juazeiro; e o declínio da produção açucareira refletiam o quadro crítico pelo qual o Nordeste atravessava. Já em São Paulo, os conflitos foram marcados pelas greves operárias durante o período da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), remontando uma atuação que vinha desde o final do século XIX¹⁴⁸ e sinalizando as

¹⁴⁶ Hardman, Francisco Foot. “Antigos modernistas”. In: *Tempo e história*. Aduato Novaes (org.). São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

¹⁴⁷ Hardman, Francisco Foot, *Op. cit.*, p. 292-293.

¹⁴⁸ “Difusamente atuante desde meados do século XIX, em plena sociedade escravista brasileira, o movimento operário desenvolveu-se bastante com o incremento acelerado da imigração de trabalhadores assalariados

diversas dificuldades envolvidas numa cidade que apresentava incipiente industrialização. Soma-se a isso, a crescente disputa pelo controle do espaço paulista entre a burguesia industrial (em formação) e os grandes cafeicultores. No extremo norte do Brasil, o declínio do ciclo da extração da borracha. Os movimentos militares de 1922, 1924 e a Coluna Prestes (1925) – movimentos de cunho liberal reformista – representavam a tentativa de golpe contra os grupos políticos no poder, o que viria a desembocar na Revolução de 1930. No sul do país, na fronteira entre Paraná e Santa Catarina, o sangrento conflito envolvendo camponeses, posseiros e mão-de-obra ferroviária contra o Exército nacional na Guerra do Contestado (1913 – 1916). Em vista disso, tais conflitos possuem características e histórias próprias quando analisados de maneira independente. Entretanto, no âmbito do território brasileiro eles evidenciam o quadro geral que o país se encontrava, isto é, marcado por grandes desequilíbrios territoriais:

O drama da modernidade constitui-se precisamente no choque que interrompe o fluxo da experiência tradicional, na destruição sistemática desses espaço-tempos insulados, no esquecimento produzido pelo desencontro de linguagens, na lógica desestruturante das identidades comunitárias, na violência como apanágio legal do Estado¹⁴⁹.

Em razão disso, o movimento modernista de 1922 triunfara valendo-se da sua organização coerente e orgânica tal como *movimento em grupo*, cuja manifestação se entrelaçara ao amplo conjunto de transformações que vinham fluindo sub-repticiamente no território nacional desde finais do século XIX. Na trilha dessa perspectiva histórica, há um *continuum*, cuja perenidade se apresenta de modo bastante tênue:

Entre projeções futuristas e revalorizações do passado, escritores do Brasil na passagem de século tentavam fazer o que o modernismo, depois, adotaria como programa: redescobrir o país¹⁵⁰.

Portanto, os modernistas de 1922 assumem o projeto no debate acerca da cultura brasileira e sua modernização, ao colocar a busca pela atualização das fontes da nacionalidade à ordem do dia.

européus, já no final dos anos 1880, em especial após a abolição do trabalho escravo, o fim da Monarquia e a implantação do novo regime republicano.” (Hardman, Francisco Foot, *Op. cit.* p. 291.)

¹⁴⁹ Hardman, Francisco Foot, *Op. cit.* p. 293.

¹⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 289.

2.1 O papel dos intelectuais

Assumo, de início, uma motivação básica de corte “nacional”, razoavelmente solitária na área nessa época de certo fascínio pela globalização.

Antonio Carlos Robert Moraes, *Bases da Formação Territorial do Brasil*

Ao assumirem o debate no projeto acerca da cultura brasileira e sua modernização, na busca pela atualização das fontes da nacionalidade, os intelectuais passaram a examinar o território nacional tomando-se por base outro ângulo de investigação. Nesse sentido, a década de 1920 fora de discussões e contestações a respeito da incompatibilidade do arranjo institucional da Primeira República (1889 – 1930) na confecção de uma identidade brasileira perante a conjuntura em curso. Desta forma, o decênio pode ser visto “... como uma época de renovação, mudanças, superação do atraso, construção da nação e da nacionalidade. Conflitos e ambigüidades, todavia, permanecem dificultando a construção de um projeto nacional¹⁵¹”.

Como expediente de superação dos desafios, a intelectualidade desse período debatera exaustivamente sua condição para efetivamente construí-lo, o qual somente fora alcançado por intermédio da renovação das instituições que se encontravam em dissonância às transformações em curso no território brasileiro, além da procura por outros mananciais da nacionalidade:

Os intelectuais dos anos 25-40 mostram-se preocupados, sobretudo, com o problema da identidade nacional e das instituições. Na sua perspectiva, já existia uma identidade latente, confirmada pelas maneiras de ser, pelas solidariedades profundas e pelo folclore¹⁵².

Diante dessa situação, impulsionada pela loquacidade das ideias modernistas, a parca elite pensante vivenciara uma crise de identidade sobre a sua “função social”, levando-a na abordagem dessa questão nos incômodos limites de sua conceituação, como podemos

¹⁵¹ Lorenzo, H. C. & Costa, W. P., 1997, p. 9

¹⁵² Pécaut, D., 1990, p. 14.

observar a seguir nas palavras de Mário de Andrade, em 1932, ao se referir na metamorfose do artista em intelectual:

O fenômeno realmente importante e decisivo de nosso realismo psicológico foi a fixação conciente do conceito de intelectual. Está claro que este, como os outros, não são fenômenos peculiares ao Brasil. Apenas se tornaram nossos também. Nós hoje debatemos sofridamente ante os problemas do homem e da sociedade, com uma consciência, com um desejo de solucionar, de conquistar finalidade, com um desespero pela posição de fora-da-lei inerente ao intelectual de verdade, que jamais os artistas do passado brasileiro não tiveram. Basta conceber, por tudo que nos deixaram de obras, de confissões, de vida, como eram fáceis de adaptabilidade, inconcientes de seus problemas individuais e humanos, um poeta social pragmatizado como Castro Alves, ou um *au-dessus de la mêlée* tão irredutível como Machado de Assis, pra verificar que o problema do intelectual só veio perturbar a criação do artista brasileiro na época atual. Hoje estamos preocupados em voltar às nascentes de nós mesmos e da arte. Surgem os traidores dissolutos, convictamente injustos, socializados, revertendo tudo à sua fé católica ou à sua fé comunista (...) os que fazem a prosa dos ensaios e aspiram conservar a insolubilidade do intelectual e permanecer *au-dessus de la mêlée*, esses irritantemente conflagram as suas verdades a uma descrição invertebrada, que nem sempre consegue ocultar o que pensam e aspiram. Serão talvez os que sofrem mais, por isso mesmo que mais irresolutos em sofrer. E na certa que se enxergam enormemente confundidos com o atualmente impossível diletantismo. Enfim todos nós estamos concientes da nossa amarga posição de intelectuais, e movidos pelos fantasmas que nascem desse medo. Uma situação maldita¹⁵³.

Com este testemunho, Mário de Andrade demonstrara a tonalidade e o teor das questões que envolvem sua conceituação¹⁵⁴. Suas palavras evidenciaram, também, a escassez de outras alternativas ante a qual posição aderir, quer seja, entre uma “fé” ou *au-dessus de la mêlée*¹⁵⁵, distante das situações embaraçosas que requereriam escolhas difíceis ou demasiadamente penosas para a época. Todavia, a problematização não representara numa

¹⁵³ Andrade, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Americ = Edit., 1943; p. 70-71.

¹⁵⁴ É interessante observar que essa questão, para Mário de Andrade, permeia também em outro artigo publicado em 10 de abril de 1932 no *Diário Nacional*: “Na realidade a situação pra quem queira se tornar um intelectual legítimo, é terrível. Hoje mais que nunca o intelectual ideal é o protótipo do fora-da-lei, fora de qualquer lei. O intelectual é o ser livre em busca da verdade. A verdade é a paixão dele. E de fato o ser humano socializado, as sociedades, as nações, nada tem a ver com a Verdade. Elas se explicam, ou melhor, se justificam, não pela Verdade, mas por um sem número de verdades locais, episódicas, temporárias, que, estas, são frutos de ideologias e idealizações. O intelectual pode bem, e deverá sempre, se pôr a serviço duma dessas ideologias, duma dessas verdades temporárias. Mas por isso que é um cultivado, e um ser livre, por mais que minta em proveito da verdade temporária que defende, nada no mundo o impedirá de ver, de recolher e reconhecer a Verdade da miséria do mundo. Da miséria dos homens. O intelectual verdadeiro, por tudo isso, sempre há de ser um homem revoltado e um revolucionário, pessimista, cético e cínico: fora da lei.” Andrade, Mário de. *Táxi e Crônicas no Diário Nacional*; estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo, Duas Cidades, Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, p. 516.

¹⁵⁵ Essa expressão, segundo Lahuerta (1997, p. 95), significa “Acima da plebe” e sua origem está no folheto publicado por Romain Rolland, expressando sua posição aos efeitos negativos da Primeira Guerra Mundial.

característica inerente ao Brasil naquele momento, apenas. As palavras de Mário de Andrade atestam isso. Na verdade, tratava-se de uma ampla reflexão que ocorrera no plano internacional, originário desde meados da virada do século XIX para o XX, ganhando corpo ao longo da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) e acentuado após o término do conflito¹⁵⁶.

Nesse sentido, o evento que sublinhara um aprofundamento do debate está relacionado à repercussão da clássica obra *La trahison des clercs*, do filósofo francês Julien Benda¹⁵⁷. Publicada em 1927 na França, o autor argumentara que a função dos homens era defender desinteressadamente valores morais como a *justiça* e a *liberdade*, a quem os havia denominado de “intelectuais”. Segundo o autor, os “intelectuais” seriam os clérigos modernos, pois foram os responsáveis por assegurar, na história do Ocidente, a continuidade cultural da civilização. Entretanto, no instante de adesão às paixões políticas da época, quaisquer que fossem partidária, racial, nacionalista, ou de classe, constituiria, nesse sentido, uma “traição”, visto que atuaria em virtude de interesses práticos, vinculando-se às disputas políticas e embates ideológicos, afastando-os, portanto, das suas “verdadeiras” funções:

La justice est une valeur désintéressée, et donc éminemment cléricale, pour une raison que la plupart de ses fervents ne voient pas et dont ils m'en voudront de la divulguer. Elle est une école d'éternité, elle n'est pas un principe d'action ; elle est statique, non dynamique; régulatrice, non créatrice. Tout ce qui s'est fait de pratique dans l'histoire s'est fait dans l'injustice. Les grandes nations qui, sauf de rares exceptions, sont en somme les meilleures, se sont édifiées parce que certaines races en ont un jour violente d'autres, cependant qu'au-dedans de soi elles instituaient plus ou moins formellement des régimes d'autorité, c'est-à-dire d'injustice. Cela ne cesse point d'être vrai pour les nations qui devaient un jour assurer à leurs membres le plus de justice et pour celle (la Russie) qui aujourd'hui la leur promet le plus formellement. J'en dirai autant de la liberté, cette autre valeur éminemment cléricale en tant qu'elle est la condition de la personne, mais dont les fidèles – principalement les démocrates – ne veulent pas reconnaître qu'elle est une valeur toute négative, qui n'a jamais rien construit, que tous ceux qui fondèrent quelque chose sur cette terre, y compris les régimes qui devaient un jour donner la liberté, l'ont fait en commençant par la refuser. Et j'en dirai autant de la raison, laquelle est un principe de critique et de compréhension, alors que la puissance de création appartient indéniablement à l'irrationnel. Mais ce caractère *non pratique* de ses idéaux est une des choses que le clerc moderne repousse le plus vivement, montrant ainsi sa méconnaissance profonde de ce qui constitue son essence¹⁵⁸.

¹⁵⁶ Lahuerta, M., 1992.

¹⁵⁷ BENDA, Julien. *La trahison des clercs*. Québec: Les classiques des sciences sociales, 2006.

¹⁵⁸ Benda, Julien, *op. cit.*, p. 83 – 84.

Em vista disso, a abordagem do assunto em território nacional adquirira contornos singulares¹⁵⁹. Mário de Andrade assim realizara inicialmente a problemática no periódico *Diário Nacional* em 08 de abril de 1928: “os intellectuaes verdadeiros são levados a uma especie de nivelamento de todos os valores moraes e consequentemente á indiferença pelo conceito de caracter.¹⁶⁰” Assim, a temática fora encaminhada pela complexidade do conceito, pois segundo o autor de *Macunaíma* a cultura moderna oferecera avanços nos estudos psicológicos, dificultando o reconhecimento das escolhas feitas pelo homem como traidoras ou não. E a questão não o abandonara. Ainda nos anos 1920, voltara refletir a questão no mesmo periódico, em 1º de novembro de 1929, porém de maneira mais contundente:

Quando Julien Benda estabeleceu no seu livro barulhento, a condição de ‘clerc’, ele não esqueceu de especificar bem que a contemplatividade do ‘clerc’ às direitas não impedia este de se manifestar a respeito de movimentos políticos e tomar parte neles. Mas a pena é que Julien Benda tratou quase que só de pensadores e literatos, de ‘intelectuais’. E é certo que estes, não sei se por lidarem com o elemento diretamente intelectual das palavras, em geral, são mais foguetes, mais audaciosos, e vivem tomando partido. Felizmente pra eles que assim pelo menos justificam mais socialmente, pra não dizer: humanamente, a sua maneira-de-ser¹⁶¹.

Em linhas gerais, os caminhos que os intelectuais procuraram seguir na tentativa de equacionar a problemática apresentaram diversas feições. Como exemplo, o posicionamento do poeta e diplomata paulista Luís Aranha (1901 – 1987). Com o título “A traição necessária”, o artigo fora publicado no periódico carioca *O Jornal*, em 18 de maio de 1928, no

¹⁵⁹ É importante salientar o alcance da obra de Julien Benda. Além do Brasil, suas teses foram objeto de reflexão na Alemanha em 1928 por Walter Benjamin (1892 – 1940) e assim assinalada categoricamente: “De fato, o que falta a esse extraordinário pensamento polêmico é uma corrente contrária, e a exposição da situação atual é demasiado clara, demasiado drástica, demasiado ofuscante para que possa levar à sua liquidação da maneira tão imediata quanto crê Benda. Ele reconhece muito bem que o motivo mais irresistível da mentalidade que denuncia reside no fato de a intelectualidade ter resolvido deixar o estágio das eternas discussões e chegar a qualquer preço a uma decisão. Porém, ele não capta a seriedade brutal dessa postura, nem sua conexão com a crise da ciência, com o abalo do dogma de uma pesquisa “isenta de pressupostos”; ele tampouco parece ver que o apego da intelectualidade aos preconceitos políticos das classes e dos povos não passa de uma tentativa, na maioria das vezes nefasta e geralmente insuficiente, de abandonar as abstrações idealistas e voltar a acercar-se da realidade e inclusive de aproximar-se dela mais que nunca. Porém, o encontro ocorrido foi bastante violento e tenso. Mas, em vez de buscar suas formas mais comedidas e mais pertinentes, em vez de querer fazê-las voltar atrás, em vez de querer entregar os literatos novamente à clausura do idealismo utópico, ele revela uma constituição mental rigorosamente reacionária – nem mesmo o apelo aos ideais da democracia consegue dissimular isso. De resto, não se pode acusar Benda de procurar disfarçar essa mentalidade. A tese que ele coloca na base de seu livro afirma uma moral dupla em toda a sua forma: a do poder para os Estados e povos, a do humanismo cristão para a intelectualidade”. (Benjamin, Walter. “Três Livros”. In: *O capitalismo como religião*. Organização Michael Löwy. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 123).

¹⁶⁰ Andrade, Mário de. “Sobre a Carta Pastoral de D. José Maurício da Rocha”. In: *Diário Nacional*, Anno I, nº 330, São Paulo, 8/04/1928, p. 07.

¹⁶¹ Andrade, Mário de. “Mesquinhez”. In: *Taxi e crônicas no Diário Nacional*. Estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Ancona Lopez. São Paulo: Duas Cidades/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976, p. 155.

qual o autor atestara e defendera a adesão dos “nossos clerics” ao movimento de renovação em curso. No entanto, com o resguardo de posição ante aos riscos de vincular-se de maneira absoluta e radical:

Eu não digo que os nossos “clerics” devam commeter a alta traição em favor do nacionalismo extremado e queira demonstrar a rigidez dos laços nacionaes com o estrangulamento das liberdades. Nem se deve admittir, sob a alegação de que a justiça é uma idéa abstracta, apenas uma preciosidade decorativa do museu metaphysico que se outorgue ao poder publico uma força discricionaria para a defesa dos interesses supremos da nacionalidade. Os ‘clerics’ devem vir para arena com as suas armas e com ellas combater. A sua traição deve ser funccional, não doutrinaria¹⁶².

O outro exemplo fora o editorial do periódico também carioca *Movimento*¹⁶³. Publicado em novembro de 1928 e com o título “Amplitude do espírito moderno”, o conteúdo fora marcado essencialmente pelo diagnóstico dos males nacionais advindos da Constituição de 1891 na organização da vida política, cujos efeitos negativos sobre o território brasileiro fora a crítica mais contundente¹⁶⁴. Como expediente de superação, seguida pela necessidade premente de contribuir na transformação do país, o editorial reclamara a participação dos “homens de intelligencia e acção”:

Para a realização dessa obra nacional é que o paiz reclama o esforço de todos os homens de intelligencia e acção. Invertendo a these de Julien Benda, diremos que, nesta hora, os ‘clerigos’, no Brasil, não têm o direito de trair, abandonando a fidelidade á renovação brasileira, que não é um phenomeno politico apenas, mas social, antes de tudo, preparando a nação para, com consciencia própria, dirigir os seus destinos¹⁶⁵.

Apesar da pluralidade de vozes, o fio condutor das reflexões consistira no esforço de situar o lugar social do intelectual brasileiro no movimento de renovação na organização da sociedade, erguendo-se para o século XX com sua própria face intelectual. Nesse sentido, está

¹⁶² Aranha, Luís. “A traição necessária”. In: *O Jornal*. Anno X, nº 2904, Rio de Janeiro, 18/05/1928, pág. 02.

¹⁶³ “Amplitude do espírito moderno”. In: *Movimento. Revista de crítica e informação*, Anno I, nº 2, Rio de Janeiro, Novembro de 1928, p. 03.

¹⁶⁴ “Na República, fizemos uma federação e um presidencialismo de empréstimo, imitado então dos Estados Unidos, mas sem lhes poder dar os fundamentos que encontram naquelle paiz. O resultado foi a pratica viciosa de todas as formas e o falseamento do regime cuja execução desconhecíamos. (...) A revisão constitucional, que se aspira, ainda não foi realizada. (...) Os grande problemas da federação, uma melhor divisão de estados, evitando essa monstruosa delimitação, que cria o Amazonas e Sergipe, Minas e o Espirito Santo; uma distribuição mais equitativa do regime tributário; a solução para os latifúndios; a unidade do direito adjectivo; o ensino primário; a proibição dos empréstimos sem o consentimento federal, nada disso mereceu dos revisores de 1925 e 1926 a menor atenção no aodamento com que numa hora inoportuna, aprovaram a reforma, que não passou de um golpe de força.” In: *Movimento. op. cit.*, p. 03.

¹⁶⁵ *Ibidem, ibidem.*

claro que os posicionamentos aqui apresentados se afastam das proposições fossilizadas de Julien Benda, cujas críticas dirigidas se aproximam à definição de “intelectual tradicional” proposto por Antonio Gramsci¹⁶⁶, segundo o qual o exemplar desta categoria seria a dos clérigos, os quais houveram monopolizado determinados tipos de serviços, como ensino, moral, ciência, justiça e filosofia. Em virtude disso, as colocações aqui expostas assinalam os anseios pelo preenchimento de um conjunto próprio de funções a ele na sociedade brasileira, portanto mais próximo da definição de “intelectual orgânico” sugerido por Antonio Gramsci¹⁶⁷, enquanto força de organização da cultura e de interesses engendrados pelo capitalismo.

Não obstante, as diversas feições apresentadas tiveram como ponto de convergência na solução da problemática o desemboque num único agente: o Estado. O debate sobre o papel dessa instituição repousara sobre uma das maiores preocupações do momento que antecederia a Revolução de 1930, qual seja a questão da “organização nacional”. Desde Alberto Torres, no início do século XX, e para Oliveira Vianna, sobretudo durante as décadas de 1920 e 1930, essa questão percorreria os interesses de todos aqueles que desejaram uma “conformação” nacional para o Brasil, como podemos observar a seguir nas palavras de Alberto Torres em *A organização nacional*:

Somos um país sem direção política e sem orientação social e econômica. Este é o espírito que cumpre criar. O patriotismo sem bússola, a ciência sem síntese, as letras sem ideal, a economia sem solidariedade, as finanças sem continuidade, a educação sem sistema, o trabalho e a produção sem harmonia e sem apoio, atuam como elementos contrários e desconexos, destroem-se reciprocamente, e os egoísmos e interesses ilegítimos florescem, sobre a ruína da vida comum.

O Brasil é, entretanto, um dos países que apresentam mais sólidos elementos de prosperidade e mostram condições para um mais nobre e brilhante destino¹⁶⁸.

E nas palavras de Oliveira Vianna em *Populações Meridionais do Brasil*:

O grande movimento sincretista (...) desenvolve em nosso povo, é certo, a consciência da onipotência do poder do Estado, o sentimento da sua incomensurável capacidade de fazer o bem e de fazer o mal – e daí o nosso estatismo. Esse grande movimento não funde, porém, não teve tempo – dada a deficiência entre nós de fatores de integração coletiva – de fundir,

¹⁶⁶ Gramsci, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

¹⁶⁷ *Idem, idem*.

¹⁶⁸ Torres, Alberto. *A organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914; p. 62.

moralmente, o povo na consciência perfeita e clara da sua unidade nacional e no sentimento profético de um alto destino histórico.

Esse alto sentimento e essa clara e perfeita consciência só serão realizados pela ação lenta e contínua do Estado – um Estado soberano, incontestável, centralizado, unitário, capaz de impor-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional¹⁶⁹.

Sob essa perspectiva, a responsabilidade pela “construção do país” fora tomada por uma parcela significativa dos intelectuais brasileiros como uma “missão¹⁷⁰”, cuja incumbência, aliás, já estava presente desde o momento da Independência, em 1822, ampliada no último quartel do século XIX e reforçada nesses anos iniciais do século XX. Nesse sentido, atribuíram para si mesmos as elaborações teóricas no encaminhamento da formação da nacionalidade, compreendida enquanto constructo de um caráter brasileiro¹⁷¹.

Na década de 1930, esse sentimento missionário fora posto como um forte agente, sobretudo durante o corporativismo institucionalizado pelo Estado Novo (1937-1945)¹⁷². Amplamente aceito entre a intelectualidade, o governo autoritário de Getúlio Vargas incorporara-os a seus quadros administrativos proporcionando a eles as condições ideais para a realização de seus fins ante o novo bloco de poder constituído¹⁷³. Desta maneira, a organização nacional exigira esse “sentimento de nação” coincidente mesmo com o território ainda não inteiramente conquistado e apropriado por uma ordem única de exploração.

É importante sublinhar que a matriz geográfica do território brasileiro, constituída sob a forma de “arquipélagos”, apresentara naquele momento a necessidade de conexão e de integração. O avanço do sistema capitalista no pós-Primeira Guerra era pródigo de interferências nesse processo:

Procurarei fixar em rápida notação algumas das manifestações mais visíveis dessa synergia nacional constructiva, característica do actual momento brasileiro. Ver-se-á que, longe de ser o da animalização da espécie, caracteriza-se elle por um alto e nobre sentido da vida; que longe de se

¹⁶⁹ Vianna, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. (Edições do Senado Federal; v. 27); p. 366.

¹⁷⁰ Sevcenko, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 1ª reimpr. da 4ª ed. de 1995. São Paulo: Brasiliense, 1999.

¹⁷¹ Conforme Lahuerta (1997, p. 95): “A perspectiva de missão, forte entre os intelectuais já nos anos iniciais da Primeira República, se aprofunda e ganha novos significados sob o impacto do processo vivenciado ao longo dos anos 20. O questionamento da ordem faz-se com base num ângulo de visão genericamente modernista, que buscando o ‘brasileiro’, recoloca com muita força a preocupação com o nacional e o tema popular. Esse impulso se desdobra na Revolução de 30 e no Estado Novo, implantando um padrão de produção cultural que vai politizar a produção cultural, como jamais ocorrera na história do país, trazendo a tona uma identidade intelectual que se define pela tentativa de construir, como se fossem termos intercambiáveis, a nação, o povo e moderno. E que faz do Estado o desaguadouro de todas as inquietações”.

¹⁷² Lahuerta, M., 1992.

¹⁷³ *Idem, idem*.

mostrar vazio de objectivos, apresenta-se elle como definidor da destinação da nacionalidade. Ver-se-á, principalmente, que ahi onde se affirmava haver apenas um chaos de inconsciencias, existe já,—formada e rutilando,—uma verdadeira constellação de consciências ; que ahi onde se affirmava haver apenas um conglomerato de interesses indifferentes,—senão hostis mesmo—uns aos outros, ha já uma theoria, um systema espirital, uma grande família de almas torturada dos mesmos anceios e vivendo para as mesmas esperanças; que ahi onde se dizia haver só o entre-choque de ruídos discordes, é já possivel escutarem-se consonâncias perfectas e harmonias duradouras. (...)

Ver-se-à que esse grande problema é—precisamente—o da “organização do Brasil para durar como Estado e como nacionalidade”¹⁷⁴.

De fato, encontrara-se disseminada a ideia de que somente o Estado dispõe das atribuições necessárias a propiciar as condições para o “ajuste” do Brasil ao mundo. As dificuldades enfrentadas após o fim do conflito mundial entrelaçadas à crise do modelo político liberal em vigor organizado por meio da Constituição de 1891 necessitavam sobremaneira de “correções”:

A nação atravessa a quadra mais delicada de sua vida—premências econômicas e financeiras, moratorias que curvam o nosso credito, guerrilhas caricatas que nos individam, agudas crises de produção, pesado regimen tributário, emigração do dinheiro nacional, paralysação de negócios, retracção do numerário e a consequente depressão cambial. Mas, governo e povo brasileiros, irmanados a beneficio do soerguimento da normalidade do Brasil, não vêm entraves ao grande empreendimento¹⁷⁵.

A chegada ao poder de Getúlio Vargas sinalizara a possibilidade de uma mudança da situação e de fato, no instante em que os interesses estatais se voltaram para o urbano e para o industrial, polarizando-os e fazendo dos anos 1930 o chamado marco de passagem do modelo agrário-exportador para o modelo urbano-industrial¹⁷⁶. Assim, a decisão política pela mecanização do território exigira uma racionalidade técnica em consonância ao espírito “moderno” pela via tecnicizada.

Por sua vez, a modernidade colocada pelos intelectuais modernistas não estivera dissociada da sua posição politizada. Observa-se que uma parcela dos modernistas realizara um percurso que partira deles para o povo, ao invés deste em direção a cultura manifestada pelo mesmo¹⁷⁷. Desta maneira, a *intelligentsia* assumira um papel acima e independente do povo e dos dirigentes encaminhando a questão da nacionalidade pela cultura:

¹⁷⁴ Drummond, Magalhães. “Momento brasileiro”. In: *A Revista*. a.1, nº1, Bello Horizonte, julho de 1925, p. 18.

¹⁷⁵ Canêdo, Gregoriano. “A Situação”. In: *A Revista*. a.1, nº1, Bello Horizonte, julho de 1925, p. 22.

¹⁷⁶ Oliveira, F., 1981.

¹⁷⁷ Lahuerta, M., 1992.

Mas a quem, afinal, caberia estudar o Brasil como ele é e defende-lo na sua originalidade?

A uma classe até então separada do Estado: a dos escritores, quaisquer que fossem, pensadores ou artistas aos quais foi dado o dom de penetrar mais intimamente na alma de seu povo e no receoso dos destinos humanos. Eles possuem a faculdade de "vêr" diretamente a originalidade entre os homens, descobrem as verdades milagre da harmonia e da solidariedade entre os homens, descobrem as verdades ainda vivas da terra, antecipam as reflexões da ciencia, despertam o espirito do povo para a mística da nacionalidade, preparam o terreno pra a germinação das idéias. Mas pouco importava também que houvesse grandes escritores ou pensadores, poetas e artistas, si não fossem brasileiros pelo espirito e pelo sentimento. Si não soubessem "produzir bondade", como queria o filosofo atormentado diante do quadro que, na moldura da civilização moderna, os povos em desespero nos oferecem. Podem as ideologias separar os homens, pode a política desunir as criaturas que se queriam bem, pode a ciencia estancar as fontes vivas da emoção ou da solidariedade: a arte os unirá sempre porque só ela é que nos dá o sentido superior e generoso da vida¹⁷⁸.

Nesse sentido, a ideia de modernidade transmitida pelos modernistas e seus embates diante das tradições locais brasileiras, no início do século XX, fora bastante representativa a respeito das questões pertinentes à formação nacional brasileira, em cujo seio nota-se o peso do recorte territorial.

Seguindo em direção aos anos 1940, o decênio testemunhara ao menos dois momentos que marcaram a controvérsia envolvendo a problemática do papel do intelectual. Ambos protagonizados por Mário de Andrade, o primeiro fora a Conferência no Itamaraty, em 30 de abril de 1942, e a segunda fora a participação no Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores em janeiro de 1945, sua última atividade pública.

Período marcado pela guerra e pela brutalidade do nazi-fascismo, a Conferência ocorrera por ocasião das celebrações dos 20 anos da realização da Semana de Arte Moderna. Efetuara um balanço radical do movimento, no qual o autor de *Macunaíma* não poupou críticas aos valores aristocráticos que nortearam a si mesmo e aos companheiros¹⁷⁹. Imbuído pelo contexto, a avaliação se entrelaçara igualmente aos pontilhados percorridos do projeto inicial de “atualizar a inteligência artística brasileira” e da “estabilização de uma consciência criadora nacional”. Nesse sentido, constatara que faltara maior envolvimento de si no “amihoramento político-social do homem”, revelando nisso um tom de desgosto:

¹⁷⁸ Ricardo, Cassiano. “Verdeamarelismo”. In: *Revista Anual do Salão de Maio*. São Paulo: 1939; p. 37.

¹⁷⁹ “Meu aristocracismo me puniu. Minhas intenções me enganaram. Vítima do meu individualismo, procuro em vão nas minhas obras, e também nas de muitos companheiros uma paixão mais temporânea, uma dor mais viril da vida. Não tem. Tem mais é uma antiquada ausência de realidade em muitos de nós”. ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. 6ª edição. São Paulo: Martins, 1978, p. 252.

Si de alguma coisa pode valer o meu desgosto, a insatisfação que eu me causo, que os outros não sentem assim na beira do caminho, espiando a multidão passar. Façam ou se recusem a fazer arte, ciências, ofícios. Mas não fiquem apenas nisto, espões da vida, camuflados em técnicos da vida, espiando a multidão passar. Marchem com as multidões¹⁸⁰.

Entretanto, ante a exposição sobre o papel dos intelectuais, na qual os depoimentos de Mário de Andrade foram incisivos, e ulteriores aos rumos dos acontecimentos ao longo das décadas de 1930 e 1940 no Brasil, referente, sobretudo, à politização da produção cultural brasileira, sua participação no 1º Congresso Brasileiro de Escritores fora marcada por um episódio que encerra, de certo modo, sobre a sua conclusão de qual seria o lugar do intelectual.

No tocante artigo de Antonio Candido *A lembrança que guardo de Mário*¹⁸¹, o autor relata que nesse Congresso, ao lado de Paulo Emílio, tentaram convencê-lo a assinar certa moção. Tratava-se, portanto, de uma manobra política e Mário de Andrade se recusara terminantemente, afirmando que era algo inaceitável. Mesmo assim, ambos ainda insistiram, argumentando que se tratava de algo politicamente importante. Enfureceu-se. E fulminara dizendo que não queria saber de política. Largando-os subitamente, juntou-se a outro grupo, formado por Caio Prado Júnior, José Lins do Rego e Sérgio Buarque de Holanda, comentando sobre o ocorrido revoltado. Posteriormente, Antonio Candido percebera que Mário de Andrade estava certo, pois compreendera a atitude infeliz que havia tomado, pois fora induzido pelo entusiasmo das concepções de esquerda: “Como se vê, Mário tinha uma consciência muito reta¹⁸²”.

No mês seguinte, ao receber um telegrama de Mário de Andrade para um compromisso pessoal no dia 20 de fevereiro, ele confessara que se encontrava cansado das incompreensões e injustiças que vinha sofrendo, decidindo se afastar de vez a qualquer posicionamento político e finalizou ao afirmar que a posição do intelectual era na “torre de marfim”:

Foi exatamente a expressão que usou, ‘torre de marfim’, corajosa num tempo em que só se falava de ‘engajamento’, ‘participação’, ‘intelectual empenhado’ etc. Pensando as coisas hoje, creio que foi uma reação às experiências recentes do Congresso de Escritores, realizado cerca de um mês antes. Ele deve ter encarado com certo constrangimento a tensão das facções, as birras ideológicas, as concessões táticas, as acomodações, as manobras

¹⁸⁰ *Ibid.*, *ibid.*, p. 255.

¹⁸¹ Mello e Souza, Antonio Candido de; Gilda de. “A lembrança que guardo de Mário”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n°36, São Paulo, IEB-USP, 1994.

¹⁸² *idem*; *idem*, p.15.

que tecem o dia a dia da conduta política, e sentiu com certeza que não se ajustaria na era de engajamento partidário que estava se anunciando (...) Ele vinha, fazia anos, pregando a necessidade do intelectual e do artista participarem dos problemas da sociedade, mas talvez sentisse de repente que não cabia na ordem unida. Penso que esta é uma explicação possível para aquele desalento e aquele desejo de fuga. Cinco dias depois, morreu¹⁸³.

Além disso, é de suma importância registrar também que esse posicionamento já havia sido manifestado anteriormente, como apontara em carta ao amigo Carlos Drummond de Andrade, a 11 de fevereiro de 1945:

As minhas experiências pessoais do Congresso, sem me meter, vivendo metido em tudo pela confiança que depositam em mim, conversando suas coisas na minha frente, é que nós, Carlos, os ‘intelectuais’, não podemos nos meter nisso. Pela primeira vez se impôs a mim o meu, nosso destino de artistas: a Torre de Marfim. Eu sou um torre-de-marfim e só posso e devo ser legitimamente um torre-de-marfim. Só um anjo-da-guarda perfeito me impediu escrever um artigo sobre isso no dia em que descobri que sou torre-de-marfim. Mas sobrou o anjo-da-guarda, felizmente, imagine o confusão que isso ia dar e o aproveitamento dos f-da-puta. Porque, está claro, a torre-de-marfim não quer nem pode significar não-se-importismo e arte-purismo. Mas o intelectual, o artista, pela sua natureza, pela sua definição mesma de não-conformista não pode perder a sua profissão, se duplicando na profissão de político. Ele pensa, meu Deus! e a sua *verdade* é irrecusável pra ele. Qualquer concessão interessada pra ele, pra sua posição política, o desmoraliza, e qualquer combinação, qualquer concessão o infama. É da sua torre-de-marfim que ele deve combater, jogar desde o guspe até o raio de Júpiter incendiando cidades. Mas da sua torre. Ele pode sair da torre e ir botar uma bomba no Vaticano, na Casa Branca, no Catete, em Meca. Mas sua torre não poderá ter nunca pontes nem subterrâneos. Estou assim: fero, agressivo, enojado, intratável, e tristíssimo. Votar eu voto, me filiar a um partido, se surgisse um partido possível, eu me filiava. Mas sem posição, sem compromisso, sem a menor perspectiva dum prêmio. E se o partido subisse, eu me veria imediatamente desligado dele pra julgá-lo. Incapaz do conformismo do triunfo¹⁸⁴.

Portanto, sua confissão aos amigos Carlos Drummond de Andrade e Antonio Candido encerram, de certo modo, os termos da problemática que o circundara na questão. Nesse sentido, o intelectual, para conservar sua condição, deveria se posicionar distante dos conflitos cotidianos, pois no instante de adesão, seu estado se transformaria em político, militante etc., contrariando, em certo sentido, o que houvera defendido na Conferência em 1942, ou seja, da participação e da contribuição do intelectual no aperfeiçoamento do homem e da sociedade. Em suma, “marchar com as multidões”.

¹⁸³ *idem, idem*, p.15.

¹⁸⁴ Andrade, Mário. *A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*; notas e apresentação de Carlos Drummond de Andrade. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Record, 1988, p. 224 – 225.

Sendo assim, o debate que envolvia a problemática do intelectual se entrelaçava ao debate de modernização da cultura brasileira, ao colocar a busca pela renovação e pela atualização das fontes da nacionalidade à ordem do dia, acentuando o quadro de redefinição que já vinha adquirindo outras feições desde o final do século XIX.

2.2 A identidade nacional em redefinição

As discussões sobre os fundamentos da identidade levaram os intelectuais dessa época a pensar o Brasil com base em outros pressupostos. O modo de pensar a sociedade e o território brasileiros pela tradicional oligarquia agrária, espelhadas pela literatura da virada do século, encontrava-se em dissonância às transformações na estrutura geográfica do território nacional, tampouco na forma de encará-la. Nesse sentido, a visão representara uma perspectiva de interpretação da realidade brasileira dissimulada e fantasiosa, podendo ser encarada como a expressão da consciência da oligarquia cafeeira alojada no poder¹⁸⁵.

Sua origem remonta o século XIX, notadamente a partir da segunda metade, no momento em que se tentara elaborar um sentido de ser brasileiro, inclusive recontar ou mesmo instituir uma narrativa histórica nacional para o país recém-independente. Para isso, forjar uma tradição que fundasse princípios de continuidade e perpetuidade dos acontecimentos, fosse datado no tempo, fosse simulado, atenderia aos fins políticos: “Isso porque toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal¹⁸⁶”.

Nesse sentido, o romantismo – além do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 – contribuíra eficazmente a esse papel, por intermédio de obras que ansiaram estabelecer uma narrativa da história e da nacionalidade brasileiras¹⁸⁷. No elenco das obras que procuraram executar essa tarefa, talvez o exemplo mais significativo fora o *Guarani*, de José de Alencar, cujo conteúdo é marcado pelo mito fundador da brasilidade, isto é, no qual o cruzamento entre o índio idealizado e a bela portuguesa representaria a origem da raça brasileira¹⁸⁸. Entretanto, a figura do negro está ausente, o que denota um estreito ângulo de interpretação da realidade nacional. Ademais, nesse momento a figura do negro estava muito mais associada como mão-de-obra escrava e, por isso, privado de qualquer cidadania.

De modo geral, o que caracterizara o mote ideológico desse período, desde a Independência (1822) e adentrando nos anos seguintes à Proclamação da República (1889)

¹⁸⁵ Lafetá, J. L., 2000.

¹⁸⁶ Hobsbawn, Eric & Ranger, Terence (orgs). *A invenção das tradições*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 21.

¹⁸⁷ Sobre a matriz do romantismo brasileiro, Ortiz (2006, p. 37) faz uma observação: “... o modelo que se utiliza para pensar a sociedade brasileira é o da Idade Média. Nisso, o nosso romantismo se diferencia pouco do romantismo europeu, que se volta para o passado glorioso para entender o presente”.

¹⁸⁸ Moraes, A. C. R., 2002; Ortiz, R., 2006.

fora o da *civilização*¹⁸⁹. Essa máxima, central no pensamento brasileiro do período, tivera como um dos pressupostos *construir o país*. Além de sedimentar uma visão de projeto *nacional* entre as elites (bastante regionalizadas), legitimava a ação do Estado brasileiro como agente central dessa construção, na qual a coesão entre esses elementos se traduziria na identidade brasileira¹⁹⁰. De tal modo que no final do século XIX procurava-se “insistentemente definir o fundamento do ser nacional como base do Estado brasileiro¹⁹¹”. Nesse sentido, o povo atenderia a esses interesses segundo as necessidades de ocupação do território, pois era vista como ferramenta necessária à criação e união do país. Logo, ocuparia um papel “secundário” perante o poder estatal.

Por sua vez, a distribuição espacial da população asseguraria a integridade do território, posto que nesse momento apresentava-se de maneira bastante frágil. Porém, a grande questão entre as elites em torno da execução desse projeto era: “a que povo será confiado a tarefa de construir o país?”. De tal maneira que a política imigratória nesse período atuara como um dos meios para sair do impasse, além de políticas voltadas às comunidades indígenas¹⁹². Ao se referirem ao imigrante, as elites aludiam ao branco europeu. Assim, para construir o país – com base em avaliação etnocêntrica – era necessário “substituir” a população, que pode ser lida como “branqueamento”. No limite, a situação apresentava-se da seguinte maneira:

As concepções do Brasil como sendo o seu território, e da ocupação do espaço como a construção do país, estão entre estes juízos reificados no pensamento das elites brasileiras no período enfocado¹⁹³.

De certo modo, essa concepção permanecera até o final do século XIX e meados do início do XX. Porém, à medida que esses discursos prolongaram-se por esse período, outra geração a superara, substituindo essa forma de pensar por outras, reificando outras avaliações. Nesse sentido, no decorrer do seu final ao início do outro, fora ocorrendo uma gradual alteração na base do pensamento brasileiro, marcado por outras concepções como, por exemplo, a cientificista:

Uma postura cientificista vai aos poucos hegemonzando-se e acaba por fazer a ponte entre as velhas instituições do saber e as novas agências de

¹⁸⁹ Moraes, A. C. R., 2002.

¹⁹⁰ Idem, idem.

¹⁹¹ Ortiz, R., 2006, p. 130.

¹⁹² Moraes, A. C. R., 2002.

¹⁹³ Moraes, A. C. R., 2002, p.120.

difusão de um novo ideal de ciência, ao qual se associa a idéia de modernidade¹⁹⁴.

Assim, a compreensão da realidade brasileira fora adquirindo contornos claramente cientificistas. As leituras das teorias evolucionistas e racistas europeias por um amplo corpo da intelectualidade brasileira conduzira-os na tentativa de buscar, naquele momento, explicações científicas para as condições brasileiras, concebidas sob o estigma do “atraso”. Entretanto, há um aspecto peculiar: a assimilação dessas idéias em solo brasileiro ocorrera num momento em que estas já apresentavam sinais de questionamento e decadência na Europa¹⁹⁵. Todavia, foram essas teorias que compuseram a base epistemológica brasileira no fim do século XIX e nas primeiras décadas do século passado:

... a inflexão cultural ocorrida no Brasil do princípio do século XX se deu a partir da importação de teorias de gênese e natureza bastante diversas, que incluíam o positivismo de Augusto Comte e de vários teóricos filiados a esta corrente de pensamento, como Ratzel e Gobineau; o evolucionismo social de Herbert Spencer; os teóricos da psicologia coletiva, como Tarde e Le Bon; o intuicionismo de Bergson; entre outras¹⁹⁶.

De algum modo, essas teorias forneceriam um suporte para buscar explicações das condições nas quais se encontravam a sociedade e o espaço brasileiros. A busca pela assimilação desses fundamentos científicos gerara um amplo debate entre os intelectuais que desejavam trazer à tona as razões para revelar o sentido de ser brasileiro e a questão da própria identidade. Se durante o século XIX esses temas eram explicados à luz da ficção do romantismo, sobretudo, no início do século XX delinearam-se explicações baseadas nesses princípios¹⁹⁷.

Contudo, o esclarecimento das condições do território brasileiro fora marcado pelo amálgama dessas concepções heterogêneas, isto é, pela fusão desses ingredientes culturais antagônicos num só elemento, apesar da sua visível incompatibilidade¹⁹⁸. Assim, o quadro cultural brasileiro durante esse período apresentava-se pela combinação dessas diferentes correntes de pensamento. Um dos resultados desse sincretismo científico fora um conjunto de obras marcado pela diversidade, ou seja, o conteúdo era muitas vezes intercalado pelo

¹⁹⁴ idem, p. 121.

¹⁹⁵ Moraes, A. C. R., 2002.

¹⁹⁶ Diniz Filho, L.L., 2002, p.11.

¹⁹⁷ Já no final do século XIX e adentrando no século XX é possível verificar uma sensível mudança no âmbito da discussão da identidade e nacionalidade brasileiras. Dentre os exemplos, cabem destacar as figuras de Euclides da Cunha (1866 – 1909) e Silvio Romero (1851 – 1914).

¹⁹⁸ Diniz Filho, L. L., 2002.

positivismo e determinismo, evolucionismo de Spencer e intuicionismo de Bergson, dentre outras combinações. Em síntese, “a última década do século XIX e as três primeiras do século XX podem ser vistas como uma época de redefinição da identidade nacional¹⁹⁹”.

Essa redefinição constituiu-se num movimento que atuava em duas frentes: de um lado, uma perspectiva endógena, pautada pela visão acerca da sociedade e espaço brasileiros. Tal visão repousava sobre os atributos físicos do território e as características da população – muitas vezes relacionadas às condições políticas, econômicas e sociais do Brasil. Deste modo, o determinismo exerceu um papel relevante na tentativa de explicar os nexos entre os aspectos naturais e as condições da população. De outro, um ângulo exógeno, que procurava estabelecer um posicionamento do país perante as nações apontadas como “avançadas”, ou seja, em relação aos países europeus. Nesse sentido, a teoria evolucionista fornecia o respaldo necessário para a explicação da situação de “atraso” na qual se encontrava o Brasil.

Com base no ângulo determinista, uma visão esperançosa do Brasil se constituir como grande potência fora lançada, dada a opulência da natureza e a grandeza do território. Entretanto, em relação à população foram elaboradas duas proposições opostas: por um lado, uma visão otimista, na qual a “população miscigenada era a garantia de um controle eficaz da natureza tropical²⁰⁰”, por outro, uma visão pessimista, “que contrastava uma natureza generosa com uma população heterogênea, em crescimento desordenado, incapaz de se auto-organizar e de gerir de forma racional o território²⁰¹”. Tanto que fora comum a difusão de valores racistas entre alguns segmentos da sociedade.

Em relação ao evolucionismo, cujo postulado era a passagem natural do estado de “atrasado” à condição de “avançado”, na qual as nações européias eram vistas como exemplares e que todas as outras indubitavelmente atingiriam – de qualquer forma – um dia, mediante leis que regulassem todo o processo, a intelectualidade brasileira buscou incessantemente estabelecer as causas do “atraso” e, com isso, corrigi-las no sentido de projetar o caminho necessário para retomar o curso perdido do desenvolvimento, atribuído pela prática do modelo político liberal sancionado pela Constituição de 1891²⁰². Em suma, o estabelecimento da “ordem” conduziria mecanicamente ao “progresso”:

Aceitar as teorias evolucionistas implicava analisar-se a evolução brasileira sob as luzes das interpretações de uma história natural da humanidade; o

¹⁹⁹ Machado, L. O., 1995, p. 309.

²⁰⁰ Idem, idem, p. 312.

²⁰¹ Idem, idem.

²⁰² Diniz Filho, L. L., 2002.

estágio civilizatório do país se encontrava assim de imediato definido como ‘inferior’ em relação à etapa alcançada pelos países europeus²⁰³.

Na tentativa de superar o sentimento de “inferioridade” urgira, com isso, a necessidade de pensar o Brasil sob outra perspectiva. Assim, “o papel catalisador que a noção de ‘civilização’ cumpriu para a antiga mentalidade fora substituído pelo conceito de modernização²⁰⁴”.

Esse conceito se inscrevera, novamente, na concepção de *construir o país*²⁰⁵. Porém, os contornos dessa ideologia geográfica assumiram outros propósitos. Apesar de equacionar o Brasil novamente no âmbito espacial, desta vez a partir do aparelhamento técnico no território como, por exemplo, a eletrificação, no âmbito dos intelectuais o tema de orientação fora o da “organização da nação²⁰⁶”. Diretamente relacionado às transformações técnicas, houvera o desejo de alcançar uma posição de destaque no cenário internacional, aliado às pretensões de serem modernos:

... é compreensível que a pretensão de ser moderno se desloque paulatinamente para o tema nacional, pois desde as atividades preparatórias para a comemoração dos 100 anos da Independência, ao medir pelo metro hegemônico nossa situação frente à Europa, o ‘atraso’ ia se tornando cada vez mais flagrante²⁰⁷.

É interessante como esse sentimento de “atraso”, tomado no sentido de redefinir a nacionalidade e identidade brasileiras, assumira contornos nitidamente autoritários por alguns intelectuais. Nesse sentido, as figuras de Azevedo Amaral (1881 – 1942), Cassiano Ricardo (1895 – 1974), Menotti Del Picchia (1892 – 1988), Oliveira Vianna (1885 – 1951), Plínio Salgado (1901 – 1975), dentre outros, se propuseram, por intermédio de suas obras, estabelecer suas respectivas interpretações sobre a realidade brasileira²⁰⁸. Posteriormente, já na década de 1930, alguns atuaram em movimentos de direita, tais como a Ação Integralista Brasileira, de 1932, ou como ideólogos do Governo Vargas durante o Estado Novo (1937 –

²⁰³ Ortiz, R., 2006, p.15

²⁰⁴ Moraes, A. C. R., 2002, p. 121.

²⁰⁵ Moraes, A. C. R., 2002.

²⁰⁶ Sobre a estratégia, assinala Pécaut (1990, p. 21-22): “Nos anos 20, eles reivindicam uma ciência social: poderia tratar-se de uma artimanha para serem ouvidos pelos governantes, mas uma grande parte das elites achava-se obcecada pela crença de que esta ciência poderia fundamentar uma administração científica dos homens e da natureza (...) No Brasil dos anos 20, os projetos dos intelectuais eram inseparáveis da vontade de contribuir para fundamentar o cultural e o político de uma forma diferente (...) A intervenção política dos intelectuais inseriu-se em uma conjuntura de recriação institucional.”

²⁰⁷ Lahuerta, M., 1992, p. 32-33.

²⁰⁸ Sobre os estudos da realidade brasileira Diniz Filho (2002, p. 19) observa: “... nesse contexto discursivo aparecia como importante catalisador das teses deterministas”.

1945)²⁰⁹. Ademais, é possível verificar que as elaborações de uma parcela significativa dos pensadores autoritários repousaram sobre as teses deterministas ambientais da Geografia acadêmica européia²¹⁰ – na qual o positivismo de Augusto Comte constituía-se como uma das matrizes ideológicas principais – para elaborarem suas concepções nacionalistas.

Desta forma, o nacionalismo levado a cabo por esse grupo fornecera a legitimidade necessária ao Estado no que tangia aos parâmetros para superar, segundo eles, a situação de “atraso” econômico e social, além de atribuir a este a responsabilidade pela “construção do país”, desta vez nos moldes da modernização²¹¹. Além disso, o Estado era visto como o único agente capaz de corrigir e anular a multiplicidade de forças que se davam no seio da sociedade brasileira para, portanto, mirar no futuro a perspectiva do Brasil se compor enquanto povo, ou seja, conforme uma nação²¹². De fato, esse sentimento de “organização da nação” importou grandemente nas decisões do Estado, colocando-se como um fator decisivo para a recomposição da unidade:

O resgate de Alberto Torres pela geração de Oliveira Vianna cria – à esquerda e à direita – enorme consenso entre a intelectualidade quanto à necessidade de unificação do país, além de levar às últimas conseqüências a perspectiva de que somente o Estado, sobrepondo-se aos anseios privatistas e ‘utilitários’ do homem comum, poderia realizar a construção da Nação e a modernização da sociedade²¹³.

Entretanto, em relação aos desdobramentos do movimento modernista verificamos que a questão da nacionalidade adquirira outros contornos²¹⁴. Se nos momentos iniciais de preparação do modernismo e sua manifestação em 1922, o eixo principal fora o combate ao passado e à elaboração de uma nova estética, compreendido entre os anos 1917 e 1924, após a

²⁰⁹ Durante esse período, o principal veículo de divulgação da política cultural do regime era a revista *Cultura Política*, publicada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Nela, é possível verificar também a influência das teses deterministas nos discursos de Getúlio Vargas (Diniz Filho, L. L., 2002).

²¹⁰ Ver: Diniz Filho, L.L., “O determinismo ambiental na formação do pensamento político autoritário brasileiro”. *Revista RA’EGA – O espaço geográfico em análise*. Ano VI, nº 6. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

²¹¹ A respeito desses moldes, Lahuerta (1992, p. 32) assinala: “... a exigência de modernização que movimentou as energias da sociedade ao longo dos anos 20 não tinha um sentido muito definido. Afinal, se é verdadeiro que a intelectualidade passa a pensar o país, procurando-o, propondo reformas e a construção de uma nação moderna, há que se fazer a ressalva de que tudo isso ocorre de maneira muito ambígua. No fundo, a pressão por racionalidade técnica era no Brasil ainda muito incipiente, já que a ciência continuava a não coordenar de fato – e nem mesmo como ideologia – nosso real”.

²¹² Ortiz, R., 2006.

²¹³ Lahuerta, M., 1992, p. 3.

²¹⁴ Todavia, há de se fazer a ressalva que o movimento modernista não envolveu apenas as figuras de Mário de Andrade, Oswald de Andrade e o grupo ligado a eles, estreitamente ligado a uma “revolução na literatura” (Lafetá, J. L., 2000), mas também figuras como Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Plínio Salgado. Assim, ao mencionar os outros “contornos” acerca da nacionalidade brasileira com base no movimento modernista estou me referindo ao modo como se manifestou, especificamente, em Mário de Andrade – considerando-o como um dos mentores do modernismo no Brasil – em comparação com a concepção autoritária após a Semana de 1922.

Semana o fio condutor fora o debate acerca da brasilidade, cujo período se estende até 1930 aproximadamente:

O modernismo cria e difunde a necessidade de identificar a substância do SER brasileiro, denuncia os conhecimentos/saberes atrasados que impedem a captação do ser brasileiro e colabora na elaboração de inúmeros ‘retratos do Brasil’ (título da obra de Paulo Prado, 1928)²¹⁵.

Nesse sentido, os modernistas iniciaram um movimento de “descoberta do Brasil”, cuja marca fora um largo empenho na construção e nacionalização da cultura brasileira, a fim de revelar uma unidade nacional, na qual o eixo do projeto em questão repousara no mergulho em busca do detalhe brasileiro. Perante um significado mais amplo, esse movimento emergira da necessidade de contato com outras tradições de cultura, voltado para a libertação do peso excessivo da matriz portuguesa então dominante no sentido nacional²¹⁶. Além disso, a urgência na investigação da originalidade artístico-literária a fim de atualizar as fontes e as influências em busca da verdadeira expressão da vida cultural brasileira. Houvera, portanto, um interesse em conhecer “o brasileiro” de maneira mais íntima e orgânica, num movimento visível da substituição na tradição inventada no século XIX para outra no século XX e assim explanada:

Quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as ‘velhas’ tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e da flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas. Em suma, inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta²¹⁷.

²¹⁵ Oliveira, L. L., 1997, p. 191.

²¹⁶ As palavras de Graça Aranha atestam o peso do pendor lusitano: “A aliança entre Portugal e o mar determinou o espirito de conquista da raça portuguesa e o da sua expansão pelo mundo (...) A colonização do Brasil obedeceu áquella vontade de criar, áquelle instinto de conquistar, de alastrar-se, de organizar, que é toda a lei de constância da raça portuguesa (...) O paiz foi descoberto, varado, estudado, conquistado por militares e funcionarios, uma nação politica foi fundada. Os vestígios dessa organização são os alicerces do estado brasileiro”. Aranha, Graça. “O mysterio da unidade brasileira”. In: *Espirito Moderno*. Cia. Graphico Editora-Monteiro Lobato. São Paulo: 1925, p. 88.

²¹⁷ Hobsbawn, Eric & Ranger, Terence (orgs). *A invenção das tradições*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 12.

Como expressão dessa transformação, encontra-se o *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* de Oswald de Andrade (1890 – 1954) e publicado em 1924²¹⁸. Logo na abertura, o autor sublinhara o propósito do Manifesto de retratar a realidade: “A poesia existe nos fatos”. Nesse sentido, Oswald de Andrade debruçara-se sobre a necessidade da criação artística possuir laços mais profundos junto ao povo brasileiro, cuja linguagem possuísse uma forma de expressão mais próxima da oralidade. Desta maneira, delineara-se uma proposta de literatura com base em uma perspectiva concreta, apontando para uma tomada de consciência do artista e da “descoberta” do território brasileiro.

Para a realização desse propósito, o autor apresentara as diretrizes que compuseram o eixo do programa. Enaltecendo elementos da cultura brasileira, tais como o carnaval, a hospitalidade, a dança, a virtude étnica e o pau-brasil, ou seja, a riqueza colonial primária explorada que nomeara o *Manifesto*, Oswald de Andrade propusera uma poesia valendo-se do máximo distanciamento da sua criação em relação às convenções e tradições do passado²¹⁹, portanto avessa ao bacharelismo, ao “gabinetismo”. Nessa perspectiva, o primitivismo nativo atuaria conforme substância de expressão do território nacional: “Nossa época anuncia a volta ao *sentido puro*”. Além do mais, expressara o anseio de inserir a originalidade nativa no cenário internacional, a fim de tornar o território brasileiro em exportador cultural: “Uma única luta – a luta pelo caminho. Dividamos: Poesia de importação. E a Poesia Pau-Brasil, de exportação”. Assim, o que fora motor de exploração e repressão era nesse momento exaltado, efetuando um movimento de “retorno ao material” e coincidindo com o “sentido puro”²²⁰.

Outrossim, fora organizado em referências históricas, mediante as quais o *Manifesto* resgatara o passado: “Toda a história bandeirante e a história comercial do Brasil”, explicara o presente: “Nenhuma fórmula para a contemporânea expressão do mundo. *Ver com olhos livres*” e preparara o futuro: “Sem reminiscências livrescas. Sem comparações de apoio”. No entanto, as temporalidades se entrelaçam, formando um peculiar contraste histórico marcado por um ideal de balanço natural da história²²¹: “O melhor de nossa tradição lírica. O melhor de nossa demonstração moderna”.

Em vista disso, o *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* primara pela riqueza colonial enquanto matéria-prima como forma de expressão poética do território nacional, alterando a

²¹⁸ ANDRADE, Oswald de. “Manifesto da Poesia Pau Brasil” In: *Correio da Manhã*. Anno XXIII, nº 9147, Rio de Janeiro, 18/03/1924, p. 05.

²¹⁹ Cf. ANDRADE, Oswald de. *Obras Completas. Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*. Volume 6. Introdução de Benedito Nunes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Civilização Brasileira, 1978.

²²⁰ Idem, idem.

²²¹ Idem, idem.

tônica e atribuindo um sentido nacional moderno. Na trilha desse passo, o *Manifesto* trouxera em seu bojo os germes de outro Manifesto: o Antropófago, que fora também criado por Oswald de Andrade.

Publicado no primeiro número da Revista de Antropofagia em maio de 1928²²², veículo responsável na difusão do movimento antropofágico brasileiro, o Manifesto esgarçara o influxo externo conforme diretriz na organização do corpo da nação e propusera um caminho de vitória sobre o “atraso” nacional. Signo de deglutição crítica e voraz, o autor recuperara a prática indígena do canibalismo como metáfora a fim de absorver, assimilar e superar o que outrora fora massacrado violentamente, igualmente os agentes responsáveis, para diagnosticar e sublinhar as fontes do vigor nacional.

Nesse sentido, ao primar pela etnia indígena, a vida pré-colonial seria portadora da matriz civilizacional mediante a qual a Europa seria tributária: “Queremos a revolução Carahiba. Maior que a revolução Francesa. (...) Sem nós a Europa não teria sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem²²³”. Ademais, seria a fonte de alegria: “Antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade²²⁴”. Todavia, com o advento da colonização, o empreendimento represara e esmagara a marcha das forças autóctones, engendrando o corpo da civilização brasileira nos moldes herdados da tradição europeia, cuja libertação do legado adviria da oposição sistemática: “Contra as sublimações antagonicas. Trazidas nas caravellas²²⁵”.

Porém, a objeção não se resumira ao mero jogo de recusa, de negação, de rejeição. Antes, por sua vez, implicara na regeneração valorativa do território nacional, com espírito irreverente e elevado, prescrevendo um horizonte utópico, sopesados no contexto mundial: “Filiação. O contacto com o Brasil Carahiba. Oú Villeganhon print terre. Montaigne. O homem natural. Rousseau. Da Revolução Francesa ao Romantismo, á Revolução Bolchevista, á Revolução surrealista e ao bárbaro technizado de Keyserling. Caminhamos²²⁶”.

Em vista disso, não se tratara de posicionar-se radicalmente contrário à civilização industrial moderna, haja vista o esforço de identificar e reconhecer seus benefícios a fim de viabilizar os propósitos contidos no Manifesto. Nesse sentido, somente a antropofagia promoveria a distinção dos elementos positivos da civilização, suprimindo o inútil e

²²² Andrade, Oswald de. “Manifesto Antropófago”. In: *Revista de Antropofagia*, a.1, nº 1, São Paulo, maio de 1928, p. 3 e 7.

²²³ Ibid., p. 3.

²²⁴ Ibid., p. 7.

²²⁵ Ibid., *ibid.*

²²⁶ Ibid., p. 3.

fomentando a “Revolução Carahiba” e a modalidade de homem “bárbaro technizado”: “Só a antropofagia nos une. Socialmente. Economicamente. Filosoficamente²²⁷”.

É importante salientar que um dos traços marcantes dos textos de Oswald de Andrade fora a liberdade e o despojamento ao manejar as obras e as ideias de terceiros, desaguando muitas vezes em aforismos provocativos: “Tupy, or not tupy that is the question”. Nesse sentido, ao mencionar o “bárbaro technizado de Keyserling”, o autor do Manifesto preencheria com outro significado. Descrito pelo filósofo alemão como resultante final do poder destruidor da técnica²²⁸, na qual sua universalidade e supressão de concernir a nenhuma cultura, inviabilizando a criação dos sentidos e, com isso, fundando o progresso como opressor e fatal, Oswald atribuíra ao bárbaro o papel de agente criador de cultura, de redentor ante o ocidente decadente, graças a sua energia. Desta maneira, o indício de degeneração em Keyserling, fora maneado como aceno de força em Oswald:

...o homem antropofágico se converte no bárbaro tecnizado de Keyserling, ávido de progresso, assimilando a técnica e utilizando-se da máquina para acelerar a sua libertação moral e política. Criaríamos assim, pelo caminho do máximo progresso material, um novo estado de natureza, que nos devolve à infância da espécie, onde, numa sociedade matriarcal, alcançaremos na alegria (...) a prova dos nove de nossa felicidade²²⁹.

Sendo assim, o Manifesto Antropófago fora um marco do movimento modernista, pois contribuíra para reorientar o *modus operandi* no manejo dos influxos culturais. Igualmente, colocara em evidência a urgência da produção artística própria, a singularidade brasileira, ascendendo para uma brasilidade no contexto internacional, de que a tela *A negra*, de Tarsila do Amaral, em 1923, combinando técnica pós-cubista e matéria local, fora uma precoce expressão²³⁰. Em suma, é interessante que o “atraso” fora abordado pela Antropofagia de Oswald de Andrade como justamente a característica básica que tornaria possível a transformação do país:

²²⁷ Andrade, O., *op. cit.*, p. 3.

²²⁸ Cf. Keyserling, Herman de. *Le monde qui naît*. Trad. de Christian Sénéchal. Paris, Stock, 1932.

²²⁹ Andrade, Oswald de. *op. cit.*, 1978, p. 34.

²³⁰ Sobre a potência da tela, diz Dantas (1996, p.113): “Na tela tarsiliana, o desentrosamento entre a originalidade da forma e o localismo de sua matéria não só possuía pertinência nacional como devassava um âmbito de autenticidade geral para que as combinações mais entranhadas na vida brasileira, de moderno e primitividade, viessem explosivamente à tona. Se a cultura dominante no Brasil se vangloriava de uma europeização forçada e postiça, ainda que remoesse em auto-exames periódicos o teor de espúrio que lhe era inerente, o populismo elitista de Tarsila toma as disparidades locais como fato natural e autêntico, um exotismo constitutivo e interno, a partir do qual o acesso à criação moderna estava logo ali.”

O desajuste não é visto como vexame e sim com otimismo – aí a novidade – como indício de inocência nacional e da possibilidade de um rumo histórico alternativo, quer dizer, não burguês. Este progressismo *sui generis* se completa na aposta pela tecnificação: inocência brasileira (fruto de cristianização e aburguesamento apenas superficiais) + técnica = utopia. A idéia é aproveitar o progresso material moderno para saltar da sociedade pré-burguesa diretamente ao paraíso²³¹.

No que lhe concerne, Mário de Andrade empenhara-se de modo diverso na construção da cultura brasileira, no qual o movimento de “descoberta do Brasil” repousara no mergulho sobre a cultura popular. Base do projeto, o detalhe em questão adviera das pesquisas sobre o folclore e a música, pois avaliara que essas manifestações guardava algo como “fundo perdido” da formação nacional e que, portanto, haveria de ser recuperado pelo indivíduo culturalmente letrado: “O artista tem só que dar para os elementos já existentes uma transposição erudita que faça da música popular, música artística, isto é: imediatamente desinteressada²³²”. Segundo o qual os elementos existentes seriam: repentes, bumba-meu-boi, cantigas, danças, música popular oral anônima e coletiva.

Assim, o projeto assumira uma forma com a publicação do livro *Ensaio sobre a música brasileira*, em 1928. Escrito com o propósito de sedimentar um ideal vernáculo musical, Mário de Andrade buscara recuperar e defender as propriedades dos elementos étnicos musicais constitutivos no território nacional, por isso a ênfase e o tratamento especial dado ao ritmo e à melodia, a fim de instituir um programa para os futuros compositores adotarem. E estabelecera o critério social como procedimento geral: “O critério atual de Música Brasileira deve ser não filosófico mas social. Deve ser um critério de combate.²³³”

Nessa perspectiva, houvera um pressuposto purista, em certa medida romântico, nesse critério do Mário de Andrade no qual fora perscrutar o espírito da nação brasileira onde considerava manifestar-se genuinamente, ou seja, no “povo puro”, “in natura”, no seu “estado natural”. Nas palavras do autor: “Uma arte nacional não se faz com escolha discricionária e diletante de elementos: uma arte nacional já está feita na inconsciência do povo²³⁴”. Logo, a matriz popular seria a verdadeira expressão da vida cultural brasileira.

Ademais, Mário de Andrade buscara com o *Ensaio* revelar a unidade nacional mediante a postulação da presença de uma *entidade musical brasileira*²³⁵ e sua inserção

²³¹ Schwarz, R., 1997, p. 37.

²³² Andrade, Mário de. *Ensaio sobre a música brasileira*. 3ª Ed. São Paulo, Martins; Brasília, INL, 1972, p. 16.

²³³ Idem, idem. p. 19.

²³⁴ Idem, idem, p. 15 – 16.

²³⁵ Os momentos iniciais do *Ensaio* indicam que haveria um divórcio histórico envolvendo a música erudita e a “nossa entidade racial”, porém em direção à superação: “Até há pouco a música artística brasileira viveu

internacional com base em sua singularidade rítmica e melódica. Desta maneira, o projeto modernista do autor na afirmação da diferença brasileira no “concerto das nações” apontava para além de um caminho na criação musical, pois na verdade elaborava um novo significado:

O critério de música brasileira prá atualidade deve de existir em relação á atualidade. A atualidade brasileira se aplica aferradamente a nacionalisar a nossa manifestação. Coisa que pode ser feita e está sendo sem nenhuma xenofobia nem imperialismo. O critério histórico atual da Música Brasileira é o da manifestação musical que sendo feita por brasileiro ou indivíduo nacionalizado, reflete as características musicais da raça. Onde que estas estão? Na música popular²³⁶.

Em vista disso, Mário de Andrade apresentara o formato do seu manifesto com base no qual se daria a vitória sobre o “atraso” do território nacional. Inicialmente, o ideal vernáculo musical circunscrevera-se aos estudos do folclore a fim de recuperar a “nação brasileira” com base na “inconsciência do povo”. Diz ele: “O compositor brasileiro tem de se basear quer como documentação quer como inspiração no folclore²³⁷”. Mediante esse matiz, o resgate do folclore adviera como forma do *primitivo*, exercendo uma função social: “É um engano imaginar que o primitivismo brasileiro de hoje é estético. Ele é social²³⁸”. Nesse sentido, divergira e criticara o *primitivismo* de Oswald de Andrade no Manifesto Pau-Brasil:

O lirismo de Oswald de Andrade é uma brincadeira desabusada. A deformação empregada pelo paulista não ritualiza nada, só destrói pelo ridículo. Nas idéias que expõe não tem idealismo nenhum. Não tem magia. Não se confunde com a prática. A arte é desinteressada. Pois toda arte socialmente primitiva que nem a nossa, é arte social, tribal, religiosa, comemorativa. É arte de circunstancia. É interessada. Toda arte exclusivamente artística e desinteressada não tem cabimento numa fase primitiva, fase de construção. É intrinsecamente individualista²³⁹.

divorciada da nossa entidade racial. Isso tinha mesmo que suceder. A nação brasileira é anterior à nossa raça. A própria música popular da Monarquia não apresenta uma fusão satisfatória. Os elementos que a vinham formando se lembravam das bandas de além, muito puros ainda. Eram portugueses e africanos. Ainda não eram brasileiros não. Si numa ou noutra peça folclórica dos meados do século passado já se delineiam os caracteres da música brasileira, é mesmo só com os derradeiros tempos do Império que eles principiam abundando. Era fatal: os artistas duma raça indecisa se tornaram indecisos que nem ela.” (Andrade, Mário de. *Ensaio sobre a música brasileira*. 3ª Ed. São Paulo, Martins; Brasília, INL, 1972, p. 13).

²³⁶ Andrade, Mário de., *op. cit.*, p. 20.

²³⁷ Idem, idem, p. 29.

²³⁸ Idem, idem, p. 18.

²³⁹ Idem, idem.

Assim, a cultura brasileira fora construída por meio dos estudos sobre o folclore²⁴⁰ com base nas possibilidades de realizar a arte erudita por meio da “inversão” do material folclórico²⁴¹ como caminho de vitória sobre o “atraso” nacional, haja vista que “não foi por acaso que os estudos do folclore se fazem na direção oposta ao que se denominou na época de exageros do romantismo²⁴²”. Essa direção oblíqua se fizera no sentido de emergir, portanto, mediante o folclore, a verdadeira expressão da vida cultural brasileira. Com isso, Mário de Andrade vira nesse costume um dos meios para demonstrar o nível de “amadurecimento” no qual se encontrava o Brasil²⁴³. Ao seguir por esse caminho, trouxera consigo uma marca que destoava da outra modalidade de pensamento em elaboração outrora mencionado:

É preciso ressaltar, contudo, a ausência de finalidades chauvinistas (...) Nacional aqui significa expressividade, existência de um padrão característico e próprio de cultura²⁴⁴.

Em razão disso, a proposta de Mário de Andrade apresentara-se na contracorrente das propostas das elites brasileiras do período, alicerçando-se na cultura popular e buscando suas características culturais específicas, ao invés de pensar o território enquanto uma área a ser “coberta” por uma nação ainda não fundada. Por sua vez, ao se deparar com os contrastes da sociedade e do espaço brasileiros naquele momento, o autor de *Macunaíma* enfrentou-os como uma questão pessoal²⁴⁵! Atuando como o fio condutor das suas questões relativas ao povo e à cultura, o papel do folclore, nesse caso, forneceria o suporte necessário para a superação dos contrastes espaciais e sociais brasileiros. Logo, fora por intermédio desse “corte” que Mário de Andrade se propusera a compreender o Brasil. Em suma, “Mário de Andrade propõe criar a arte brasileira como o único modo de ser civilizado²⁴⁶”.

Diante desse quadro, o modo como as preocupações se manifestaram nele adquiriram diversos contornos, no entanto possuíam uma base em comum. Na verdade, essa base se

²⁴⁰ Fernandes, Florestan. “Mário de Andrade e o folclore brasileiro”. In: *Revista do Arquivo Municipal*. Ano XII, Volume CVI, Janeiro – Fevereiro, São Paulo, 1946, pp. 135 – 158.

²⁴¹ Sobre o modo como Mário de Andrade realizava essa inversão, Fernandes (1994, p. 147) observa: “As duas artes defrontam-se numa relação dialética – tal como Mário de Andrade situa o problema: a arte erudita deve realizar-se na e através da arte popular – e a antítese, no caso a arte popular, cede o lugar a uma terceira forma de arte que do ponto de vista da fatura chama-se ainda arte erudita, mas que é uma coisa nova, mais essencial e mais expressiva (...) trata-se da realização da arte erudita e não do seu nivelamento à arte popular”.

²⁴² Ortiz, R., 2006, p. 37.

²⁴³ Fernandes, F., 1946.

²⁴⁴ Idem, idem, p.139 – 140.

²⁴⁵ Fernandes, F., 1946.

²⁴⁶ Oliveira, L. L., 1997, p. 191.

consubstanciava na tentativa de superação dos contrastes das diversas realidades do Brasil enquanto espaço e povo, sobretudo este:

Trata-se do problema do homem do Brasil (...) [Uma realidade] expressa em quilômetros quadrados e em diferenças regionais agudas – uma realidade sócio-geográfica, pois, digamos, rebarbativamente, que dá uma conformação obrigatória ao problema do homem brasileiro (...) Os antagonismos e as limitações provocaram nele uma reação que é um grito épico de revolta (...) como exigência afetiva e como inquietação – agitada pela falta de sincronização humana de milhares de brasileiros que se ignoram recíproca e simplesmente. Como esta falha de sensação de presença dos homens de nossa terra revela-se sob a forma de conflitos, entre o ‘progresso’ e o ‘atraso’, a ‘civilização’ e o ‘interior’, é sob este aspecto que Mário de Andrade fixa dolorosamente o problema²⁴⁷.

De fato, fora justamente por meio do folclore que o autor de *Macunaíma* procurou superar a ausência de sincronismo humano e das discrepâncias regionais brasileiras, buscando elaborar um caminho político para a composição da identidade nacional²⁴⁸, além da vivência dos dilemas da civilização. Nesse sentido, o delineamento em questão consistira em um projeto ambicioso de aliança envolvendo os grupos sociais e suas manifestações culturais, no qual haveria uma conciliação entre povo e intelectuais, inserido em um desígnio maior de unificação cultural do Brasil. Afinal, os “intelectuais têm ainda mais motivos para participar, na medida em que constitui um fato indissolúvelmente cultural e político: forjar um povo também é traçar uma cultura capaz de assegurar a sua unidade²⁴⁹”.

Ora, os modernistas buscaram se afirmar na direção oposta ao academicismo²⁵⁰, pois um dos caminhos apregoados nos anos 1920 fora a “revolução na literatura”, na qual a ênfase fora dada ao *projeto estético*, sendo a linguagem um dos objetos de análise²⁵¹. Na medida em que o *projeto estético* fendia o *projeto ideológico*, os estudos sobre o folclore e demais temas, como perscrutar a articulação entre a vanguarda e o primitivo, o erudito e o popular, foram se firmando como um eixo fundamental no conhecimento “autêntico” sobre o povo e o território brasileiros. Sendo assim, ao debruçar-se na investigação sobre o “Brasil profundo”, enquanto modalidade de interpretação sobre a cultura e a política do território nacional, Mário de

²⁴⁷ Fernandes, F., 1946, p. 140 – 141.

²⁴⁸ Lopez, T. P. A., 1972.

²⁴⁹ Pécaut, D., 1990, p. 15.

²⁵⁰ Na crítica ao academicismo, afirma Mário de Andrade referindo-se à Academia Brasileira de Letras: “A Academia é o jardim de Academus antes de Platão. Passeio amável onde a gente vai falar sobre escandalinhos sociais. Só falta admitir mulheres lá dentro. Elas entrando lá a Academia fica o suco.” Andrade, Mário de. “Assim falou o papa do futurismo”. In: *Entrevistas e depoimentos*. Organização, introdução e notas de Telê Ancona Lopez. São Paulo: T.A. Queiroz. 1983, p. 20.

²⁵¹ Cf. João Luiz Lafetá, 1930: *a crítica e o Modernismo*, pp. 25 – 31.

Andrade corroborava essa ânsia revolucionária. Ademais, é importante sublinhar também a introdução que fora feita pelo escritor no estudo da compreensão da “realidade brasileira”, isto é, um conjunto de assuntos assumidos pelo movimento do modernismo no país, tal como apontado, por exemplo, na busca pela aproximação entre o primitivo e a vanguarda, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1920, e tido como prioridade em sua produção literária e atividade cultural. Diz ele em entrevista ao jornal carioca *A noite*, em 12 de dezembro de 1925:

Ora o maior problema atual do Brasil consiste no acomodamento da nossa sensibilidade nacional com a realidade brasileira, realidade que não é só feita de ambiente físico e dos enxertos de civilização que grelam nele, porém comportando também a nossa função histórica para conosco e social para com a humanidade²⁵².

Portanto, a construção da cultura nacional empreendida por Mário de Andrade fundara-se nos pressupostos da cultura popular, sobretudo no folclore, mediante os quais o objetivo em questão fora unir as pontas do Brasil por meio de uma elaboração cultural e política que apontasse para a superação do abismo entre os grupos sociais, as culturas e os espaços. Desta maneira, as particularidades do território nacional foram equacionadas sob duas categorias que forneceram aos intelectuais a base argumentativa para explicar as razões do “atraso” do país: *meio e raça*, abordadas a seguir.

²⁵² Andrade, Mário de. “Assim falou o papa do futurismo”. In: *Entrevistas e depoimentos*. Organização, introdução e notas de Telê Ancona Lopez. São Paulo: T.A. Queiroz. 1983, p. 18.

2.3 O papel do *meio* e da *raça* na tradução da nacionalidade brasileira

Ao lançarem-se na busca para explicar as razões do “atraso” brasileiro, apoiados pelas teorias científicas, os intelectuais procuraram maneiras de compreender as lacunas que houvera envolvidas nas teorias e nas condições da sociedade e do território, com o intuito de desvelar as particularidades nacionais e, desta forma, atuarem no sentido de “construir a nação”, ou seja, uma nacionalidade brasileira. Nesse sentido, as particularidades, isto é, o elo que causaria o “preenchimento” envolvendo as lacunas, encontrara sustentação por meio do equacionamento de duas categorias para explicar o “atraso” do território nacional: *meio* e *raça*²⁵³.

A investigação de ambas as categorias permitiriam aos intelectuais as razões para explicar a situação na qual se encontrava o país, de modo que as análises de ambas procuraram traduzir os aspectos da brasilidade naquele momento. As formulações sobre uma e outra se constituíram como fatores-chave no sentido de expressar as especificidades nacionais, tanto do ponto de vista territorial quanto do social.

De modo geral, ao se referirem ao “atraso”, o quê estava em jogo fora buscar alternativas de modo a criar as condições necessárias para que o Brasil não fosse mais visto como “imitação” da Europa²⁵⁴. Tacitamente, *meio e raça* forneceriam a base empírica essencial no sentido de revelar as peculiaridades nacionais: “Ser brasileiro significa viver em um país geograficamente diferente da Europa, povoado por uma raça distinta da europeia²⁵⁵”.

Sobre o fato da geografia do Brasil ser distinta da Europa, a análise naquele momento fora relacionada aos traços da natureza, às formas de relevo, à hidrografia etc., ou seja, em relação aos atributos físicos do território, uma vez que essas características ilustrariam o porquê das condições econômicas, políticas, culturais e sociais do Brasil. Desta maneira, a compreensão da realidade brasileira assumira contornos nitidamente deterministas, pois o *meio* era considerado “como o principal fator que teria influenciado a legislação industrial e o sistema de impostos, ou ainda que teria sido elemento determinante na criação de uma economia escravagista²⁵⁶”.

Sua assimilação, isto é, da influência dos atributos físicos do território sobre as condições brasileiras, por uma parcela significativa dos intelectuais naquele momento,

²⁵³ Ortiz, R., 2006.

²⁵⁴ Idem, idem.

²⁵⁵ Idem, idem, p. 17.

²⁵⁶ Idem, idem, p. 16.

encontrara nas teses deterministas e evolucionistas da Geografia acadêmica européia uma das principais matrizes teóricas. As leituras dos geógrafos europeus, sobretudo o francês Paul Vidal de La Blache (1845 – 1918) e o prussiano – posteriormente alemão – Friedrich Ratzel (1844 – 1904), possibilitaram a eles os caminhos no sentido de validar suas interpretações sobre o Brasil. Dentre esses caminhos, o conceito de *gêneros de vida*²⁵⁷, desenvolvido pelo geógrafo francês, se constituía como uma das bases metodológicas centrais:

Segundo esse enfoque, seria por intermédio de uma série de técnicas confundidas com uma cultura local que o homem entra em relação com a natureza. O espaço como objeto de estudo seria o resultado de uma interação entre uma sociedade localizada e um dado meio natural: um argumento sob medida para reforçar a idéia de região como unidade do estudo geográfico²⁵⁸.

Em vista disso, a temática regional emergira como um argumento convincente na direção de auxiliá-los sobre os aspectos da brasilidade, pois assentira a compreensão ancorada pela diversidade das regiões “naturais” do país, e, portanto, manifestaria a expressão dos traços da sociedade e do território brasileiros, o quê em última análise reportaria à sua unidade. Por sua vez, em relação ao modo como analisar geograficamente sob este pressuposto, observa-se o seguinte:

La Blache propôs o seguinte encaminhamento para a análise geográfica: observação de campo, indução a partir da paisagem, particularização da área enfocada (em seus traços históricos e naturais), comparação das áreas estudadas e do material levantado, e classificação das áreas e dos gêneros de vida, em ‘séries de tipos genéricos’. Assim, o estudo geográfico, na concepção vidalina, culminaria com uma tipologia²⁵⁹.

Baseado nisso, a nacionalidade brasileira repousava sobre esse “recorte” territorial, devido às diferentes regiões “naturais” que compunham o país. Ademais, as características dos grupos que as habitavam seriam o produto da relação homem/natureza ao longo da sua respectiva historicidade e sua expressão seria o fruto dessa relação: o gaúcho seria a consequência de sua interação com a região dos pampas; da mesma forma o sertanejo, tido como o resultado da ação mútua entre este e a caatinga; e o caipira, cujos traços seriam os efeitos de sua integração com as práticas agrícolas, por exemplo. Sendo assim, o conceito de *gêneros de vida* permitira uma operacionalização do “arranjo” da nacionalidade brasileira.

²⁵⁷ Ver: Santos, M. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 34-39 e Moraes, A. C. R., *Geografia: pequena história crítica*. 19ª edição. São Paulo: Annablume, 2003, p. 65-74.

²⁵⁸ Santos, M., *op. cit.*, 2004, p. 36.

²⁵⁹ Moraes, A. C.R., 2003, p.74.

Outro caminho de interpretação na análise do território brasileiro se fundamentara sob o conceito da *Antropogeografia*²⁶⁰. Desenvolvida pelo geógrafo alemão, a ideia centrava-se na elaboração da Geografia do Homem, cujo pressuposto fora estabelecer leis mediante as quais a humanidade sofrera as influências em virtude da diversidade das condições ambientais, ou seja, a maneira como a história sofrera as imposições da natureza:

... a diversidade das condições ambientais explicariam, em grande parte, a diversidade dos povos, pois o substrato da humanidade seria a Terra, onde as sociedades se desenvolveriam em íntimo relacionamento com os elementos naturais. O estudo da ação de tais elementos sobre a evolução das sociedades seria o objeto primordial da pesquisa antropogeográfica²⁶¹.

Nesse sentido, as características de uma sociedade seriam explicadas por meio das influências exercidas pelos atributos físicos do território²⁶², de modo que as particularidades seriam apreendidas com base nos resultados da relação envolvendo a sociedade e a natureza. Assim, o grau de desenvolvimento da sociedade brasileira seria assimilado por meio do nível de apropriação dos recursos naturais. De modo que no limite revelaria o patamar do “atraso” do território nacional. Com base nisso, observa-se:

Estas influências atuariam, primeiro na fisiologia (somatismo) e na psicologia (caráter) dos indivíduos, e, através destes, na sociedade. Em segundo lugar, a natureza influenciaria a própria constituição social, pela riqueza que propicia, através dos recursos do meio em que está localizada a sociedade. A natureza também atuaria na possibilidade de expansão de um povo, obstaculizando-a ou acelerando-a. E ainda nas possibilidades de contato com outros povos, gerando assim o isolamento e a mestiçagem²⁶³.

Em vista disso, a investigação do conjunto das influências mencionadas apontaria as especificidades nacionais, de modo que a natureza exerceria uma função preponderante no direcionamento pela busca da tradução da brasilidade. No rol dos intelectuais que se

²⁶⁰ Sobre o assunto ver: Moraes, A. C. R., “A antropogeografia de Ratzel”. In: *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990 (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 59) e do mesmo autor: *Geografia: pequena história crítica*. 19ª edição. São Paulo: Annablume, 2003, p. 57-64.

²⁶¹ Moraes, A. C.R., *op. cit.*, 1990, p. 9.

²⁶² Todavia, faz-se necessário advertir que o conceito *Antropogeografia* desenvolvido por Ratzel não se constitui como um determinismo estreito, ou seja, das influências do meio natural como o único motor da história. A respeito da relativização dessas influências, Diniz Filho (2002, p. 20) observa: “Embora Ratzel tenha postulado as influências das condições naturais sobre a história dos povos como objeto da Geografia Humana, a concepção do homem como produto do meio era estranha a ele: Ratzel entendia essa influência apenas como uma das mediações a serem levadas em conta no estudo das sociedades, ao lado de outras, de ordem econômica e social”. Ainda sobre este ponto, Moraes (2003, p. 60) atesta: “Diz ele [Ratzel] que estas influências vão se exercer mediatizadas, através das condições econômicas e sociais. Para ele, a sociedade é um organismo que mantém relações duráveis com o solo, manifestas, por exemplo, nas necessidades de moradia e alimentação”.

²⁶³ Moraes, A.C.R., 2003, p.59-60.

propuseram a “construir a nação” ancorada por ambas as categorias, sobretudo, fora expressiva a figura de Oliveira Vianna (1883 – 1951), em virtude de sua obra caracterizar-se por minimizar a presença do negro na formação social brasileira. Ao se referir sobre os estudos dos *tipos rurais* brasileiros, assim seria o traço da brasilidade:

... usando também como argumento o amplo predomínio da população rural sobre a urbana em sua época, Vianna chegou à conclusão de que a brasilidade estaria organicamente ligada ao modo de vida rural, de maneira que o desenvolvimento urbano-industrial não teria lugar no Brasil, sob pena de conduzir o país a uma verdadeira decadência social e moral (...) Manifesta-se assim uma idéia profundamente agrarista do país (...) que conduziu Vianna a postular soluções ruralizantes para os problemas sociais, como a conversão de grandes parcelas do proletariado em camponeses²⁶⁴.

Desta maneira, em Oliveira Vianna os *tipos rurais* brasileiros seriam a expressão da nacionalidade brasileira, de modo que suas postulações visavam impor saídas para a superação do “atraso” do país. Igualmente, os atributos físicos do território ocupavam uma posição importante na explicação tomando-se por base a avaliação que efetuara do estágio de evolução moral do país. Nas palavras do autor: “O meio rural é, em toda parte, um admirável conformador de almas. Dá-lhes a têmpera das grandes virtudes e as modela nas formas mais puras da moralidade²⁶⁵”. Porém, não se constituía como elemento central das suas preocupações. No momento que analisara a relação sociedade/natureza sob o liame da história, a conclusão repousara sobre um determinismo ambiental relativizado por meio da operacionalização sincrética das teses da Geografia acadêmica europeia, pois “apesar de conferir importância primordial ao meio físico, afirmava preferir o possibilismo de Vidal de La Blache ao fatalismo geographico de Ratzel²⁶⁶”.

Esta postura referia-se à recusa de qualquer interpretação *monocausalista* da história, ou seja, contrário à explicação da evolução da sociedade com base em um único fator²⁶⁷. Nesse caso, o *meio físico*. Para Vianna, a evolução das sociedades adviria de inúmeros fatores, tais como: culturais, econômicos, mesológicos, dentre outros, sendo que a avaliação da influência de cada fator e de todos em conjunto apenas seria exequível por entre um *determinismo pluricausalista*. Assim, a proposta de Ratzel, apesar de prover os elementos para explicar as forças atuantes do *meio* sobre a sociedade, fora entendida por ele como um

²⁶⁴ Diniz Filho, L. L., 2002, p.15-16.

²⁶⁵ Vianna, Oliveira. Populações meridionais do Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. Edições do Senado Federal; v. 27, p. 98.

²⁶⁶ Idem, idem, p. 19.

²⁶⁷ Idem, 2002.

exemplo de determinismo *monocausalista*, ou seja, da história brasileira ser apreendida exclusivamente por intermédio dos efeitos provocados pelas condições ambientais²⁶⁸. Por isso, a preferência de Oliveira Vianna em relação ao *possibilismo*²⁶⁹ de Vidal de La Blache em detrimento ao *fatalismo geographico* Ratzel:

... o fato de Vianna ter recorrido a Vidal de La Blache para combater o monocausalismo de Ratzel não deixa de ser previsível, pois este é o melhor caminho para relativizar as influências do meio sobre a sociedade sem abrir mão da perspectiva determinista²⁷⁰.

Além disso, as questões relativas à *raça* intensificavam o debate²⁷¹. Tratava-se de um componente que equacionado ante as formulações sobre os atributos físicos do território, o resultado se traduziria na versão final da nacionalidade brasileira. Contudo, vale ressaltar que durante a segunda metade do século XIX essa perspectiva houvera sido fundamentada, sobretudo, nos moldes do movimento romântico, conforme abordada outrora. Logo, a matriz da “nação” brasileira fora engendrada em torno das figuras do branco e do índio. Todavia, com a inserção do negro após a Abolição da Escravatura em 1888, a heterogeneidade racial provocara uma mudança no panorama étnico do país. Nesse sentido, as discussões entre os pensadores brasileiros naquele momento sobre as características da população encontraram nas teorias raciais européias uma importante ferramenta para esclarecer a diversidade do quadro étnico nacional, para, conseqüentemente, elaborarem um projeto de “organização da nação”:

Em meio a um contexto caracterizado pelo enfraquecimento e final da escravidão, e pela realização de um novo projeto político para o país, as

²⁶⁸ Em relação a entrada da idéia ratzeliana, Machado (1995, p. 348) aponta: “A introdução da antropogeografia de Ratzel se, de um lado, foi considerada atraente por sua formulação ‘científica’, ou seja, positivista, do papel do indivíduo e do Estado na ordenação do espaço, de outro, reforçava um determinismo ambiental problemático para aqueles intelectuais desconfortáveis com a ‘fatalidade geográfica’ do meio tropical”.

²⁶⁹ Sobre a expressão *Possibilismo*, Diniz Filho (2002, p. 21) observa: “La Blache defendia uma postura mais relativista sobre as relações entre homem e natureza, enfatizando que a história dos povos é sempre marcada por certo grau de contingência. Apesar disso, o chamado possibilismo não deixou de ser um determinismo ambiental amenizado, na medida em que se restringiu ao estudo das relações entre um homem abstrato e o meio natural sem colocar em foco as relações entre os homens, que diferenciam socialmente as formas de acesso à natureza e estabelecem a existência, na verdade, de uma relação sociedade/natureza”.

²⁷⁰ Diniz Filho, L. L., 2002, p. 20.

²⁷¹ É importante sublinhar que o sincretismo científico nesse momento histórico não se restringia apenas ao campo da Geografia. Atingia também o debate racial no Brasil, como podemos notar a seguir: “No caso do articulista Bezerra de Freitas, a Geografia acadêmica servia até mesmo como instrumento para combater as teorias raciológicas, visto que, segundo ele, o estudo dos gêneros de vida permitiria chegar a critérios de regionalização (os personagens-tipos) muito mais relevantes do que as características da raça ou outros elementos” (Diniz Filho, L. L., 2002, p. 18).

teorias raciais se apresentavam enquanto modelo teórico viável na justificação do complicado jogo de interesses que se montava²⁷².

A chegada dessas teorias em meados do final do século XIX no Brasil ocorrera num momento em que estas já apresentavam sinais de questionamento no continente europeu. Décadas posteriores, o geógrafo francês Jules Sion (1879-1940), em artigo de 1937, dera a tonalidade que ainda dominava o assunto: “La notion de ‘race supérieure’ est parmi celles dont on a fait l’abus le plus funeste à l’humanité²⁷³.” Não obstante, apesar da positiva recepção no seio da restrita elite pensante do país²⁷⁴, essas teorias foram “revividas” em solo brasileiro²⁷⁵. Desta maneira, a respeito do cenário étnico nacional observa-se que “neste momento torna-se corrente a afirmação de que o Brasil se constituiu através da fusão de três raças fundamentais: o branco, o negro e o índio²⁷⁶”.

Diante desse panorama, o estabelecimento de juízos de valores acerca de cada uma das etnias, respaldado por essas teorias, fornecera a justificativa necessária para que critérios diferenciados de cidadania fossem instituídos²⁷⁷. De imediato, atribuíra-se à raça branca uma posição de superioridade frente às demais, tidas como “inferiores”. Sob essa visão funesta, as figuras do negro e do índio foram consideradas como entraves ao processo civilizatório, o que comprometeria a questão da identidade nacional ante o quadro heterogêneo racial²⁷⁸. Por outro lado, alguns pensadores viram no mestiço a saída para solucionar o complicado equacionamento referente a essa questão, de tal modo que atingiria a um denominador comum:

O mestiço é para os pensadores do século XIX mais do que uma realidade concreta, ele representa uma categoria através da qual se exprime uma necessidade social – a elaboração de uma identidade nacional²⁷⁹.

O mestiço, portanto, fruto do cruzamento das três raças, se constituiria como o elemento central para os propósitos da construção da nacionalidade brasileira. Em vista disso, fora o caso de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, pois consideravam a miscigenação como

²⁷² Schwarcz, L. M., 1993, p. 18.

²⁷³ Sion, Jules. “Géographie et ethnologie”. In: *Annales de Géographie*. 1937, t. 46, n°263. p. 453.

²⁷⁴ Cf. Schwarcz, L. M., 1993.

²⁷⁵ Moraes, A. C. R., 2002.

²⁷⁶ Ortiz, R., 2006, p.19.

²⁷⁷ Schwarcz, L. M., 1993.

²⁷⁸ Ortiz, R., 2006.

²⁷⁹ Idem, idem, p. 20-21.

alternativa para construir o Brasil²⁸⁰. Todavia, para Oliveira Vianna e Silvio Romero, as formulações sobre seus traços demonstrariam as causas do declínio nacional²⁸¹, visto que “a mestiçagem no Brasil não era só descrita como adjetivada, constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação²⁸²”. As palavras de Silvio Romero atestam o exposto:

Além de ser ainda tosca a formação do mestiço, os três povos distintos, como no primeiro século da conquista, ainda acampam um ao lado do outro. As hordas selvagens vagueam erradias no alto norte e no grande oeste do paiz; os negros retintos, em numero crescidissimo, vivem entre nós e o branco conhece que encontra em sua passagem duas raças, que elle chama inferiores, que julga lhe deverem ser subordinadas, e que terá de combater no dia em que ellas forcejarem por ascender um pouco mais de sua posição social. O povo brasileiro não é pois, um povo feito, um typo ethnico definido, determinado original. Poderá vir a sel-o um dia, e nós o cremos; esta é a obra dos séculos por vir. O gênio brasileiro não achou ainda o seu caminho; é por isso que não temos uma industria nossa, uma litteratura nossa, uma arte, uma philosophia nossas; vivemos de contrafacções do pensamento alheio; importamos palitos portuguezes e oitavos francezes; vivemos de imitações caricatas ao capricho do estrangeiro. Oxalá que da culta Europa imitássemos o bom e o verdadeiro! . . . A falta de cohesão nacional, que é um facto ethnico, physico, anthropologico, traduz-se e revela-se na esphera mental. E' por isso que não temos, nunca tivemos, uma opinião publica esclarecida em política, nem uma intuição litteraria própria. Ainda entre nós as três raças não desapareceram confundidas num typo novo, e este trabalho será lentissimo. Por emquanto a mescla nas cores e a confusão nas idéas é o nosso apanágio²⁸³.

As inferências sobre as condições da população brasileira nesse momento, ancoradas pelas teorias raciais, apresentavam-se como discurso bastante eficaz. A defesa pelo

²⁸⁰ A defesa da miscigenação em Gilberto Freyre fora assinalada na publicação do Manifesto Regionalista, em 1926, e assim apresentada: “Com toda a sua primitividade, o mucambo é um valor regional e por extensão, um valor brasileiro, e, mais do que isso, um valor dos trópicos: estes caluniados trópicos que só agora o europeu e o norteamericano vêm redescobrimdo e encontrando neles valores e não apenas curiosidades etnográficas ou motivos patológicos para alarmes. O mucambo é um desses valores. Valor pelo que representa de harmonização estética: a da construção humana com a natureza. Valor pelo que representa de adaptação higiênica: a do abrigo humano adaptado à natureza tropical. Valor pelo que representa como solução econômica do problema da casa pobre: a máxima utilização, pelo homem, na natureza regional, representada pela madeira, pela palha, pelo cipó, pelo capim fácil e ao alcance dos pobres”. Freyre, Gilberto. *Manifesto regionalista*. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996, p. 49.

²⁸¹ Esse “atraso”, para Vianna (2005, p. 173), apresenta-se da seguinte maneira: “Quando duas raças se misturam, os seus mestiços ficam sujeitos a certos golpes de atavismo que os podem fazer retomarem, no fim de algumas gerações, a um dos tipos étnicos geradores. Esse regresso ao tipo das raças originárias é uma lei antropológica, verificável nos meios étnicos heterogêneos e, principalmente, num meio étnico, como o nosso, oriundo de mestiçagens múltiplas. Quando os cruzamentos surgem da fusão de raças muito distintas, os retornos têm, em geral, um caráter degenerescente: o elemento inferior é que se reconstrói, de preferência, e absorve os elementos da raça superior”.

²⁸² Schwarcz, L. M., 1993, p.13.

²⁸³ Romero, Silvio. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert & C., 1888, p. 355 – 356.

branqueamento para a superação da pobreza encontrava nos censos um forte instrumento, pois além de conferir legitimidade, reforçara o “poder de eficácia” dessas teorias²⁸⁴. Igualmente, assinalara que ao exercer a função de ideologia política, o debate sobre a *raça* naquele momento ilustraria as desigualdades regionais internas do país, do mesmo modo as sociais²⁸⁵. Por outro lado, observa-se que a imagem do Brasil enquanto espaço de miscigenação, calcada na idéia do “mito das três raças²⁸⁶”, ou seja, da formação do país resultante do cruzamento entre elas, isto é, a branca, a negra e a índia, possibilitou que os conflitos raciais fossem encobertos, além de proporcionar o reconhecimento de todos como nacionais:

A mestiçagem moral e étnica, possibilita a ‘aclimatação’ da civilização européia nos trópicos (...). É do resultado dessa experiência aclimatadora que se pode caracterizar uma cultura distinta da européia. A temática da mestiçagem é neste sentido real e simbólica, concretamente se refere às condições sociais e históricas da amálgama étnica que transcorre no Brasil, simbolicamente conota as aspirações nacionalistas que se ligam à construção de uma nação brasileira²⁸⁷.

Além disso, observa-se também que a questão racial fora associada ao determinismo, seja o geográfico, seja o racial²⁸⁸. Quanto ao primeiro, repousava na avaliação dos benefícios e prejuízos dos efeitos da tropicalidade sobre o povo, o quê em última análise, demonstraria a razão de algumas formas de conduta: “clima e raça explicando a natureza indolente do brasileiro, as manifestações tíbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato²⁸⁹”. Em relação ao segundo, tributário ao aperfeiçoamento das qualidades nos habitantes como uma maneira para superar a “fatalidade geográfica” do meio tropical. Em suma, o crítico literário Antonio Candido sublinhara a tônica envolvendo *meio e raça*:

²⁸⁴ Sobre os censos, Schwarcz (1993, p. 13) aponta: “Nos jornais, nos censos, os dados quantitativos reafirmavam as apreensões teóricas. Enquanto o número de cativos reduzia-se drasticamente – em 1798, a população escrava representava 48,7%, ao passo que em 1872 passava a 15,2% -, a população negra e mestiça tendia a progressivamente aumentar, correspondendo, segundo o censo de 1872, a 55% do total. Nessa mesma ótica, os dados de 1890 tornavam-se ainda mais aterradores. Ou seja, se na Região Sudeste (devido, sobretudo, ao movimento imigratório europeu) a população branca predominava – 61% -, já no resto do país a situação se invertia, chegando os mestiços a totalizar 46% da população local”.

²⁸⁵ Machado, L. O., 1995.

²⁸⁶ Em relação a esse mito, Ortiz (2006, p. 38), assinala: “O conceito de mito sugere um ponto de origem, um centro a partir do qual se irradia a história mítica. A ideologia do Brasil-cadinho relata a epopéia das três raças que se fundem nos laboratórios das selvas tropicais. Como nas sociedades primitivas, ela é um mito cosmológico, e conta a origem do moderno Estado brasileiro, ponto de partida de toda uma cosmogonia que antecede a própria realidade”.

²⁸⁷ Ortiz, R., 2006, p. 21.

²⁸⁸ Machado, L. O., 1995.

²⁸⁹ Ortiz, R., 2006, p. 16.

O intelectual brasileiro, procurando identificar-se a esta civilização, se encontra todavia ante particularidades de meio, raça e história, nem sempre correspondentes aos padrões europeus que a educação lhe propõe, e que por vezes se elevam em face deles como elementos divergentes, aberrantes²⁹⁰.

Desta maneira, as superações ante esses elementos procuraram ser equacionadas mediante os atributos físicos do território e as perspectivas raciais, cujos resultados revelariam dois componentes tidos como essenciais para a elaboração de uma identidade brasileira: o *popular* e o *nacional*²⁹¹, pois o conhecimento sobre as características do povo e do território brasileiros conduziria os intelectuais na preparação de um discurso de cunho nacionalista, ao qual, por sua vez, reportaria na constituição de um Estado nacional.

Portanto, fora sob o contexto da transição e suas implicações dos anos 1920 mediante as quais as questões até aqui abordadas, cuja extensão se entrelaçara às ideologias geográficas, compeliram o escritor brasileiro diante das angústias e dos projetos ambivalentes do contexto, não somente no plano nacional, marcado pelas contradições do processo de modernização e suas consequências, como também no plano internacional, marcado pelo recrudescimento da tensão ideológica, a assumir posições em face do horizonte incerto e duvidoso que estava se abrindo. Em vista disso, fora nesse contexto fecundo e viço que o romance *Macunaíma – o herói sem nenhum caráter* se inscrevera, ao mostrar a aflição do autor diante das ambiguidades e ambivalências, ao sinalizar as incertezas do processo de modernização em curso.

²⁹⁰ Candido, A., 1975, p. 110.

²⁹¹ Ortiz, R., 2006.

Capítulo 3

MÁRIO DE ANDRADE E AS IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS: ENTIDADE E TERRITÓRIO EM MACUNAÍMA – O HERÓI SEM NENHUM CARÁTER

3.1) Macunaíma e a entidade brasileira

Macunaíma é um livro quase sempre mal julgado. Não é um livro fácil, numa terra em que a cultura autodidata e o ensino, mesmo, se fazem pelo figurino europeu. Lendas indígenas e estudos de folclore ou são passatempo de quem não acha que fazer, ou preocupação de minoria extremamente séria e científica, sem tempo nem gosto para vulgarizar o que sabe. Por isso a classe média, a que lê ficção, se sente chocada com o livro ininteligível e adota solução cômoda e que satisfaz muito a vaidade: - “Se eu não entendo não presta”. E daí a condenação do livro.

Manuel Cavalcanti Proença, *Roteiro de Macunaíma*.

O romance *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, de Mário de Andrade (1893-1945), é considerado uma das obras mais importantes da literatura brasileira. Escrita durante as férias do autor na cidade de Araraquara em 1926, com ampliação em 1927 e publicada em maio de 1928, a rapsódia introduzira uma linguagem completamente inovadora e revolucionária. Desafiando o sistema cultural vigente²⁹², a obra manifestara as convulsões típicas da sociedade brasileira dos anos de 1920.

Inicialmente houvera certa resistência do autor em aceitar a autenticidade de sua obra, conforme assinalara a crítica literária Gilda de Mello e Souza em *O tupi e o Alaúde*²⁹³, pois o autor considerara apenas um “jeito pensativo e gozado de descansar umas férias²⁹⁴”. Entretanto, sua criação expressara “a violenta explosão que na verdade arrematava um período fecundo de estudos e de dúvidas sobre a cultura brasileira²⁹⁵”.

²⁹² Lopez, T. P. A., 2001.

²⁹³ Cf. Mello e Souza, Gilda de. *O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2003. (Coleção Espírito Crítico).

²⁹⁴ Andrade, M. de, “Prefácios para Macunaíma”. In: Batista, Marta Rosseti et al. *Brasil: 1º Tempo Modernista – 1917/1929*. São Paulo: IEB, 1972, p. 291.

²⁹⁵ Mello e Souza, G., 2003, p. 9.

A arguta observação expressa sobremaneira o conteúdo das questões dos anos 1920 no território nacional. Uma década de intenso debate acerca da cultura brasileira e suas matrizes, do papel do intelectual na “organização da nação” e na sociedade, da busca por caminhos que pudessem subjugar o “atraso” do país. Acrescenta-se a isso as intensas transformações nos outros segmentos da sociedade, marcada pela explosão dos novos grupos sociais e seus confrontos, das contestações políticas, de um novo *modus vivendi*, das repercussões do contexto internacional, e, de mais a mais, das mudanças na matriz geográfica do território nacional. Nesse sentido, o sociólogo do romance Lucien Goldmann assinalara a respeito da influência do contexto sobre o texto nas obras literárias:

... as épocas de crise e de profunda transformação social são particularmente favoráveis ao nascimento das grandes obras da arte e da literatura, por causa da multiplicidade de problemas e de experiências que trazem aos homens e da grande ampliação do horizonte afetivo e intelectual que provocam²⁹⁶.

De fato, a obra inscreve-se no período em que predominara a multiplicidade dessas questões no seio da sociedade brasileira ao longo da década, marcada pela influência do Modernismo na arte brasileira. Esse termo, como apresentado outrora, fora atribuído a Mário de Andrade, numa expressão clara de seu propósito de criar um conceito de arte própria ao território nacional, ainda que acompanhasse os passos de um movimento internacional. O futurismo, o dadaísmo²⁹⁷, o expressionismo²⁹⁸ e o surrealismo²⁹⁹, movimentos artísticos europeus naqueles tempos, estão presentes nessa obra que “logo se transformou no livro mais importante do nacionalismo brasileiro³⁰⁰”. Deste modo, as expressões artísticas eram vistas pelo autor do ponto de vista da Antropofagia, ou seja, como uma forma de absorver as tendências internacionais no que elas apresentassem de interessantes³⁰¹.

O propósito de confeccionar o texto referira-se ao interesse de Mário de Andrade de descobrir a característica nuclear do brasileiro, refletindo uma tendência que caminhara desde

²⁹⁶ Goldmann, Lucien. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967.1967, p. 88.

²⁹⁷ Esse termo corresponde ao “movimento literário lançado em 1916 pelo escritor francês Tristan Tzara (1896 – 1963), que ressaltava o subconsciente” (Lopez, T. P. A., 2001, p. 175).

²⁹⁸ “Arte e técnica de pintura, desenho ou escultura que tende a deformar ou a exagerar a realidade” (idem, p. 175).

²⁹⁹ Trata-se da “escola literária e artística criada em 1924 pelo escritor francês André Breton (1896 – 1966) com a proposta de renovar os valores artísticos, com ênfase para o irracional e inconsciente” (idem, p. 175).

³⁰⁰ Mello e Souza, Gilda de. *O tupi e o alauúde: uma interpretação de Macunaíma*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2003, p. 9.

³⁰¹ Andrade, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. 32ª edição. Texto revisto por Telê Porto Ancona Lopez. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2001. (Coleção dos Autores Modernos da Literatura Brasileira).

fins do século XIX no sentido de encontrar um “caráter nacional brasileiro”³⁰². Desta forma, os posicionamentos do autor para evidenciá-lo encontram-se nos prefácios escritos por ele, fornecendo ao leitor uma ampla visão, e apontando as suas justificativas seguidas de alguns esclarecimentos para o entendimento da obra, como podemos observar no prefácio abaixo escrito em 19 de dezembro de 1926:

O que me interessou por Macunaíma foi incontestavelmente a preocupação em que vivo de trabalhar e descobrir o mais que possa a entidade nacional dos brasileiros. Ora depois de pelejar muito verifiquei uma coisa que me parece certa: o brasileiro não tem caráter. Pode ser que alguém já tenha falado isso antes de mim porém a minha conclusão é uma novidade para mim por que tirada da minha experiência pessoal. E com a palavra caráter não determino apenas uma realidade moral não, em vez entendo a entidade psíquica permanente, se manifestando por tudo, nos costumes, na ação exterior no sentimento na língua na História na andadura, tanto no bem como no mal.

O brasileiro não tem caráter por que não possui nem civilização própria nem consciência tradicional. Os franceses têm caráter e assim os jorubas e os mexicanos. Seja por que civilização própria, perigo eminente, ou consciência de séculos tenha auxiliado o certo é que esses uns têm caráter. Brasileiro não. Está que nem o rapaz de vinte anos: a gente mais ou menos pode perceber tendências gerais, mas, ainda não é tempo de afirmar coisa nenhuma. (...) Pois quando matutava nessas coisas topei com Macunaíma no alemão de Koch-Grünberg. E Macunaíma é um herói surpreendentemente sem caráter³⁰³.

Como sempre, os depoimentos de Mário de Andrade ilustravam as questões que o envolvia. Nesta, a imprescindível naquele momento fora a ausência de *caráter* do brasileiro, encontrando em Macunaíma o herói sob medida para manifestar essa ausência³⁰⁴. Expressão e

³⁰² Ao refletir sobre esse ponto, Silvio Romero, em artigo de abril de 1871, realizara o seguinte diagnóstico: “Tenho indicado que o brasileiro ficou um quase retrato do portuguez. A natureza, como agente ele transformações, pouco ha feito para alteral-o, tendo a lutar contra a estreitesa do tempo e contra a civilização européa. O caboclo, typo quasi perdido que vae se esvaecendo cada vez mais, mui fracamente contribuiu também neste sentido. O africano, rebelde aos progressos intellectuaes, tem alterado, sem vantagem, nossa physionomia pretérita. Do consórcio, pois, de velha população latina, beatamente atrasada, beatamente infecunda, e de selvagens africanos, estupidamente indolentes, estupidamente talhados para escravos, surgio, na máxima parte, este povo, que se diz, que se supõe grande, porque possui, entre outras maravilhas, «o mais bello paiz do mundo.!...» E' necessario buscar na historia as condições de sua cultura, de sua civilização. Indicar os elementos diversos e concurrentes que formaram seu pensamento, mostrar a marcha que seguiram, pesar-lhes o valor, é bem diferente do simples indagar do estado hodierno de seu lavor intellectual.” (Romero, Silvio. “O caracter nacional e as origens do povo brasileiro”. In: *Ethnologia selvagem estudo sobre a memoria, região e raças selvagens do Brasil do Dr. Couto de Magalhães*. Recife : Typ. da Provincia, 1875, p. 45 – 46 [Appendice]).

³⁰³ Andrade, M. de, “Prefácios para Macunaíma”. In: Batista, Marta Rosseti et al. *Brasil: 1º Tempo Modernista – 1917/1929*. São Paulo: IEB, 1972, p. 289.

³⁰⁴ Quanto à falta de caráter do brasileiro, Mário de Andrade esclarecera melhor num trecho do segundo prefácio, escrito em 27 de março de 1928: “Falta de caráter no duplo sentido de indivíduo sem caráter moral e sem característico. Está certo. Sem esse pessimismo eu não seria amigo sincero dos meus patrícios. É a sátira dura do livro. Heroísmo de arroubo é fácil de ter. Porém o galho mais alto dum pau gigante que eu saiba não é lugar

personagem ambíguos, cercados de polêmica quanto aos seus significados, alguns estudiosos procuraram encerrá-los no lado supostamente “mau” do herói³⁰⁵. No entanto, o significado é mais amplo e complexo, como fora apontado pela crítica literária Gilda de Mello e Souza no ensaio *O tupi e o alaúde*:

o herói brasileiro representa um personagem bem mais ambíguo e contraditório: é um vencido-vencedor, que faz da fraqueza a sua força, do medo a sua arma, da astúcia o seu escudo; que vivendo num mundo hostil, perseguido, escorraçado, às voltas com a adversidade, acaba sempre driblando o infortúnio³⁰⁶.

O episódio entre Macunaíma e o Currupira fora bastante representativo acerca das fatalidades que driblara. Presente no segundo capítulo – Maioridade –, Macunaíma ao ser deixado no mato pela mãe em consequência das travessuras que havia praticado, pouco tempo depois o encontrara, pedindo a ele que o ensinasse o caminho de volta à tribo Tapanhumas, local de procedência do herói. Entretanto, como Currupira estava faminto e desejoso por comê-lo, lhe ensinara errado:

- Tu vai por aqui, menino-home, vai por aqui, passa pela frente daquele pau, quebra a mão esquerda, vira e volta por debaixo dos meus uaiariquinizês.
Macunaíma foi fazer a volta porém chegando na frente do pau, coçou a perninha e murmurou:
- Ai! Que preguiça!...
e seguiu direito.
O Currupira esperou bastante porém curumim não chegava³⁰⁷...

A exclamação “Ai! Que preguiça!...”, aliás, percorrer a obra do início ao fim, na qual fora bastante representativa acerca das preocupações que circundaram Mário de Andrade. Seu conteúdo possuía, no mínimo, dois significados que merecem destaque. O primeiro, “representa a apologia ao ócio³⁰⁸”. Nesse sentido, a defesa ao ócio tivera como ponto de origem a negação do avanço técnico promovido pelo homem, visto que para Mário de

propício pra gente dormir sossegado”. (Andrade, M. de, “Prefácios para Macunaíma”. In: Batista, Marta Rosseti et al. *Brasil: 1º Tempo Modernista – 1917/1929*. São Paulo: IEB, 1972, p. 293).

³⁰⁵ Tal interpretação está muito associada à decomposição da palavra Macunaíma em seus radicais: “A etimologia dá Macunaíma como ‘o grande mau’. Entretanto o herói é múltiplo. Quase poderia escrever como Mário: ‘Eu sou trezentos’. Encarna uma enorme variedade de personagens, ora boas, ora más, ora ingênuas; quase sempre ingênuas” (Proença, M. C., 1987, p. 9).

³⁰⁶ Mello e Souza, 2003, p. 77 – 78.

³⁰⁷ Andrade, M. de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, edición crítica, Telê Porto Ancona Lopez, coordinadora. 2ª ed. Madrid; París; México; Buenos Aires; São Paulo; Río de Janeiro; Lima; ALLCA XX, Edições Unesco, 1996. (Colección Archivos: 2ª ed.; 6), p. 17 – 18.

³⁰⁸ Mello e Souza, 2003, p. 51.

Andrade aprisionava-o, e, por conseguinte, alienava-o³⁰⁹, o quê causava um impedimento na criação artística. Com isso, a civilização estaria submetida ao progresso material, cujo caminho para a realização da arte estaria nas “civilizações primitivas”, pois compreendera o seu valor, de tal modo que o “primitivo é para ele aquele que, como povo ou indivíduo, tem condições de prezar os valores da sensibilidade³¹⁰”. Logo, não se tratara de um dado negativo, porém como uma fonte de criação artística, capaz de contemplar o mundo e o universo³¹¹.

Desta forma, a *preguiça* seria propícia ao elemento da criação, pois seria a partir do seu exercício que faria emergir toda a sensibilidade do homem³¹². Ao percorrer esse caminho, Mário de Andrade realizara uma crítica à sociedade dominada pelos ditames da máquina, constituindo-se como obstáculo para a criação artística³¹³. Assim, efetuara uma crítica ao mundo do trabalho, tal como era concebido à época, marcado pelo modo de produção fordista.

O próximo significado está relacionado aos fatores do clima. Contrariando os efeitos negativos da tropicalidade sobre a população, a indolência, por exemplo, para Mário de Andrade não se constituía como um entrave à realização do homem em sociedade, tampouco ao trabalho, logo adiante. A tropicalidade seria um diferencial perante as outras civilizações, direcionando a questão da *preguiça* às potencialidades da natureza: “Civilização para Mário de Andrade equivale, então, a um problema de ecologia, isto é, à adequação do homem ao seu meio, inclusive o clima, que no caso brasileiro é propício à *preguiça*³¹⁴”.

Desta maneira, a ideia de civilização, tal como fora concebida à época, ou seja, associada ao progresso material, portanto, gerando alienação ao homem e impedindo-o no acesso aos seus valores sensíveis, fora no “primitivo” que o autor procurara circunscrever a “sua” civilização³¹⁵. Em 1933, ao responder as perguntas do “Inquérito da Editora Macaulay”, ele assinalara:

³⁰⁹ A referência à expressão marxista não é gratuita, pois segundo Lopez (1972, p. 49): “Entre 1924 e 1926 Mário lê os chamados ‘clássicos do marxismo’. Em sua biblioteca estão obras de: ENGELS, F., – *Socialisme utopique et socialisme scientifique*. 2ª ed. Paris, L’Humanité, 1924, MARX, Karl – *La génèse du capitalisme: l’accumulation primitive*. Paris, L’Humanité, 1924. LÉNINE, W. I., – *L’état et la révolution*. Paris, L’Humanité, 1925. *L’Impérialisme dernière étape du capitalisme*. 2ª ed. Paris, L’Humanité, 1925. TROTSKY, León – *Literature and revolution*. Trad. de Strunsky, Rose. New York, International Publications, 1925”.

³¹⁰ Lopez, T. P. A., 1972, p. 111.

³¹¹ Lopez, T. P. A., 1972.

³¹² Idem.

³¹³ Idem.

³¹⁴ Idem, p. 111.

³¹⁵ Sobre esse ponto, Lopez (1972, p. 111) faz uma aguda observação: “Esquece-se de que o progresso material pode existir independentemente da civilização, isto é, de realização integral do homem em sua sociedade. Há portanto duas civilizações para Mário de Andrade, uma falsa e uma rotulada, igual a progresso e uma verdadeira e necessária: a do primitivo”.

Detesto os climas moderados, e por isso vivo pessimamente em São Paulo. Também não aprecio a civilização, nem muito menos, acredito nela. Tanto o meu físico como as minhas disposições de espírito exigem as terras do Equador. Meu maior desejo é ir viver longe da civilização, na beira de algum rio pequeno da Amazônia, ou nalguma praia do mar do Norte brasileiro, entre gente inculta, do povo. Meu maior sinal de espiritualidade é odiar o trabalho, tal como ele é concebido, semanal e de tantas horas diárias, nas civilizações chamadas ‘cristãs’. O exercício da preguiça, que eu cantei no *Macunaíma*, é uma das minhas maiores preocupações³¹⁶.

As observações feitas acima pelo escritor foram, em certa medida, desdobramentos das observações durante o período que realizara a primeira “viagem etnográfica” ao Norte do Brasil, entre os meses de maio e agosto de 1927³¹⁷. Seu interesse na viagem estivera em conhecer o Brasil através dos *territórios desconhecidos*, do povo e suas manifestações: costumes, danças, cantos, modos de vida etc., pois “na concepção de Mário de Andrade, a poesia e o folclore, assim como qualquer manifestação estética, devem ser retidos em sua vivacidade. É por isso que a pesquisa etnográfica e o contato direto com os produtores da cultura são tão importantes³¹⁸”. Dentre os resultados da viagem, a primeira parte do diário *O Turista Aprendiz*³¹⁹ e um fortalecimento no intercâmbio de idéias com os modernistas do Norte e de partes do Nordeste³²⁰. Vasculhara territórios diversos, como podemos observar no itinerário a seguir:

³¹⁶ Andrade, M. “Resposta ao inquérito sobre mim pra Macaulay”. In: Andrade, M. *Entrevistas e depoimentos*; edição organizada por Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983, p. 41.

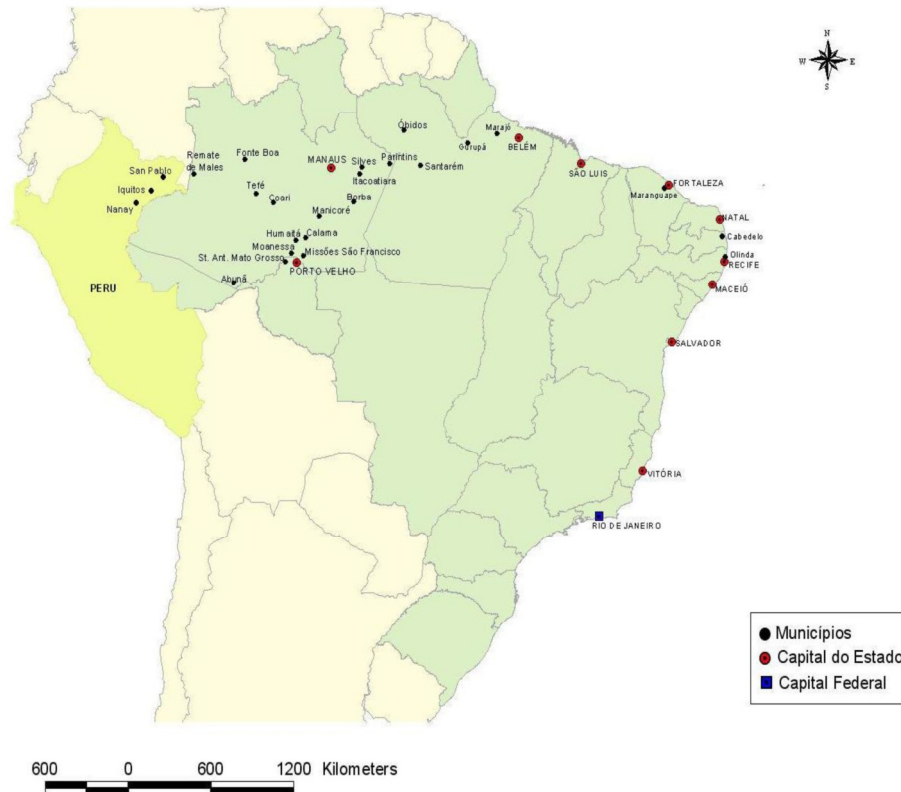
³¹⁷ Mário de Andrade realizou duas “viagens etnográficas” pelo Brasil. A primeira ocorreu em 1927, ao Norte do país. A segunda, pelo Nordeste em 1928. No entanto, para os propósitos deste trabalho será dada uma maior ênfase à primeira viagem, pois exerceu uma forte influência para a ampliação da obra, sendo publicada em maio de 1928. Ao contrário da segunda, que foi realizada entre os meses de dezembro de 1928 e fevereiro do ano seguinte.

³¹⁸ Motta Santos, M. V.; Madeira, M. A., 1999, p. 113.

³¹⁹ Andrade, M. *O turista aprendiz*; estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo, Duas Cidades, Secretaria de Cultura, Ciência e tecnologia, 1976. (A segunda parte do diário é resultado da segunda viagem).

³²⁰ Lopez, T. P. A., 1972.

1º Viagem Etnográfica de Mário de Andrade (07/05/1927 a 14/08/1927)



<u>Cidade</u>	<u>Data</u>	<u>Cidade</u>	<u>Data</u>
Rio de Janeiro	7 de maio	Moanessa	7 de julho
Salvador	13 de maio	São Francisco	9 de julho
Recife	15 de maio	Calama	9 de julho
Belém	19 de maio	Porto Velho	11 de julho
Santarém	31 de maio	S. Antonio do Mato Grosso	11 de julho
Óbidos	1 de junho	Abunã	12 de julho
Parintins	2 de junho	Porto Velho	15 de julho
Manaus	5 de junho	Borba	19 de julho
Rio Solimões	9 de junho	Manaus	21 de julho
Coari	11 de junho	Silves	22 de julho
Tefé	12 de junho	Itacoatiara	22 de julho
Fonte Boa	14 de junho	Santarém	24 de julho
Remate de Males	18 de junho	Gurupá	25 de julho
Iquitos (Peru)	22 de junho	Belém	28 de julho
Nanay (Peru)	23 de junho	Marajó	29 de julho
Iquitos (Peru)	24 de junho	São Luís (MA)	3 de agosto
San Pablo (Peru)	26 de junho	Maranguape/Fortaleza	5 de agosto
Manaus	2 de julho	Natal	7 de agosto
S. Antonio do Mato Grosso	2 de julho	Cabedelo	8 de agosto
Manicoré	5 de julho	Maceió	9 de agosto
Humaitá	7 de julho	Salvador	10 de agosto
Rio Madeira	7 de julho	Vitória	12 de agosto
		Rio de Janeiro	14 de agosto

Adaptado de: LOPEZ, T. P. A. “Viagens Etnográficas de Mário de Andrade: Itinerário fotográfico”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 11, São Paulo, IEB-USP, 1972, p. 138.

Ao retornar da viagem, estando em São Paulo, concedera uma entrevista para o *Diário Nacional* relatando suas impressões sobre a região Amazônica. No instante que fora perguntado sobre os efeitos do calor na dificuldade de trabalhar sob essa atmosfera, Mário de Andrade respondera categoricamente:

É um engano lamentável: o tapuio trabalha muito, trabalha bem e é alegríssimo. Para ganhar uma ninharia, quase degradante, a tapuiada passa uma noite inteira, carregando lenha para dentro dos navios. Tudo isso no meio de ditos e gargalhadas... De onze às quatorze horas não se trabalha em geral. Agora que está na moda de imaginar besteiras, depois que Monteiro Lobato escreveu o *Choque das raças*, andei imaginando uma vida amazônica principiada às 18 e acabada às seis, de sol claro³²¹.

Entretanto, ainda que a viagem tivesse exercido uma forte influência para a ampliação da obra, pois algumas das cidades por onde passou estão presentes como Óbidos e Santarém, por exemplo, Mário de Andrade também utilizara uma extensa bibliografia³²², revelando o estágio de leituras o qual houvera atingido e que inclui figuras como: Capistrano de Abreu, Couto de Magalhães, José Veríssimo, Sílvio Romero, Theodor Koch-Grünberg³²³, Von Martius e cronistas do século XVI. Ademais, acrescentara a essas fontes traços da cultura africana, “tradições portuguesas, contos já tipicamente *brasileiros* etc³²⁴”, experiências pessoais, dentre outras³²⁵. Empregando-as indiscriminadamente, procurara evidenciar os traços da sociedade e do espaço brasileiros a imagem da geografia do Brasil. Por sua vez, em relação aos traços da primeira, compreendendo nesse instante enquanto *raça* é possível verificar que em Mário de Andrade a questão procura se retratar no capítulo V – Piaimã.

Neste capítulo, Macunaíma e seus irmãos – Maanape e Jiguê – haviam deixado o espaço do Uraricoera em busca da muiraquitã, o amuleto mágico que houvera recebido de Ci, Mãe do Mato³²⁶. Símbolo da cultura nativa, o herói havia perdido e se encontrava na cidade

³²¹ Andrade, M. de, “1927 – Uma excursão ao Rio Amazonas”. In: Andrade, M. *Entrevistas e depoimentos*; edição organizada por Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983, p. 28.

³²² Sobre a extensa fonte, esta pode ser consultada em: Proença, M. C. *Roteiro de Macunaíma*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987; p. 309 – 316.

³²³ Sobre a influência deste no autor da obra, Lopez (2001, p. 168) observa: “Mário de Andrade nunca escondeu que se inspirou na obra *Vom Roraima zum Orinoco – Do Roraima ao Orenoco* – do etnógrafo naturalista alemão (...), publicada em cinco volumes entre 1916 e 1924”.

³²⁴ Mello e Souza, G, 2003, 15.

³²⁵ Segundo Mello e Souza (2003, p. 15): “... anedotas tradicionais da história do Brasil (...) transcrições textuais dos etnógrafos (...) frases célebres de personalidades históricas ou eminentes; fatos da língua, como modismos, locuções, fórmulas sintáticas; processos mnemônicos populares, como associações de idéias e de imagens; ou processos retóricos, como as enumerações exaustivas”.

³²⁶ Sobre a origem do nome, Proença (1987, p. 136) observa: “Ci, Mãe do Mato, nome criado por Mário, pertence à condição das mulheres originárias, do começo do mundo, como Sofará e Iriqui. A crença geral dos tupis, segundo Couto de Magalhães, estabelecia Mãe das Águas, Mãe dos Animais, Mãe das Plantas”.

de São Paulo nas mãos de Venceslau Pietro Pietra, “o gigante Piaimã, comedor de gente”. No meio da viagem, “Macunaíma se lembrou de tomar banho”. Entretanto, ao banhar-se, a água possuía um aspecto peculiar:

Mas a água era encantada por que aquele buraco na lapa era marca do pezão do Sumé, do tempo em que andava pregando o evangelho de Jesus para indiada brasileira. Quando o herói saiu do banho estava branco louro e de olhos azuizinhos, água lavara o pretume dele. E ninguém não seria capaz mais de indicar nele um filho da tribo retinta dos Tapanhumas.

Nem bem Jiguê percebeu o milagre, se atirou na marca do pezão de Sumé. Porém a água já estava muito suja da negrura do herói e por mais que Jiguê esfregasse feito maluco atirando água pra todos os lados só conseguiu ficar da cor do bronze novo (...).

Maanape então é que foi se lavar, mas Jiguê esborrifara toda a água encantada pra fora da cova. Tinha só um bocado lá no fundo e Maanape conseguiu molhar só a palma dos pés e das mãos. Por isso ficou negro bem filho da tribo Tapanhumas. Só que as palmas das mãos e dos pés dele são avermelhadas por terem se limpado na água santa³²⁷.

Nesse sentido, o posicionamento de Mário de Andrade, a partir desse fragmento, ante ao debate racial no Brasil, possuía uma forte ligação à noção de Brasil enquanto espaço de miscigenação, calcado na ideia da “lenda das três raças³²⁸”, tal qual fora outrora sublinhada. Com isso, procurara um meio de projetar um caminho para que os brasileiros pudessem se reconhecer como nacionais, a despeito de não intentar encobrir os conflitos raciais naquele momento:

Mário de Andrade aproveita a lenda das raças humanas, em sua caracterização cutânea, para mostrar a junção das três no Brasil. **São três irmãos que se diferenciam, e continuam, apesar disso, irmãos.** Macunaíma é o branco, o chefe, ajudado, porém, por Maanape, o negro, que resolve tudo com feitiçarias, e Jiguê, o índio que traz mulheres para casa, mas se aborrece pouco com a fidelidade feminina. É muito bobo. (grifo nosso³²⁹).

³²⁷ Andrade, M. de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, edición crítica, Telê Porto Ancona Lopez, coordinadora. 2ª ed. Madrid; París; México; Buenos Aires; São Paulo; Río de Janeiro; Lima; ALLCA XX, Edições Unesco, 1996. (Colección Archivos: 2ª ed.; 6), p. 37. Vale ressaltar também a referência que Mário de Andrade faz em relação ao “pezão do Sumé”. Sobre esse ponto, Proença (1987, p. 152) assinala: “Segundo a lenda, há no Brasil várias marcas dos pés de Sumé (São Tomé) em sua peregrinação apostólica, antes do descobrimento do país”.

³²⁸ Sobre quem recolheu a lenda e sua história, Proença (1987, p. 152) observa: “Lindolpho Gomes, entre outros, recolheu a lenda: – Deus tem pena de três irmãos que choram a morte do pai. Todos os homens nesse tempo eram negros. Deus indicou-lhes uma fonte em que poderiam lavar-se e ficar brancos feito neve. O primeiro logo vai banhar-se e sai completamente branco; o segundo encontra a fonte já alterada e só consegue ficar vermelho, e, finalmente, o último encontra tão pouca água que só consegue clarear a planta dos pés e a palma da mão”.

³²⁹ Proença, M.C., 1987, p. 152.

Assim, as controvérsias relativas ao clima e à raça para o autor possuíam um deslindamento positivo no sentido de apontar um rumo para “organizar a nação”, pois em relação ao primeiro significaria um dos aspectos autênticos da cultura nacional, ou seja, uma cultura tropical. Sobre a segunda, as populações autóctones enquanto “suporte” da brasilidade, dado pelo contato direto com estas durante a primeira viagem etnográfica na qual tencionara retratar a diversidade racial no Brasil, e sua união, por meio da lenda. Ademais, divergira do posicionamento “de Oliveira Vianna quanto à sua idealização do brasileiro em termos raciais³³⁰”. Em suma, na medida em que o modernismo conheceu o apogeu, uma busca por respostas culturais e estéticas fora empreendida, na qual houvesse implicações políticas e sociais, como expediente de resolução dos desafios advindos do processo histórico de modernização do território nacional.

Nesse sentido, fora sob o contexto conflitivo e tenso do decênio que o projeto estético em Mário de Andrade fora abrindo os sulcos do projeto ideológico, no qual as ideologias geográficas foram adquirindo contornos bem definidos na confecção de um projeto nacional. Por esse ângulo, as palavras do professor de literatura brasileira Marcos Antonio de Moraes atestam a amplitude e a complexidade do programa vernáculo no autor de *Macunaíma*:

No ponto de fuga da multifária obra mariodeandradiana, vislumbra-se o projeto nacionalista do escritor, de cunho crítico, “não conformista”, que ele se esforça por difundir, determinando um obstinado ânimo pedagógico. Avulta o desígnio de que seus escritos se convertam em matéria para se pensar ou se conhecer o país, a nacionalidade, em chave complexa; sobressai a determinação em deslindar a identidade nacional, fixando-a nas artes, favorecendo o encontro da expressão popular e da erudita e recusando posturas ideológicas conservadoras³³¹.

Desta maneira, tais ideologias exerceram uma função relevante no plano subjacente à discussão e à elaboração de projetos nacionais, nos quais os embates das forças em jogo alicerçaram a travessia das reflexões e os posicionamentos políticos a respeito dos “destinos” almejados ao território nacional, nas quais as manifestações populares, sendo aderidas a elas ou não, ocuparam um papel relevante no processo de conhecimento e de argumentação sobre os rumos desejados ao país. Afinal, uma parcela da elite intelectual compreendera a modernização da cultura brasileira enquanto projeto de extensão da cultura erudita ao povo, ao passo que Mário de Andrade defendera seu modo de manifestação como eixo do programa.

³³⁰ Lopez, T. P., 1972, p.54.

³³¹ Moraes, M. A., 2010, p. 377.

Em vista disso, é sob essa plethora de controvérsias que vislumbra-se em *Macunaíma* uma problemática exequível sobre os desígnios vernáculos ao território brasileiro. Tomando-se por base o propósito de modernizar a cultura nacional por meio das manifestações populares na qualidade de centro do projeto e traçando o desenho da polifonia discursiva, a problemática seguiria, neste caso, um pontilhado específico: *Macunaíma* apresentaria uma situação provisoriamente insolúvel em virtude da impossibilidade de apontar uma resposta ou direção para os impasses acumulados ao longo do decênio de 1920. Entretanto, não seria uma condição selada e, portanto, definitiva. Como expediente de ultrapassagem, não por acaso, Mário de Andrade buscara ascender na obra a “entidade nacional dos brasileiros”, como assinalara no prefácio e destacada pela professora de literatura Leyla Perrone-Moisés em “Macunaíma e a ‘entidade nacional brasileira’³³²”:

É uma obra aberta e plural. Não é a demonstração de uma tese; é uma hipótese, um estudo, uma reflexão, e sobretudo uma busca. Como seu herói, M.A. busca uma “muiraquitã”, e essa ‘muiraquitã’ é a “entidade brasileira” (...) “Entidade”, na linguagem filosófica, é “um objeto concreto, mas que não tem unidade ou identidade materiais”; “um ‘algo’; um objeto de pensamento que se concebe como um ser desprovido de toda determinação particular”. A primeira prova da genialidade de M.A. foi não ter caído nas armadilhas da “identidade”, que supõe essência e origem. Como “retrato” do brasileiro, Macunaíma é fiel, na medida em que o retratado é um ser híbrido, contraditório, em processo³³³.

Compreendendo a identidade enquanto “armadilha”, o conceito seria fundado na definição efetuada pelo cientista político Benedict Anderson em sua obra clássica *Comunidades Imaginadas*³³⁴. Oferecendo uma sólida reflexão das questões culturais que animam a criação destas, o autor sublinhara a força e o poder de imaginação que os agrupamentos humanos possuem para se deslindarem e se ordenarem por intermédio de um fenômeno cuja definição é imprecisa: o nacionalismo. Argumentando que tanto este quanto a nacionalidade se configuraram enquanto produtos culturais singulares, Benedict Anderson procurara demonstrar que sua criação a partir do século XVIII fora um resultado do complexo entrelaçamento de forças históricas distintas, se tornando “modulares”, portanto aptas para serem transplantadas com diferentes níveis de autoconsciência em direção a uma ampla gama de territórios “para se incorporarem e serem incorporados a uma variedade igualmente grande

³³² Perrone-Moisés, Leyla. “Macunaíma e a ‘entidade nacional brasileira’” In: *Vira e mexe nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 188 – 209.

³³³ *Idem*, p. 190 – 191.

³³⁴ Anderson, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

de constelações políticas e ideológicas³³⁵”. Nesse sentido, o autor analisara a formação histórica das comunidades e sua transformação no decorrer do tempo para demonstrar uma profunda legitimidade emocional. Desta maneira, Benedict Anderson manejava o intrincado conceito de nação e assim assinalada: “...uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana³³⁶”..

No instante que constatara a versatilidade e o dinamismo da cultura brasileira, sobretudo por meio dos estudos com base no folclore e na música populares, Mário de Andrade a confrontara na busca por um núcleo sólido capaz de constituir uma civilização. Nesse sentido, Mário de Andrade ultrapassaria os limites impostos pela conceituação acima exposta, pois o amuleto da “muiraquitã³³⁷” significaria uma ligação às culturas nativas, míticas, um objeto de poder e, portanto, uma espécie de “apólice” da entidade nacional brasileira. Afinal, trata-se de um símbolo que se encontra fora do mercado, pois não há valor de troca, haja vista seu valor mágico no meio selvagem. Logo, perdê-la para o gigante Piaimã significaria perder sua própria força, pois nas mãos dele se tornaria uma mercadoria, em virtude da sua condição de colecionador. Ao recuperá-la, a entidade nacional estaria seguramente preservada. No entanto, a perda definitiva do amuleto na obra poderia ser interpretada enquanto uma metáfora para designar a ausência de uma força agregadora capaz de constituir um projeto nacional. Haja vista que em *Macunaíma* não há sustentação de projeto algum pelo herói, pois suas características estão irremediavelmente dispersas entre orientações contrárias.

Nessa perspectiva, o programa específico de modernização da cultura brasileira estaria temporariamente condenado ao fracasso do qual paradoxalmente adviria a vitória, pois apontaria para a importância e a urgência, sobretudo, da seriedade nas reflexões seguidas pelo debate em torno da elaboração de um projeto nacional no qual as ideologias geográficas exerceram um papel relevante no esforço de apontar saídas para os impasses. Sendo assim, a obra de Mário de Andrade se apresentaria no plano das ausências marcada pela perseguição incessante das presenças, nas quais as ideologias espaciais contribuíram para a valorização subjetiva do espaço, abordadas a seguir.

³³⁵ Idem, p. 30.

³³⁶ Idem, p. 32.

³³⁷ Sobre o significado da expressão: “do tupi miraki’tã. Artefato de nefrita ou jade, talhado em forma de serpentes, quelônios, batráquios, etc, encontrado no Baixo Amazonas, especialmente nos arredores de Óbidos e nas praias entre a foz dos rios Nhamundá e a do Tapajós. Aos muiraquitãs atribuem-se qualidades de amuleto. Segundo a lenda, seriam presentes que as amazonas davam aos homens em lembrança de sua visita anual”. Andrade, Mário de. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*; edição crítica, Telê Porto Ancona Lopez, coordenadora. 2ª ed. Madrid; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Rio de Janeiro; Lima; ALLCA XX, Edições Unesco, 1996. (Colección Archivos: 2ª ed.; 6), p. 557.

3.2 Passagens das ideologias geográficas

Macunaíma procedera do espaço do Uraricoera. Caracterizado como “fundo do mato virgem”, o espaço era um lugar inóspito, isolado da civilização, inexplorado e, portanto, desconhecido do homem citadino, pois fora da tribo tapanhumas. Espaço de miséria, de fome, de enfrentamentos, de traições e competições entre Macunaíma e seus familiares, de disputas sexuais sangrentas entre este e seus irmãos – Maanape e Jiguê – e de violentos confrontos com a própria mãe, a descrição do local de nascimento fora retratada logo no capítulo de abertura – Macunaíma – e assim inaugurada:

No fundo do mato virgem nasceu Macunaíma, herói de nossa gente. Era preto retinto e filho do medo da noite. Houve um momento em que o silêncio foi tão grande escutando o murmurejo do Uraricoera, que a índia tapanhumas pariu uma criança feia. Essa criança é que chamaram Macunaíma³³⁸.

Nesse sentido, sobre a caracterização do período e do ambiente de nascença, é possível verificar que “o herói de nossa gente nasceu num tempo e espaço não-históricos; é filho de uma noite absoluta. Não pertencendo a uma tradição qualquer, tem com seu nascimento um começo, uma origem também significada pela ausência do Pai³³⁹”. De fato, os momentos iniciais da obra sugerem à descrição do espaço no início da narrativa a imagem de um ambiente primitivo, visto que se trata de uma *rapsódia*³⁴⁰, ou seja, uma volta às origens. Nesse caso, às nacionais. Ademais, em relação à etnia do herói, ou seja, índio e negro, fora fruto da miscigenação das raças tidas como “inferiores” ante os pressupostos das teorias racistas eurocêntricas do início do século XX no Brasil. Em suma, a crítica Gilda Mello e Souza observara:

... o Uraricoera é apresentado em várias instâncias como o espaço das privações, da fome, da disputa com os irmãos, da luta com a própria mãe, da aventura erótica tumultuosa e sangrenta. É desse lugar carente, punitivo,

³³⁸ Andrade, M de. *Macunaíma: O herói sem nenhum caráter*, 2001, p. 13.

³³⁹ Faria, D., “Makunaima e Macunaíma. Entre a natureza e a história”. In: *Revista Brasileira de História*, nº 51, São Paulo, v. 26, 2006, p. 272.

³⁴⁰ Sobre o termo, Lopez (2001, p. 167) observa: “Esse termo foi usado pelos gregos para designar obras como a *Ilíada* ou a *Odisséia*, de Homero, contendo séculos de narrativas poéticas e orais, e resumindo as tradições folclóricas de um povo”.

injusto que o herói parte em busca da muiraquitã; é a ele que retorna no final, para ser expulso e destruído³⁴¹.

Inicialmente, dentre as punições e injustiças que sofrera nesse espaço de metamorfoses, a passagem na qual tirara a vida da própria mãe fora bastante significativa. Precedida pela metamorfose de Macunaíma em formiga inicia, a partir daí, o processo de “desgeografização³⁴²”. Estando ao lado de seus irmãos, após “brincar” com a linda Iriqui, Macunaíma “No outro dia saiu para dar uma voltinha. Atravessou o reino encantado da Pedra Bonita em Pernambuco e quando estava chegando na cidade de Santarém topou com uma viada parida”, e disse: “– Essa eu caço! ele fez. E perseguiu a viada³⁴³”.

Ora, essa excursão de Macunaíma é relevante, pois ele caíra em uma emboscada de Anhangá – Deus protetor do campo e da caça para os tupis – e supondo estar de perseguição de uma veada, acabara matando sua própria mãe. Esse acontecimento se constituía como o motivo da partida do espaço do Uraricoera, acompanhado dos irmãos e de sua cunhada, dando crescente fôlego ao processo de “desgeografização³⁴⁴” e, desta forma, configurando a visão de mundo da obra e sua reflexão sobre um dos aspectos da brasilidade, ou seja, o “desarranjo” espacial, analisado mais adiante.

Outra passagem que também merece destaque, no sentido de retratar as transformações que Macunaíma sofrera nesse espaço “mágico”, traduzira com originalidade as intenções em Mário de Andrade sobre a problemática do homem brasileiro. Presente no capítulo II – Maioridade – o herói de nossa gente, ainda menino, deixara a cotia impressionada com a sua esperteza, pois relatara como havia enganado o Currupira, e esta decidira lhe “igualar o corpo com o bestunto”, cujo ritual era banhá-lo com o caldo da gamela:

Então pegou na gamela cheia de caldo envenenado de aipim e jogou a lavagem de piá. Macunaíma fastou sarapantando mas só conseguiu livrar a cabeça, todo o resto do corpo se molhou. O herói deu um espirro e botou corpo. Foi desempenando crescendo fortificando e ficou do tamanho dum homem taludo. Porém a cabeça não molhada ficou para sempre rombunda com carinha enjoativa de piá³⁴⁵.

³⁴¹ Mello e Souza, G. *O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2003, p. 69.

³⁴² Cf. Araújo, Regina. *No meio da multidão: um diálogo entre Mário de Andrade e a Geografia*. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1992. (Dissertação de Mestrado)

³⁴³ Andrade, M. de, *op. cit.* 2001, p. 22.

³⁴⁴ Araújo, R., *op. cit.*, 1992.

³⁴⁵ Andrade, M de. *op. cit.*, 2001, p. 21.

Nesse sentido, a passagem buscara retratar uma dissonância fundamental: a indefinição na aparência³⁴⁶. Macunaíma adquirira o corpo de um adulto, porém a cabeça, ou por assim dizer, a *consciência*, ainda permanecera a de uma criança, mantendo-o prisioneiro à imaturidade. Portanto, o herói ficaria marcado pela imprecisão na fisionomia, pela indeterminação do caráter. Em síntese, “o episódio em questão descreve Macunaíma como um adulto imaturo, um homem sem razão e sem projeto e, por conseguinte, como um herói vulnerável³⁴⁷”. Deste modo, com relativa segurança, é possível avistar nessa passagem um forte tom pessimista em relação ao destino nacional, pois se considerarmos

... Mário de Andrade como um ator que encarna e personifica a figura do homem público, a partir da luta que empreendeu para a construção e implementação de um projeto político de âmbito nacional, perseguindo sua missão de tornar o brasileiro um cidadão consciente, participe do projeto de construção da nação³⁴⁸”

a permanência da fisionomia híbrida e ambígua do herói sugere um posicionamento de elevada incerteza.

A complexidade da obra acentuara no instante que Mário de Andrade equacionara as questões relativas ao espaço por meio do debate sobre o *regionalismo* no Brasil nos anos iniciais do século XX. Abordado sob a tentativa de elaborar a identidade nacional na protuberância cultural da região, travara-se uma polêmica nesses anos iniciais. Encarada como a saída para a complicada operacionalização do impasse, na qual a figura de Gilberto Freyre é paradigmática, a questão no intelectual paulistano, entretanto, consistira no absoluto desprezo às convenções geográficas, como podemos observar no trecho do prefácio escrito em 1926:

Um dos meus interesses foi desrespeitar lendariamente a geografia e a fauna e flora geográficas. Assim desregionalizava o mais possível a criação ao mesmo tempo que conseguia o mérito de conceber literariamente o Brasil como entidade homogênea um conceito étnico nacional e geográfico³⁴⁹.

Desta maneira, o posicionamento do intelectual paulistano, ante a noção de *pátria*, consistira na recusa impetuosa de qualquer proposta que expressasse política e/ou socialmente a defesa dos interesses de uma dada região. Nesse sentido, Mário de Andrade estabelecera

³⁴⁶ Mello e Souza, G., *op. cit.*, 2003.

³⁴⁷ Idem, *idem*, p. 39.

³⁴⁸ Madeira, M. A. & Motta Santos, M. V.. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 112.

³⁴⁹ Andrade, M. de, “Prefácios para Macunaíma”. In: Batista, Marta Rosseti et al. *Brasil: 1º Tempo Modernista – 1917/1929*. São Paulo: IEB, 1972, p. 291.

uma querela direta com Gilberto Freyre e o rechaço à obra *Os sertões*, de Euclides da Cunha, acusando em ambos, sobretudo em relação ao primeiro, o patriarcalismo rural e a composição de uma imagem apoteótica do nordestino³⁵⁰.

Entretanto, a controvérsia no que concernira a temática em questão, enquanto modalidade de interpretação sobre a cultura e a política do território nacional, já estava presente no intercâmbio epistolar entre Mário de Andrade e Luís da Câmara Cascudo³⁵¹. Além do rico diálogo entre ambos sobre as manifestações culturais, os posicionamentos políticos e os respectivos textos em processo de elaboração foram confiados mutuamente no plano epistolar.

Em relação ao posicionamento político, Mário de Andrade já manifestava desconforto diante da ideologia geográfica do “regionalismo”, pois a considerava “um perigo³⁵²”, como mostrara em carta de 26 de setembro de 1924. E a crítica a esse perigo é contínua. Ao confirmar o recebimento do convite feito pelo amigo potiguar para participar do Primeiro Congresso Regionalista, em carta de 06 de setembro de 1925, afirmara o futuro autor de *Macunaíma* em tom de reprovação: “O tal de Congresso Regionalista me deixou besta de entusiasmo. Em tese sou contrário ao regionalismo. Acho desintegrante da ideia de nação e sobre esse ponto muito prejudicial pro Brasil já tão separado³⁵³”. Em resposta, dissera o amigo potiguar em carta de 12 de outubro de 1925 sob um tom apático: “Quanto ao Congresso... que tenho eu com ele? As suas ideias ficaram justinhas na minha cabeça. Como se diz por aqui – direito que nem dedo em venta³⁵⁴”. Quanto aos textos em processo de elaboração, Mário revelara ao amigo potiguar, a 1º de março de 1927, que escrevera um romance ou algo análogo sobre “um herói taulipangue bastante cômico³⁵⁵”, numa referência clara ao romance *Macunaíma*, publicado no ano seguinte. E justificara: “Minha intenção foi

³⁵⁰ Sobre essa imagem do nordestino em *Os Sertões*, Mário de Andrade denunciara: “Pois eu garanto que *Os Sertões* são um livro falso. A desgraça climática do Nordeste não se descreve. Carece de ver o que ela é. É medonha. O livro de Euclides é uma boniteza genial porém uma falsificação hedionda. Repugnante. Mas parece que nós brasileiros preferimos nos orgulhar duma literatura linda a largar da literatura duma vez para encetarmos o nosso trabalho de homens. Euclides da Cunha transformou em brilho de frase sonora e imagens chiques o que é cegueira insuportável deste solão; transformou em heroísmo o que é miséria pura, em epopéia... Não se trata de heroísmo não. Se trata de miséria, de miséria mesquinha, insuportável, medonha. Deus me livre de negar resistência a este nordestino resistente. Mas chamar isso de heroísmo é desconhecer um simples fenômeno de adaptação. Os mais fortes vão-se embora”. (Andrade, M. de, *O turista aprendiz*; estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Porto Ancona Lopez. São Paulo: Duas Cidades, 1976, p. 294 – 295).

³⁵¹ Moraes, Marcos Antonio de (Org.). *Câmara Cascudo e Mário: Cartas, 1924 – 1944*. São Paulo: Global, 2010.

³⁵² *Idem*, p. 38.

³⁵³ *Idem*, p. 64.

³⁵⁴ *Idem*, p. 72.

³⁵⁵ *Idem*, p. 123.

esta: aproveitar no máximo possível lendas tradições costumes frases feitas etc. brasileiros. E tudo debaixo dum caráter sempre lendário porém como lenda de índio e negro³⁵⁶.

Seguindo esses passos, a complexidade do debate não ficara circunscrito no plano epistolar, somente. Paralelamente também ocorrera no plano jornalístico, pois nos anos 1920 a imprensa exercia uma influência e centralizava um poder relevantes. A julgar por um número significativo de intelectuais que detivera um amplo espaço nos jornais da época, seja como trabalhador direto, seja como colaborador, tal e qual Câmara Cascudo e Mário de Andrade exerceram. O primeiro atuando como colunista no jornal potiguar *A República*. O segundo como colaborador de diversos periódicos, tal como o paulista *Diário Nacional*. Nesse sentido, para reforçar o exposto, destacamos algumas referências na imprensa avaliadas como relevantes no tocante à temática em questão.

A primeira fora do intelectual católico Alceu de Amoroso Lima (1893 – 1983), assinado sob o pseudônimo de Tristão de Athayde. Publicado no periódico carioca *O Jornal* em 27 de dezembro de 1925, na coluna “Vida Literária” e intitulado “Regionalismos”, o crítico carioca realizara de maneira contundente a defesa da escala regional no arranjo da organização vernácula. Em suas palavras:

Entre nós, o regionalismo não tem apenas a vantagem de ser um apelo permanente às origens. Ele vale principalmente como aproximação da realidade. Como inserção na realidade brasileira. E por isso, apesar da estreiteza do campo de acção ou do preconceito que possa trazer, deve ser sempre animado como elemento insubstituível de independência literaria e de alimento á tradição³⁵⁷.

A essa defesa, soma-se a do empresário e jornalista Assis Chateaubriand (1892 – 1968). Publicado em 14 de fevereiro de 1926 também n’*O Jornal*, sob o título “O Congresso Regionalista do Nordeste”, alegara que não o fora motivado por nenhuma razão política, porém um esforço de preservar as bases portuguesas da formação da nacionalidade, pois havia avaliado que o contingente de imigrantes e as “novas” forças estrangeiras colonizadoras em curso, sobretudo em vigência na cidade de São Paulo, ameaçaria e corroeria tais bases e, portanto, o Congresso Regionalista seria uma tentativa de preservar o patrimônio identitário herdado da colonização lusitana. Segue um trecho:

No Congresso Regionalista do Nordeste agruparam-se em torno de um poeta de fino gosto e de um sertanejo de brava estirpe, como Odilon Nestor,

³⁵⁶ *Idem*, *idem*.

³⁵⁷ Athayde, Tristão de. “Regionalismos”. In: *O Jornal*, Anno VII, nº 2157, Rio de Janeiro, 27/12/1925, p. 04.

cearenses e riograndenses do norte, parahybanos e pernambucanos, alagoanos e sergipanos, todos decididos a estimular esse patriotismo regional, esse amor do torrão natal, de cujo salubre entusiasmo, de cujo quente ardor se faz a estrutura das grandes pátrias³⁵⁸.

Por fim, a referência de Gilberto Freyre (1900 – 1987). De passagem pelo Rio de Janeiro, o escritor pernambucano também publicara n’*O Jornal*, em 14 de março de 1926, um artigo no qual ironizara o falso argumento separatista e supostamente apregoado pelo Congresso. Valendo-se de três eixos distintos – “A voz do Nordeste”, “O Espírito Regionalista” e “A defesa dos nossos valores artísticos” – porém convergentes, o futuro autor de *Casa Grande & Senzala* apontava temeroso, na verdade, a ameaça estrangeira, cuja presença houvera diagnosticado no Rio de Janeiro e São Paulo, no aniquilamento da tradição culinária, arquitetônica e cultural autênticas e herdadas da colonização portuguesa. Diz ele:

O espírito de semelhante regionalismo não podia ser mais brasileiro. Nem menos separatista.
É regionalista no sentido de procurar oppôr as sugestões da paisagem regional, da vida regional, da tradição regional, ao perigo da imitação do Rio ou de S. Paulo, ou da Suíça. Queremos ser nós mesmos³⁵⁹.

Unidos em torno da defesa da escala regional, esse conjunto de vozes, por um lado, a sinalizara como a força geográfica capaz de obstaculizar e de enfrentar a influência estrangeira no território nacional, além de preservar a herança da tradição portuguesa. Nesse sentido, a *região* se apresentara como a matriz “autêntica” da nacionalidade, na avaliação dessas lideranças intelectuais. Por outro lado, esse posicionamento político e cultural esbarrara na tentativa de vedação empreendida por Mário de Andrade. A questão no intelectual paulistano, por sua vez, já sublinhada enquanto “perigo”, fora reiterada e reforçada enquanto nocividade ao amigo potiguar, em carta de 1º de março de 1927, ao mencionar a tentativa de desconstrução da ideologia geográfica “regionalista” em *Macunaíma*:

Um dos meus cuidados foi tirar a geografia do livro. Misturei completamente o Brasil inteirinho como tem sido minha preocupação desde que intentei me abrasileirar e trabalhar o material brasileiro. Tenho muito medo de ficar regionalista e me exotizar pro resto do Brasil. Assim lendas do Norte botei no Sul, misturo palavras gaúchas com modismos nordestinos

³⁵⁸ Chateaubriand, Assis. “Congresso Regionalista do Nordeste”. In: *O Jornal*, Anno VIII, nº 2199, Rio de Janeiro, 14/02/1926, p. 02.

³⁵⁹ Freyre, Gilberto. “O Nordeste separatista?”. In: *O Jornal*, Anno VIII, nº 2223, Rio de Janeiro, 14/03/1926, p. 04.

ponho plantas do Sul no Norte e animais do Norte no Sul etc etc. Enfim é um livro bem tendenciosamente brasileiro³⁶⁰.

A radicalidade nas colocações foram atingidas no periódico paulista *Diário Nacional*. Nesta gazeta, o autor de *Macunaíma* publicara um artigo, intitulado “Regionalismo”, em 14 de fevereiro de 1928, no qual sublinhara de maneira contundente e enérgica seu posicionamento: “Regionalismo é pobreza sem humildade. É a pobreza que vem de escassez de meios expressivos, da curteza das concepções, curteza de visão social, caipirismo, saudosismo. (...) O regionalismo é uma praga antinacional³⁶¹”. Desta forma, em Mário de Andrade a “organização nacional” sob os quadrantes regionais obstaría uma *união* territorial, pois comprometeria os propósitos de construir laços de solidariedade duráveis e sólidos entre os brasileiros, dos quais somente adviria do combate e do esvaziamento dos malefícios e prejuízos oriundos das desigualdades regionais. Nesse sentido, as palavras do geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes traduzira de maneira talentosa e precisa o veemente rechaço de Mário de Andrade diante da ideologia geográfica do *regionalismo*:

A identidade regional dificulta o estabelecimento de laços de solidariedade de maior consistência político-social (por exemplo, de consciência de classe), e assim ajuda na fragmentação dos interesses populares. E ainda age na criação na criação de nexos ilusórios entre os co-habitantes da região, sendo um eficaz veículo de manipulação política das massas. Constata-se a lógica comum do regionalismo e do clientelismo: a parcelarização das demandas sociais, a ação sobre a parte (numa afirmação de auto-identidade desta)³⁶².

É digno de menção o protagonismo dos jornais do período no exercício da função de importante difusor de uma ampla gama de assuntos, fosse para exercitar um jornalismo cultural, fosse para um exercício do político, nos quais é possível observar, de um lado, o coro afinado composto por Tristão de Athayde, Assis Chateaubriand e Gilberto Freyre em defesa da *região*, e, de outro lado, a voz solitária, porém feroz, de Mário de Andrade no combate à essa ideologia geográfica. Desta forma, a *região* se tornara objeto fundamental de disputa política e também ideológica na elaboração de projetos nacionais em diversos meios. Nesse sentido, as palavras do professor de literatura brasileira Marcos Antonio de Moraes sumariam o exposto: “Se a apreciação crítica encontra amplo espaço nas cartas, também espraia-se na

³⁶⁰ Moraes, M. A., 2010, p. 123.

³⁶¹ Andrade, Mário de. “Regionalismo”. In: *Diário Nacional*, Anno I, nº 185, São Paulo, 14/02/1928, p. 02.

³⁶² Moraes, A. C. R., *Ideologias Geográficas*. 5ª edição. São Paulo: Annablume, 2005, p.103.

imprensa³⁶³”. Assim, referindo-se ao Mário de Andrade, seu posicionamento político ante aos “regionalismos” mantivera-se uniforme e sem revisões, independentemente do plano aludido, fosse o epistolar ou o jornalístico.

Além disso, em *Macunaíma* (a obra) o espaço fora reflexivo das características oscilantes do herói e compartilhara de sua duplicidade de significação, assim como a trajetória percorrida ulterior a partida do Uraricoera. Nesse sentido, a partida do herói e seus irmãos abandonando o “fundo do mato virgem” em direção à capital paulista traduzira o dilema da passagem da natureza para a civilização, compreendendo enquanto avanço material, do “atraso” da selva para o “progresso” urbano, do transcurso da origem “autêntica” para a adoção dos aspectos artificiais da civilização. De modo que a passagem fora retratada no instante que Macunaíma e seus irmãos após chegarem à cidade de São Paulo, no capítulo Piaimã, o herói se deparara com *uma* paisagem absolutamente oposta a do Uraricoera, como podemos observar abaixo:

A inteligência do herói estava muito perturbada. Acordou com os berros da bicharia lá em baixo nas ruas, disparando entre as malocas temíveis. E aquele diacho de sagüi-açu que o carregara pro alto do tapiri tamanho em que dormira... Que mundo de bichos! que despropósito de papões roncando, mauaris juruparis sacis e boitatás nos atalhos nas socovas nas cordas dos morros furados por grotões donde gente gentama saía muito branquinha branquíssima, de certo a filharada da mandioca!... A inteligência do herói estava muito perturbada. As cunhãs rindo tinham ensinado pra ele que o sagüi-açu não era sagüim não, chamava elevador e era uma máquina. Demanhãzinha ensinaram que todos aqueles piados berros cuquiadas sopros roncocos esturros não eram nada disso não, eram mas cláxons campainhas apitos buzinas e tudo era máquina. As onças pardas não eram onças pardas, se chamavam fordes hupmobiles chevrolés dodges mármons e eram máquinas. Os tamanduás os boitatás as inajás de curuatás de fumo, em vez eram caminhões bondes autobondes anúncios-luminosos relógios faróis rádios motocicletas telefones gorjetas postes chaminés... Eram máquinas e tudo na cidade era só máquina! O herói aprendendo calado. De vez em quando estremecia. Voltava a ficar imóvel escutando maquinando numa cisma assombrada. Tomou-o um respeito cheio de inveja por essa deusa de deveras forçada, Tupã famanando que os filhos da mandioca chamavam de Máquina, mais cantadeira que a Mãe-d’água, em bulhas de sarapantar³⁶⁴.

A reação de Macunaíma diante do moderno representado pela máquina, na qual a cidade de São Paulo pode ser vista como ícone, expressara a confrontação de espaços

³⁶³ Moraes, M. A., 2010, p. 375.

³⁶⁴ Andrade, M de. *Macunaíma: O herói sem nenhum caráter*, 2001, p. 42. É importante assinalar que a expressão “filharada da mandioca” remonta uma lenda indígena, segundo Proença (1987, p. 153): “Diz a lenda que a filha de um chefe índio aparece grávida misteriosamente. Passados nove meses nasce uma criança lindíssima e branca. A criança se chamou *Mani* e, de sua sepultura nasceu a planta da mandioca”.

claramente antagônicos, simbolizados pelo espanto do herói ao se deparar com a paisagem “mecanicizada”. Naturalmente, a frugalidade do conhecimento e do “glossário” de Macunaíma sobre a civilização se manifestara a partir das analogias que estabelecera, em virtude do emprego de alegorias a seu próprio critério³⁶⁵.

Advertido sobre o caráter destruidor da máquina pelas cunhãs, ao observar os embates entre “a filharada da mandioca” e a máquina, o herói de nossa gente passara a refletir sobre a situação na qual havia vivenciado. Procurando compreendê-la, averiguara que “A Máquina era que matava os homens porém os homens é que mandavam na Máquina...”³⁶⁶. Diante desse quadro, a busca por uma igualdade espacial procurara se encerrar na tentativa de Macunaíma no concílio entre natureza e civilização: “– Os filhos da mandioca não ganham da máquina nem ela ganha deles nesta luta. Há empate³⁶⁷”.

Nesse sentido, ao atribuir “empate” o quê estava implícito era projetar um caminho de modo a corrigir as dissonâncias entre os dois universos opostos: “O imperativo nacional ganha em Mário de Andrade contornos originais: construir a nação se torna, antes de tudo, um exercício de fusão de ritmos e espaços descompassados³⁶⁸”. Entretanto, a duplicidade e a ambiguidade de caráter do herói logo se manifestaram no instante que chega a uma conclusão definitiva sobre a relação homem/máquina seguida de entrega aos “encantos” da cidade:

De toda essa embrulhada o pensamento dele sacou bem clarinha uma luz: Os homens é que eram máquinas e as máquinas é que eram homens. Macunaíma deu uma grande gargalhada. Percebeu que estava livre outra vez e teve uma satisfação mãe. Virou Jiguê na máquina telefone, ligou pros cabarés encomendando lagosta e francesas³⁶⁹.

Em vista disso, o caráter que Macunaíma evidenciara num determinado momento era desfeito logo em seguida, pois a ausência de caráter se traduzira em orientações que se antagonizaram. Se, por um lado, ele se aproximara de um caminho no sentido de ajustar os contrastes espaciais, por outro, sua imprecisão na conduta o direcionara para oscilações constantes, distanciando-o de resolver as contradições que se refletiam principalmente no espaço e também no tempo. Portanto, do ponto de vista simbólico, a relação Macunaíma/espaço sugere um elevado grau de imponderabilidade, em função da ausência de razão e de projeto do herói.

³⁶⁵ Proença, M. C., *Roteiro de Macunaíma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

³⁶⁶ Andrade, M. de, *op. cit.*, 2001, p.43.

³⁶⁷ Andrade, M de. *Macunaíma: O herói sem nenhum caráter*, 2001, p. 43.

³⁶⁸ Araújo, R., *op. cit.*, 1992, p. 26.

³⁶⁹ *Idem*, p. 43.

Vivendo em São Paulo, Macunaíma não seria indígena somente, como também não seria exclusivamente paulistano. Nesse sentido, o herói de nossa gente situar-se-ia no plano de embate em que as diferenças culturais se fazem vivas e são constantemente negociadas. Na trilha do enredo central da narrativa, isto é, a perda e a busca da muiiraquitã, e o retorno ao Uraricoera, o herói de nossa gente se desarranjara de um lugar para se fixar definitivamente, pois deixara de ser indígena após o contato com o mundo urbano-industrial de São Paulo, mediante o qual seu retorno ao “fundo do mato virgem” não estaria isento das experiências vividas, assim como não poderia firmar-se no espaço urbano como um habitante indeterminado, pois não se constituíra como homem cidadão em sua plenitude. Se situaria, portanto, na condição de “entre-lugar”, nos termos do filósofo indiano Homi Bhabha:

É na emergência dos interstícios – a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de nação [nationness], o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados. De que modo se forma sujeitos nos “entre-lugares”, nos excedentes da soma das “partes” da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero, etc.)? De que modo chegam a ser formuladas estratégias de representação ou aquisição de poder [empowerment] no interior das pretensões concorrentes de comunidades em que, apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até incomensurável?³⁷⁰

Por esse ângulo, o “entre-lugar” seria uma localização no plano intersticial, no qual impossibilitaria analisá-lo sob concepções duais ou categorias inseridas na ordem de valores tradicionais em que a rapsódia seria uma daquelas “ficções que negociam os poderes da diferença cultural em uma gama de lugares trans-históricos³⁷¹”. Nesse sentido, a problemática colocara uma pergunta sobre si mesmo e sobre o “destino nacional”, retomando uma questão crucial da formação brasileira respectivamente: “Quem seria ele?”, “Qual seria o destino do território nacional no processo de modernização?” Em suma, a crítica literária Gilda Mello e Souza afirmara:

Do ponto de vista cultural, Macunaíma é também um personagem ambivalente, dúbio, indeciso, entre duas ordens de valores. É na verdade um homem degradado que não consegue harmonizar duas culturas muito distintas: a do Uraricoera, donde proveio e a do progresso, onde ocasionalmente foi parar³⁷².

³⁷⁰ Bhabha, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998, p. 20.

³⁷¹ *Idem*, p. 30.

³⁷² Mello e Souza, G., *op. cit.*, 2003, p. 40.

Ora, a obra de Mário de Andrade é uma bricolagem de lendas sertanejas, caboclas, caipiras e indígenas tornadas tensas com figurações míticas de origem europeia, algumas inclusive medievais, e direcionadas para descobrir o núcleo da entidade nacional brasileira homogênea, totalizante e, por conseguinte, universal. Para tanto, o autor repelira uma brasilidade parcial ou um sentido nacional incompleto, gravitando em torno do imaginário exótico europeu. Segundo Luís da Câmara Cascudo em *Geografia dos mitos brasileiros*, Mário de Andrade procurara estabelecer o elo entre os “vasos comunicantes³⁷³”. Unindo dinamicamente as diversas culturas regionais, forneceria assim um importante suporte folclórico que pusesse em tensão criativa e dialeticamente a cultura nacional fundada no primitivo, com possibilidades de incorporação na civilização internacional.

Em vista disso, a intensa mobilidade de Macunaíma pelo território nacional seria a tentativa de superar as contradições e encontrar um ponto de equilíbrio na qual fosse possível atenuar os impasses e os obstáculos regionais, tidas como barreiras para a formação de um sentido nacional que expressasse a ideia de comunidade coletiva e compartilhada, e encontrar uma expressão totalizante em um plano mais profundo:

Assim, se os percursos do herói – sobretudo as suas fugas desabaladas atravessando o Brasil – não seguem a lógica dos roteiros possíveis, inventam em contrapartida um itinerário fantástico, uma espécie de utopia geográfica, que corrige o grande isolamento em que os brasileiros vivem, substituindo-o pelo elo fraterno da vizinhança³⁷⁴.

Os processos de baralhamento geográfico realizam um trânsito rapsódico entre os mitos brasileiros em suas origens e suas fontes de Portugal, indígenas e africanas. O desarranjo espacial, a tese da unidade do território e a necessidade do fim dos arquipélagos são revelados por meio de uma tensão dialética não somente entre as origens míticas, mas também entre o local nacional e o universal europeu. Revela-se nisso a natureza transitante dos mitos brasileiros que Luiz Câmara Cascudo em *Geografia dos mitos brasileiros* assim definira: “os nossos mitos são de movimento, de ambulação, porque recordam os velhos períodos dos caminhos, dos rios, das bandeiras, de todos os processos humanos de penetração e vitória sobre a distância³⁷⁵”.

Retomando a trama central da narrativa, após derrotar o gigante Piaimã, Macunaíma recuperara a muiraquitã e iniciara a volta ao “fundo do mato virgem” junto aos irmãos.

³⁷³ Cascudo, L. da C.. *Geografia dos mitos brasileiros*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947, p. 62.

³⁷⁴ Mello e Souza, G., *op. cit.*, 2003, p. 32 – 33.

³⁷⁵ Cascudo, L. da C. *op. cit.*, 1947, p. 62.

Trajatória e chegada triunfais, recebidos pelos “seres vivos” do Uraricoera, aos poucos o herói de nossa gente fora se transformando num homem exausto e debilitado. Ao final do trajeto, perdera a muiraquitã pra sempre, o espaço do Uraricoera fora tomado pela destruição e ruína. Macunaíma “sobe aos céus”: é a constelação Ursa Maior. Somente o papagaio aruaí guardava no silêncio, através de uma língua desaparecida, as histórias do herói. Ora, o papagaio a que se refere Mário de Andrade fora extraído da obra de Alexander Von Humboldt, *Voyage aux régions équinoxiales du Nouveau Monde* (Viagens às regiões equinociais do Novo Mundo)³⁷⁶:

Este aruaí que guardou as histórias do herói revive o episódio cheio de estranha poesia, narrado por Humboldt na suas Viagens. A tribo dos Aturés era numerosa e guerreira. Batida pelos caraíbas, refugiou-se entre os rochedos e se extinguiu. Humboldt conta que na época de sua viagem havia um velho papagaio falador, cujas palavras os nativos diziam não entender. Porque o papagaio falava no idioma da tribo extinta dos Aturés³⁷⁷.

Assim sendo, a “desregionalização”, ou o rompimento dos arquipélagos regionais, permitiria a elaboração da nação brasileira, em que o folclore e os mitos forneceria o amálgama para a construção social do brasileiro e de sua cultura, garantindo-lhe o sentido de pertencimento e o sentimento simbólico e cultural da nação. Nesse sentido, as palavras da professora de literatura Leyla Perrone-Moisés reforçariam o exposto: “A diversidade social e cultural das regiões era também um entrave para a formação de uma ‘consciência nacional’. M.A. aspirava a essa união nacional por meio da uma ‘desregionalização’, que em seu momento só podia ser concebida como ficção³⁷⁸”, mediante um quadro que sugere uma interpretação da formação territorial brasileira na obra, abordado no item final a seguir.

³⁷⁶Proença, M. C. *Roteiro de Macunaíma*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987, p. 312.

³⁷⁷*Idem*, p. 236.

³⁷⁸Perrone-Moisés, Leyla. “Macunaíma e a ‘entidade nacional brasileira’”. In: *Vira e mexe nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 194.

3.3 A formação territorial e a nacionalidade brasileiras

O processo de formação do território brasileiro requer algumas considerações preliminares sobre a temática, com o intuito de estabelecer os alicerces necessários para o desenvolvimento deste item. Para tanto, o recurso a uma breve explanação de cunho teórico e metodológico torna-se imprescindível para atingir os mesmos.

A fim de fortalecer uma análise histórico-dialética, o livro *Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*³⁷⁹, do geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes (2000), visara fornecer instrumentos para o entendimento da geografia enquanto processo social de formação dos territórios, tido como o resultado do acúmulo de trabalho humano, de modo que dentre os caminhos que assegurariam a proposta em questão seria o processo de *valorização do espaço*. Logo, a geografia humana passaria a ser vista como história territorial, ou seja, como o processo de apropriação do espaço natural pelas diferentes sociedades ao longo do desenvolvimento histórico³⁸⁰. Nas palavras do autor:

Assim, enquanto a valorização do espaço aparece como o horizonte genérico de indagação, a formação territorial desenha-se como um objeto empírico, o ajuste de foco naquela ótica angular de se captar o movimento histórico³⁸¹.

Nesse movimento, houvera referências quanto à origem da sociedade brasileira e de sua relação com o espaço durante a Era dos Descobrimentos, além das menções feitas sobre a história do capitalismo. Ademais, mencionara alguns aspectos sobre a formação da nacionalidade brasileira. Em vista disso, o objetivo inicial é explicar uma breve reflexão crítica sobre o livro, procurando compreender a gênese e as bases do território nacional, relacionando-o posteriormente à ideia de formação territorial brasileira contida na obra, seguida, por conseguinte, de um constructo de nacionalidade brasileira.

Nesse sentido, a origem do território brasileiro remonta o “longo” século XVI (1460 – 1640) na Europa. A situação nesse continente era de crise, caracterizado pela coexistência

³⁷⁹ Dividida em quatro partes, a primeira parte do livro refere-se à expansão européia a formação da economia-mundo capitalista. Em seguida, na segunda parte, são feitas as análises da expansão de Portugal e a formação do Império Colonial Lusitano. Na terceira parte é dada uma atenção a formação dos territórios coloniais ibero-americanos. Por fim, a última parte foca o título que dá nome ao livro.

³⁸⁰ Recorrendo a uma “determinada” bibliografia no campo da história, o autor procurou elucidar questões de cunho teórico originárias das discussões metodológicas no campo da investigação geográfica.

³⁸¹ Moraes, A. C. R. 2000, p. 17.

entre dois modos de produção: o feudalista e o capitalista. O primeiro, apesar de exercer um amplo domínio, começara apresentar sinais de declínio em função das mudanças nas atividades agrícolas e no incremento da atividade industrial.

Esses sinais proporcionaram a ascensão de um modo de produção distinto: o capitalista. No campo, o desalojamento dos camponeses propiciara a mercantilização da terra, levando a uma divisão do trabalho. Na cidade, houvera um incremento nos processos de troca juntamente com a expansão da incipiente atividade industrial, emergindo o mercado financeiro. Contudo, os fatores da crise não foram apenas econômicos. Foram políticos também. A aliança entre a burguesia e o monarca fora decisiva para a continuação do processo de concentração da terra e da acumulação primitiva. Diante desse quadro, o caráter absolutista selara o fim do modo de produção feudal, cuja proteção à propriedade privada consistira como o elemento-chave na acumulação primitiva de capital. O Estado, portanto, assumira uma feição moderna, de cunho nacional e territorial, despontando a emergência do capital nacional.

Entretanto, as carências da Europa, sobretudo de cereais e de metais preciosos, estimularam a expansão ultramarina européia, inaugurando, assim, o “longo” século XVI. As motivações foram diversas. Os comerciantes buscavam produtos e mercados; a nobreza, terras e riquezas; a Coroa, o fortalecimento. O ponto em comum, entretanto, fora a convergência em torno de um mesmo empreendimento, isto é, o apetite territorial de certas sociedades européias.

Desta maneira, o pioneirismo de Portugal fora notório. Resultado da territorialidade na formação do Estado Lusitano, as atividades marítimas foram estimuladas por sua posição geográfica sobre o Oceano Atlântico, ou seja, localizado no extremo oeste do continente europeu. O vasto litoral consistira, também, noutro estímulo, pois tornara possível uma maior área de contatos facilitando, dessa forma, o comércio. Em função disso, o Estado português acumulara uma longa tradição náutica. Na verdade, essa tradição adviera da dificuldade reconhecida pelo governo português em avançar sobre o interior do continente. Por isso, o incentivo às atividades marítimas.

Todavia, as razões não foram apenas geográficas. Foram política e econômica também. A primeira fora relacionada à centralização da Coroa e a segunda devido às possessões territoriais conquistadas graças à organização bélica. A anexação de territórios muçulmanos – devido às suas atividades mercantis – resultara no desenvolvimento das áreas costeiras. As regiões interioranas, habituadas com a prática da agricultura, promoveram os

interesses entre estas e a costa, mediadas pela Coroa durante o período de formação de Portugal enquanto Estado Moderno.

Nesse sentido, a expansão portuguesa iniciara o processo de um espaço mundializado de relações, assim como a formação de uma economia-mundo protocapitalista cuja base estivera nas trocas comerciais entre algumas partes do globo. Ao final do século XV, o Estado português limitara-se apenas em relação à costa atlântica africana e o Oceano Índico, ou seja, a Rota do Cabo. Somente na virada desse século que os portugueses atingiriam a “terra desconhecida”, ou seja, o Brasil³⁸².

Durante o período pré-colonial (1500 – 1530) há uma polêmica acerca da terra recém-descoberta: o “esquecimento” do Brasil logo após a chegada dos portugueses. Outro ponto polêmico consistira em relação aos exploradores: se a chegada fora realmente para tomar posse ou se foi uma tentativa de despistar as outras nações concorrentes, como França e Holanda. De qualquer forma, o território brasileiro permanecera, durante algum tempo, “desinteressante” para os portugueses, pois num primeiro momento não apresentara a riqueza compatível com as prioridades naquela ocasião. Não houvera, portanto, razões para uma ocupação rápida e efetiva.

Entretanto, os interesses de nações rivais, como a França, na exploração e dominação do espaço recém-descoberto, obrigaram os portugueses a ocupar e criar condições de exploração econômica que garantissem a posse da terra. Ademais, somente a partir de 1530 efetivara-se a ocupação do território brasileiro, dividindo a costa em capitânicas hereditárias.

A função das capitânicas fora, essencialmente, fornecer riquezas para a metrópole. Nesse sentido, do ponto de vista espacial, a colonização pautara-se na elaboração de atividades produtivas. Desta forma, a cana-de-açúcar fora o primeiro produto a ser introduzido na colônia em função da sua lucratividade. Contudo, sem a força de trabalho a riqueza não se efetivaria.

O braço indígena fornecera sua força de trabalho até 1570, quando fora substituído pelo negro. Todavia, em ambos os casos houvera o controle sobre a mão-de-obra escrava, necessário para estabelecer qualquer atividade econômica. Em virtude disso, agregara-se valorização ao espaço por intermédio do controle do fator capital trabalho, na qual o escravismo fora considerado uma espécie de “modalidade” de trabalho compulsório.

No entanto, a valorização do espaço não consistira apenas em controlar a força de trabalho. Consistira, também, na criação de novas formas espaciais por parte do colonizador.

³⁸² Com o perdão do anacronismo, para efeito de facilitar a abordagem, empregaremos aqui o nome oficial de Brasil.

O engenho, por exemplo, submetia as populações autóctones e os lugares à lógica de um mercado e de um centro difusor externos. Nesse caso, a metrópole portuguesa. Desta maneira, sobretudo no século XVII, a extensão da terra doada para fins de cultivo de cana fora avaliada de acordo com a sua capacidade de exploração, isto é, do número de escravos.

Por sua vez, a dinâmica interna das colônias passara a contar com circuitos internos produtivos, círculos de cooperação e divisão regional do trabalho. Além disso, a geopolítica lusitana centrada no povoamento do litoral a fim de assegurar o controle sobre o território proporcionara as expedições em direção ao interior.

Durante o período da União Ibérica (1580 – 1640), o fim do Tratado de Tordesilhas potencializara a expansão territorial em direção ao interior. Por outro lado, desencadeara intensos conflitos entre os europeus, marcado por diversas invasões, sobretudo as holandesas.

Após o fim da União, o “longo” século XVI encerrara-se. Como resultado, o Estado português se reestruturara politicamente após o término dos conflitos pela disputa de hegemonia na Europa. Em vista disso, o território brasileiro se encontrava fragmentado durante a reestruturação portuguesa, havendo fraturas da soberania portuguesa na colônia. A recomposição se dera com a retomada do litoral nordestino, restaurando a unidade territorial colonial brasileira em virtude da derrota dos invasores.

No fim do século XVII, o processo de restauração consolidara a soberania portuguesa, sedimentando as bases territoriais do Brasil. Nessa perspectiva, houvera na América portuguesa uma apropriação do espaço, além da apropriação de seus produtos. Desta maneira, a formação do território brasileiro, ocorrida sob o controle da metrópole portuguesa, estruturara-se sob o arranjo de *território colonial*, originária de um espaço colonial.

Em vista disso, é importante assinalar que a estruturação objetiva do território nacional, tal como fora sublinhada pelo geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes³⁸³, calcara-se na herança colonial deixada pelos portugueses, tendo em vista que os mesmos colonizaram apenas com o intuito de fornecer as riquezas necessárias para a sua metrópole, obtendo pelo uso da força o povoamento da colônia e conquistando novos espaços. O legado consistira no modo de conceber o país enquanto espaço e não enquanto sociedade, sedimentando, assim, as orientações na organização do espaço nacional. Igualmente os usos do solo, as formas de ocupação e as hierarquias estabelecidas entre os lugares espelham essa forma de pensamento geográfico que acompanha toda a história brasileira³⁸⁴.

³⁸³ Moraes, Antonio Carlos Robert. *Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

³⁸⁴ Moraes, A. C. R., *op. cit.*, 2000.

Ademais, as bases da formação brasileira se localiza historicamente por intermédio do surgimento da modernidade europeia do século XVI. Nesse sentido, fora desde o princípio um território que surgira moderno. Destinado a essa tendência, o território nacional, entretanto, em tempo algum chegara a tornar-se de fato, pois a adoção dos valores da modernidade não houvera sequer ocorrido parcialmente, dentre eles a desunião entre a esfera pública e a privada, tal como descrevera o historiador Sérgio Buarque de Holanda em sua obra clássica *Raízes do Brasil*, cuja gênese está registrada na frase que a inaugurara: “A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências³⁸⁵”.

Diante das breves colocações sobre as bases da formação territorial brasileira, os relatos dos cronistas do século XVI ocuparam uma posição de destaque no interior desse movimento. As descrições sobre a terra recém-descoberta perfizeram, simbolicamente, o conjunto das questões que se deram na continente europeu e os interesses dos envolvidos nessa empreitada dada pela inclinação às ambições territoriais de determinadas sociedades européias. Nesse caso, atribuímos uma atenção especial ao papel exercido pelos portugueses, sobretudo o relato da *Carta de Pero Vaz de Caminha*.

Percorrendo o caminho da civilização à natureza, o conteúdo descritivo da *Carta*, elevada para os padrões da época, almejava retratar de maneira fidedigna a caracterização do espaço recém-descoberto. De modo que a narrativa, evidentemente carregada dos interesses da Coroa portuguesa, aspirava projetar integralmente o conjunto daquela realidade observada, como podemos observar no trecho a seguir:

Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvemos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é toda praia parma, muito chã e muito formosa. (...) a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados, como os de Entre Douro e Minho, por que neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem³⁸⁶.

³⁸⁵ Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 31.

³⁸⁶ Fundação Bradesco. *Carta de Pero Vaz de Caminha*, s/d.

O relato da *Carta* se insere na conjuntura das questões expostas sobre as bases territoriais do Brasil constituindo, assim, um dos ângulos do momento em questão. Desta forma, repele-se qualquer “atitude pérfida”, visto que o recurso ao contexto histórico corrobora a breve explanação acima. Entretanto, em relação à obra de Mário de Andrade observamos justamente o contrário, ou seja, uma espécie de “traição” à história, pois no centro da narrativa, mais precisamente no capítulo IX, verifica-se uma visão retrospectiva ao conjunto das questões acima abordadas: trata-se da *Carta pras Icamíabas*.

Nesta *Carta*, Macunaíma – Imperator das Icamíabas³⁸⁷ – escrevera aos seus pares distantes relatando suas “impressões” sobre a capital paulista do início do século passado. Descrevera os hábitos das “donas de São Paulo³⁸⁸”, o comportamento de seus habitantes³⁸⁹, a organização política³⁹⁰, dentre outros. Além disso, descrevera a fisionomia da cidade na qual se observa a seguir:

É São Paulo construída sobre sete colinas, á feição tradicional de Roma, a cidade cesárea, “capita”, da Latinidade de que provimos; e beija-lhe os pés a grácil e inquieta linfa do Tietê. As águas são magníficas, os ares tão amenos quanto os de Aquisgrana ou de Anverres, e a área tão a eles igual em salubridade e abundância, que se bem podera afirmar, ao modo fino dos cronistas, que de três AAA se gera espontaneamente a fauna urbana. Cidade é belíssima, e grato o seu convívio. Toda cortada de ruas habilmente estreitas tomadas por estátuas e lampiões graciosíssimos e de rara escultura; tudo diminuindo com astúcia o espaço de forma tal, que nessas artérias não cabe a população³⁹¹.

Desta maneira, Mário de Andrade caminhará no sentido oposto ao relato dos cronistas do século XVI, pois além de Pero Vaz de Caminha pode-se incluir também Gabriel Soares de Souza, Hans Staden e Pero de Magalhães Gandavo, já que “em *Macunaíma* é o índio que

³⁸⁷ “É bem verdade que na boa cidade de São Paulo – a maior do universo, no dizer de seus prolixos habitantes – não sois conhecidas por ‘icamiabas’, voz espúria, sinão que pelo apelativo de Amazonas; e de vós, se afirma, cavalgades ginetes belígeros e verdes da Hélade clássica; e assim sois chamadas”. Andrade, M. de. *Macunaíma: O herói sem nenhum caráter*, 2001, p. 71.

³⁸⁸ “Ora se alimpam (...) ora encantam os convívios teatrais da cidade, ora não fazem coisa alguma (...) e mais o polimento das unhas e crescimento delas, bem como aliás ‘horresco referens’, das demais partes córneas dos seus companheiros legais. Deixai passe esta florida ironia!”. Andrade, M. de. *Macunaíma: O herói sem nenhum caráter*, 2001, p. 74.

³⁸⁹ “São os paulistas gente ardida e avalentoadá, e muito afeita ás agruras da guerra. Vivem em combates singulares e coletivos, todos armados da cabeça aos pés; assim assaz numerosos são os distúrbios por cá, em que, não raro, tombam na arena da luta, centenas de milhares de heróis, chamados bandeirantes”. Andrade, M. de. *Macunaíma: O herói sem nenhum caráter*, 2001, p. 78.

³⁹⁰ “E o Palácio do Governo é todo de oiro, á feição dos da Rainha do Adriático; e, em carruagens de prata, forradas de peles finíssimas, o Presidente, que mantém muitas esposas, passeia, ao cair das tardes, sorrindo com vagar”. Andrade, M. de. *Macunaíma: O herói sem nenhum caráter*, 2001, p. 80.

³⁹¹ Andrade, M. de. *Macunaíma: O herói sem nenhum caráter*, 2001, p. 77.

descreve a terra desconhecida para seus pares distantes³⁹²”, isto é, a cidade de São Paulo. Em vista disso, o caminho percorrido fora o da natureza para a civilização, projetando a gênese do território brasileiro anterior à sua própria história. Sendo assim, o autor perscrutara a formação do território nacional na sua camada mais profunda, cujo alicerce houvera encontrado na lenda dos índios Taulipáng a figura heróica de Makunaima, da qual fora retirada da obra *Do Roraima ao Orinoco* do etnógrafo alemão Theodor Koch-Grünberg (1872 – 1924)³⁹³:

Para eles, o Roraima é o berço da humanidade. Aqui, o herói de sua tribo, Makunaima, viveu com seus irmãos. Aqui, em sua loucura e cobiça, ele derrubou a árvore do mundo, que dava todos os frutos bons. A copa caiu para o norte. Por isso, ao norte do Roraima até hoje nascem todas as frutas na úmida região de florestas, enquanto ao sul do Roraima, na seca savana, somente com muito trabalho é que o índio tira o alimento do solo³⁹⁴.

Nesse sentido, ao se amparar na lenda indígena, Mário de Andrade localizara e recuperara uma categoria de origem de “fundo perdido” na formação brasileira, na qual fora inaugurada tanto no plano histórico quanto no territorial com base no Monte Roraima, posicionado geograficamente no extremo norte do país. Não por acaso, a descrição da cidade de São Paulo, enquanto terra desconhecida, efetuada por Macunaíma e presente na “Carta pras Icamiabas”, se coadunara e coroara de maneira singular a fundação do território nacional em *Macunaíma* no processo de “redescoberta” do país. Em suma, o papel das ideologias geográficas contribuiria para fazer o Brasil renascer de si mesmo.

Entretanto, a ambivalência e as fissuras da narrativa sugerem uma desconstrução dessa origem. A vigorosa “estetização” da natureza na obra procurara fornecer respostas aos conflitos políticos da época, pois “a projeção de uma origem anterior à história para o herói que encarnaria as potencialidades da cultura nacional em formação deu-se a partir de um dispositivo estético de diluição do histórico no natural romântico³⁹⁵”.

O nome *Uraricoera* corresponde a um rio do Estado de Roraima que remonta a uma disputa territorial do século XVII, marcado pela imprecisão dos limites entre os territórios do

³⁹² Lopez, T. P. A., 2001, p. 171.

³⁹³ Koch-Grünberg, Theodor. *Do Roraima ao Orinoco: observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913*. Volume 1. Tradução Cristina Alberts-Franco. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

³⁹⁴ Koch-Grünberg, Theodor, 2006, p. 126 – 127.

³⁹⁵ Faria, D., 2006, p. 275.

Brasil e Guiana inglesa³⁹⁶. Somente no ano de 1904 ocorrera a demarcação destas fronteiras, ou seja, mais de duas décadas antes da publicação da obra, o espaço do nascimento de Macunaíma encontrara-se em absoluto litígio colonial. Outro dado fora o fato do etnógrafo alemão Koch-Grünberg ter visitado a região durante o início da década de 1910 e colhido os relatos da lenda Makunaima³⁹⁷, de onde Mário de Andrade se inspirara para escrever a obra. Portanto, coincidência não puramente casual, malgrado as dessemelhanças entre o rio e o espaço não-histórico, o nascimento do herói de nossa gente “no fundo do mato virgem” sugere, portanto, a estabilização definitiva das fronteiras nacionais.

Diante desse quadro, a construção da nacionalidade brasileira acompanhara o mesmo tom oscilante do herói e os dilaceramentos da narrativa. Inicialmente, Mário de Andrade transmitira por intermédio da *Carta pras Icamíabas* uma visão sobre o Brasil que bradara pela necessidade de transformação profunda. Remetendo-se aos “críticos” mais severos, como Saint-Hilaire, para quem “Ou o Brasil acaba com a saúva ou a saúva acaba com o Brasil³⁹⁸”, isto é, referindo-se aos danos causados por essas formigas nas lavouras dos portugueses durante o período colonial, e ao médico brasileiro Miguel Pereira, para quem “O Brasil é ainda um vasto hospital”, o herói sem nenhum caráter anunciara por meio da fusão de ambas um *dístico* que resumira a posição do País naquele momento: “*Pouca saúde e muita saúva, os males do Brasil são*”, sendo pertinente destacar o contexto em que o mesmo aparece no texto:

Inda tanto nos sobra, por esse grandioso país, de doenças e insectos por cuidar!... Tudo vai num descalabro sem comedimento, estamos corroídos pelo morbo e pelos miriápodes! Em breve seremos novamente uma colônia da Inglaterra ou da América do Norte!... Por isso e para eterna lembrança destes paulistas, que são a única gente útil do país, e por isso chamados de Locomotivas, nos demos ao trabalho de metrificarmos um *dístico*, em que se encerram os segredos de tanta desgraça³⁹⁹.

³⁹⁶ Cf. Nabuco, Joaquim. *Fronteiras do Brazil e da Guyana Inglesa. O direito do Brazil*. Primeira memória. Paris: A. Lahure, 1903.

³⁹⁷ Sobre a notação com a letra “k”, Faria (2006, p. 279) observa: “... a letra ‘k’ marca a diferença entre as duas personagens. Além disso, pelo menos o Makunaima falado pelos macuxi vem com um ditongo, ao invés de um hiato entre o ‘a’ e o ‘i’. Makunaima é personagem de uma rica tradição narrativa, compartilhada por diversos povos indígenas da bacia do Rio Branco, como os Taulepangue e Arekuná estudados por Koch-Grünberg, pertencentes à família lingüística karib”.

³⁹⁸ “Dans une grande partie du Brésil, les cultivateurs se plaignent avec raison du ravage des fourmis; mais peut-être en causent-elles plus que partout ailleurs aux environs de Benevente et de Villa-da-Victoria, capitale de la capitainerie du Saint-Esprit. Souvent, en une seule nuit, ces insectes dépouillent de leurs feuilles des groupes d'orangers, ou détruisent entièrement des plantations considérables de manioc, et jusqu'à présent on n'a point encore trouvé de moyens efficaces pour éloigner ce fléau”. (Saint-Hilaire, Auguste de. *Dans L'intérieur du Brésil*. 1823, p. 27.)

³⁹⁹ Andrade, M. de. *Macunaíma: O herói sem nenhum caráter*, 2001, p. 79.

Por sua vez, o sentido deste “instalava no discurso a exigência de uma escolha, que só podia ser feita do lado dos valores ocidentais do trabalho⁴⁰⁰”. Desta maneira, “construir a nação” se tornara uma empreitada que necessitaria a superação do destino ao qual o território nacional estaria condenado, isto é, acabar com as saúvas e doenças que assolavam o território nacional. Por outro lado, projetara um confronto indissolúvel à exclamação “Ai! que preguiça!...”, dada pela “tensão entre o *princípio do prazer* e o *princípio da realidade*⁴⁰¹”.

Em relação às oscilações do herói, o capítulo VIII – Vei, a Sol – se constituía como uma das alegorias centrais da obra. Macunaíma, de passagem pela cidade do Rio de Janeiro, encontrara Vei, a Sol e, o lado de suas “filhas da luz⁴⁰²”, esta lhe oferece uma das filhas em casamento, visto que se tratava de um herói. A condição fora a de que Macunaíma se mantivesse fiel. O herói prometera em memória da mãe. Nesse sentido, a crítica Gilda de Mello e Souza observara que a alegoria procurara retratar uma fidelidade a cultura brasileira: a tropicalidade⁴⁰³.

Contudo, momentos depois o herói de nossa gente se envolvera com uma portuguesa, compreendendo-a enquanto a metáfora do Ocidente, constituindo uma espécie de “traição” a cultura tropical, pois o herói a esta altura encontrara-se fortemente modificado pelo contato com o progresso de São Paulo, já habituado aos padrões europeus⁴⁰⁴. A problemática sobre a nacionalidade brasileira adquirira dimensões exponenciais no instante da vingança de Vei, pois “de certo modo resume e antecipa o longo debate sobre a identidade brasileira, que nunca mais abandonará a reflexão atormentada do escritor⁴⁰⁵”. Afinal, a ideia fundamental do Mário fora tentar compreender o território brasileiro e vislumbrar de que maneira o mesmo poderia responder a esse tipo de convivência com uma cultura que não tivera o menor interesse em conviver que não fosse a colonização de um modo geral:

Os escritores pós-imperiais do Terceiro Mundo, portanto, trazem dentro de si o passado - como cicatrizes de feridas humilhantes, como uma instigação a práticas diferentes, como visões potencialmente revistas do passado que tendem para um futuro pós-colonial, como experiências urgentemente reinterpretáveis e revivíveis, em que o nativo outrora silencioso fala e age

⁴⁰⁰Mello e Souza, G., 2003, p. 52.

⁴⁰¹Mello e Souza, G., 2003, p. 52.

⁴⁰² Sobre esta expressão, Mello e Souza (2003, p. 56) observa: “As filhas de Vei – ‘filhas da luz’, ‘filhas do calor’ – representam as grandes civilizações tropicais como a Índia, o Peru, o México, o Egito, civilizações que se realizaram em torno de valores culturais muito diversos do Ocidente e que teriam se harmonizado melhor com as nossas condições geográficas e climáticas”.

⁴⁰³Mello e Souza, G., 2003.

⁴⁰⁴Lopez, T. P. A., 1972.

⁴⁰⁵Mello e Souza, G., 2003, p. 57.

em território tomado do colonizador, como parte de um movimento geral de resistência⁴⁰⁶.

Todavia, a busca por uma representação coletiva, a partir do manejo simbólico da geografia e do resultado de suas pesquisas, Mário de Andrade projetara um símbolo que aglutinaria a imagem território nacional, constituindo, assim, um caminho para a “construção da nação”. Presente no final da narrativa, o símbolo que representaria esse pressuposto o escritor extraíra do bailado do Bumba-meu-Boi: “Ocorria em todas as manifestações musicais do populário: ‘na ronda gaúcha, na toada de Mato Grosso, no aboio do Ceará, na moda paulista, no desafio do Piauí, no coco norte rio-grandense, na chula do Rio Grande e até no maxixe carioca⁴⁰⁷’”. Com isso, dada a extensão territorial brasileira e sua ausência de unidade, a figura do *boi* – e a dança que o exaltara – para Mário de Andrade atuaria como o elemento eficaz de coesão nacional, pois se encontrara em diversos pontos do território nacional.

De um lado, a “traição” de Macunaíma sugerira a nacionalidade brasileira posta em xeque, por outro, o bailado do Bumba-meu-Boi sinalizara uma saída. A tessitura complexa do conjunto da narrativa na intenção do escritor ao problematizar as questões do seu tempo acompanhara o movimento turbulento da década, marcado pela multiplicidade de forças no Brasil. Mediante essa fórmula de refletir sobre o território nacional em *Macunaíma*, Mário de Andrade legara aos seus críticos ou intérpretes uma equação de difícil solução: o “destino nacional” em *Macunaíma* colocado em questão seria difícil de sinalizar, pois a obra o problematizara marcado por uma profunda ambivalência, sob o qual sua temporalidade subjaz a temporalidade da rapsódia, ou seja, a obra traduziria o momento do país que se moderniza sem se modernizar completamente. Assim, *Macunaíma* apontaria para o desconhecido, tal como o autor deixara claro no prefácio escrito em 27 de março de 1928:

Nas épocas de transição social como a de agora é duro o compromisso com o que tem de vir e quase ninguém não sabe. Eu não sei. Não desejo a volta do passado e por isso já não posso tirar dele uma fábula normativa. Por outro lado o jeito de Jeremias me parece ineficiente. O presente é uma neblina vasta. Hesitar é sinal de fraqueza, eu sei. Mas comigo não se trata de hesitação. Se trata duma verdadeira impossibilidade, a pior de todas, a de nem saber o nome das incógnitas. Dirão que a culpa é minha, que não arregimentei o espírito na cultura legítima. Está certo⁴⁰⁸.

⁴⁰⁶ Said, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.332.

⁴⁰⁷ Mello e Souza, G., 2003, p. 17.

⁴⁰⁸ Andrade, M. de, “Prefácios para Macunaíma”. In: Batista, Marta Rosseti et al. *Brasil: 1º Tempo Modernista – 1917/1929*. São Paulo: IEB, 1972, p. 293.

A observação lúcida de Mário de Andrade expressara de maneira fidedigna o momento que estava vivenciando. De fato, o decênio de 1920 se constituíra como uma década de transição no Brasil, marcado pelas mudanças na reorganização das estruturas de poder, dos embates entre os grupos sociais e suas mais diversas manifestações, da busca por um “sentido nacional” autêntico, do rompimento gradual da arquitetura do território nacional. Enfim, de mudanças profundas em diversos setores.

Portanto, Mário de Andrade transmitira por meio de *Macunaíma* uma reflexão extremamente complexa e angustiante na qual realidade e ficção se chocara violentamente. E mais: realizara um esforço desmedido para compreender o Brasil, quer como sociedade, quer como espaço, e apontara muitas dúvidas e poucas certezas quanto ao destino nacional. De fato, pois o escritor naquele momento desconhecia o quê estaria por vir...

O propósito dessas palavras finais é apresentar elementos que permitam elucidar uma relação do trabalho com a contemporaneidade. Entretanto, antes de qualquer tentativa de esboço a respeito dessa relação, fazem-se necessárias algumas considerações preliminares. Aqui, as ponderações referem-se ao modo como fora tratado o aspecto psicológico na composição poética em Mário de Andrade, com base no texto de Roberto Schwarz: “O Psicologismo na Poética de Mário de Andrade⁴⁰⁹”, seguida pela tentativa de apontar uma proposição do pensamento geográfico no escritor.

Nesse sentido, para Mário de Andrade, a beleza se encontrara na subjetividade. No interior desta se encontra o subconsciente, fonte de toda a riqueza e individualidade, cujo aporte imprescindível para atingi-lo fora o da sensibilidade. Logo, toda reflexão de seu pensamento estético estava calcada nos pares *indivíduo-sociedade*, *consciente-inconsciente*, *ser-parecer*, *lirismo-técnica*. Nesse sentido, como indicativo das diversas atitudes, são apresentadas três posições:

- a primeira remete a uma posição individualista, na qual a presença da técnica⁴¹⁰ é mínima (fonte de todo o lirismo);
- em seguida, uma posição antiindividualista, cuja significação social se dá por meio da técnica (instrumento para se construir a nacionalidade); e,
- possivelmente uma terceira, como tentativa de elaboração de uma técnica pessoal (para todo lirismo específico – nível do subconsciente individual – há uma técnica – nível do consciente).

A atitude individualista, em Mário de Andrade, fora marcada pelo subjetivismo cuja manifestação se dera por intermédio dos versos e rimas livres. Desta forma, o lirismo fora exteriorizado por meio da subconsciência e auxiliado pela forma de escrever a poesia desprovida de qualquer lógica ou regra normativa e, conseqüentemente, os momentos de subconsciência ganhariam importância e precisariam ser respeitados. No entanto, ao adotar esta posição a poesia ficara reduzida a ela própria, registrando-a aquilo que já fora vivido e tornando-a absolutamente descomprometida com o imaginário.

⁴⁰⁹ Schwarz, R., “O Psicologismo na Poética de Mário de Andrade”. In: *A sereia e o desconfiado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, 2ª ed. (Coleção Literatura e teoria literária; v. 37).

⁴¹⁰ A técnica a qual nos referimos é a da escrita.

Nesse sentido, buscara-se a verdade, a sinceridade e, conseqüentemente, a perda de toda a sua especificidade, pois fora posta no mesmo patamar da verdade psicológica. Desta maneira, a postura de Mário de Andrade nessa primeira atitude fora a de que não haveria superação dos pares dialéticos, ou seja, não existiria a possibilidade de ser técnico e lírico simultaneamente; individualista e político; consciente e subconsciente. Para ele, são superações inconcebíveis, pois se tratara de posições absolutas, portanto, indivisíveis.

Na segunda atitude, o antiindividualismo, ganhara corpo uma preocupação nacionalista. Essa preocupação adviera da postura individualista da *intelligentsia* brasileira, diante das transformações do quadro social. Porém, o subconsciente não fora posto de lado por Mário de Andrade. O subconsciente, mantido como fonte geradora de vida, necessitaria de controle por meio da técnica, pois a ausência dela seria assimilada como destruidora e anti-social.

Se o subconsciente fora visto anteriormente como algo necessário, agora é visto como fora de controle e que precisaria ser “domado”. Contudo, o aspecto mais curioso nessa atitude, fora a presença sutil do irracionalismo devido à falta dos pares dialéticos em seus conceitos. Desta forma, houvera uma mudança de ênfase, porém a situação fora mantida. A verdade psicológica fora deixada de lado para ater-se ao que é inteligível e social. A poesia assumiria propósitos, dentre eles a ideia de nacionalismo, cuja finalidade estaria no auxílio de construir uma tradição, gerando a necessidade, desta maneira, de cultura e estudo nos conteúdos dos poemas. Nesse sentido, a técnica assumiria o papel de conferir à sensibilidade uma nova forma de expressão. Portanto, fora no interior dessa atitude que podemos verificar algumas das razões que levaram Mário de Andrade a confeccionar *Macunaíma*. Como indicativo dessa atitude, a geógrafa Lia Osório Machado nos auxilia:

Nem todos estavam informados sobre a extensão espacial dessas alterações, porém muitos dos indivíduos alfabetizados bem poucos na época, foram sensíveis à idéia de progresso tão rápido quanto materialmente possível (...) A mudança na relação com o tempo, bem-vinda por alguns, era temida por outros, que a entendiam como um novo fator de diferenciação social e espacial que iria agravar as diferenças já existentes. Para muitos deles, o tempo, indício e signo de mudanças maiores futuras, foi contraposto ao espaço, expressão de permanência para uns, e de inércia para outros. Por isso, nas questões, nos termos em que foram sendo colocados os debates, nas propostas dos indivíduos cujas idéias foram sendo valorizadas ou

descartadas, **o espaço geográfico era uma realidade e também uma metáfora para expressar outros interesses e realidades**⁴¹¹”(grifos nossos).

De fato, o modo como os elementos constituintes do espaço foram, tomados na obra inseriram-se no entrelaçamento da metáfora à realidade e vice-versa, pois “Em Macunaíma, como pensamento selvagem, tudo vira tudo⁴¹²”, isto é, na qual a cadeia de sinais da obra é capaz de se transformar em outras coisas. Desta forma, a presença do pensamento geográfico na obra apresentara-se de maneira “fluida”, “gasosa”, ou seja, uma manifestação que não apresentara uma fronteira bem definida no campo das ciências humanas, visto que é possível reconhecer elementos da Antropologia, Geografia, Literatura, Sociologia, Psicanálise, dentre outras. Também é possível verificar que a obra transbordara os quadros artísticos e literários, embora tenham servido de base “metodológica” para sua composição.

A terceira atitude de Mário de Andrade apresenta uma possível superação. Calcada na politização, a poesia assumira um conteúdo marcado pela inclinação à consciência social. Essa politização se dera por meio, pela primeira vez, da dialética. Tal atitude permitira que Mário de Andrade se libertasse de todo um campo de pressupostos teóricos os quais o mantinham preso. Nesse sentido, a dialética possibilitara que ele desenvolvesse uma técnica pessoal, tida como processo para que o indivíduo pudesse atingir a realização plena da universalização. Se na primeira atitude a técnica fora vista como empecilho à realização do indivíduo e na segunda fora tratada com ressalvas, nesta a técnica assumira a condição para a realização universal, pois ela encontrara-se inerente à subjetividade chegando à consciência social.

Aliás, *consciência* é a palavra chave em Mário de Andrade. Para o crítico literário João Luiz Lafeté, o significado adquirira a projeção em diversas frentes. Dentre estes cabem destacar a necessidade de envolvimento do intelectual nas questões de seu tempo e o papel social da arte⁴¹³. Para o historiador Carlos Guilherme Mota, que nos interessa mais diretamente, o significado é instigante: “Mário de Andrade – consciência limite?”⁴¹⁴. Nesse sentido, fora com base neste que torna verossímil a tentativa de estabelecer uma relação entre o escritor e a contemporaneidade.

⁴¹¹ Machado, Lia Osório. “Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870 – 1930)”. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto L. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, 311.

⁴¹² Bosi, A. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994, p.352.

⁴¹³ Cf. Lafeté, João Luiz. *1930: a crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2000.

⁴¹⁴ Mota, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933 – 1974)*. 4ª edição, 2ª impressão. São Paulo: Editora Ática, 1980.

Como fora apresentado outrora, na célebre conferência no Itamaraty em 1942, Mário de Andrade estabelecera, digamos, “um acerto de contas com o seu passado”. Nas comemorações dos 20 anos da Semana de Arte Moderna realizara um balanço sobre o movimento e sua produção intelectual. O conteúdo fora marcado pela radicalidade “que o impele para além do seu tempo – sem dele todavia ser retirado. Rompe consigo mesmo⁴¹⁵”. Nessa longa conferência Mário de Andrade se referiu à geração que participara da Semana assim: “Nós éramos filhos finais de uma civilização que se acabou⁴¹⁶”.

Ora, coincidência não meramente fortuita, a minha geração é filha do regime que se acabou, a ditadura civil- militar (1964 – 1985), pois nasci em 1980, e dentre as heranças nos fora deixada o aprofundamento no entrelaçamento da esfera pública e privada, desdobrando-se no recrudescimento da violência policial, na concentração de renda, na impunidade crônica, na relação com o Estado enquanto extensão da vida particular. Além disso, a interrupção abrupta no debate de ideias na elaboração de um projeto nacional seguida pela imposição perversa e impiedosa de um modelo de “nação” dada pelo regime. Nesse sentido, ao se ausentar do mundo terreno que vivia para transformar-se em Ursa Maior, pois de acordo com o mito indígena aqueles que partem continuam a falar por meio do brilho reluzente da estrela, o herói de nossa gente ainda permanece emitindo sinais de perguntas sobre o destino do território nacional. De modo que uma das maneiras de oferecer uma resposta efetiva seja a luta pela restauração da democracia.

Ademais, é possível verificar que a obra procura captar um movimento de forças desconhecidas de sua época, a qual o escritor concluíra sentir-se impossibilitado diante do quadro de incógnitas. Nesse sentido, observamos algo semelhante na contemporaneidade. A tese da homogeneização do planeta ocasionado pela globalização teria conduzido ao fim da diferenciação entre os lugares, do fim das fronteiras e dos Estados nacionais, uma identidade global, enfim, os exemplos são os mais variados, porém uma série de acontecimentos sugere uma interpretação justamente ao contrário. Dentre esses, “identidades específicas e autocentradas manifestam-se politicamente, mostrando que a era dos nacionalismos ainda não encerrou⁴¹⁷”, exigindo um esforço grande de interpretação das incógnitas, portanto.

⁴¹⁵ Mota, C. G., *op. cit.*, 1980, p. 105.

⁴¹⁶ *Idem*, p. 108.

⁴¹⁷ Moraes, A. C. R., *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 190.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

“Amplitude do espírito moderno”. In: *Movimento. Revista de crítica e informação*, Anno I, nº 2, Rio de Janeiro, Novembro de 1928, p. 03.

“Livros Novos. Macunaíma de Mário de Andrade”. In: *Folha da Manhã*, Anno IV, nº 1181, São Paulo, 10/08/1928, p. 02.

“Livros”. In: *Beira Mar*, Anno VI, nº 138, Rio de Janeiro, 05/08/1928, p. 01.

“Macunaíma, o herói sem nenhum caráter de Mário de Andrade”. In: *Movimento. Revista de crítica e informação*, Anno I, Numero I, Rio de Janeiro, Outubro de 1928, p. 21.

“Macunaíma. O livro de Mário de Andrade”. In: *Diário Nacional*, Anno II, nº 334, São Paulo, 06/08/1928, p. 06.

“Para os scepticos”. In: *A Revista*. a.1, nº1, Bello Horizonte, julho de 1925, p. 11 – 13.

“Realidade Brasileira”. In: *Movimento. Revista de crítica e informação*, Anno I, nº I, Rio de Janeiro, Outubro de 1928, p. 03.

ABREU, João Capistrano de. “O caracter nacional e as origens do povo brasileiro”. In: *O Globo*, Anno III, nº 29, Rio de Janeiro, 21/01/1876, p. 02 – 03.

_____. “O caracter nacional e as origens do povo brasileiro”. In: *O Globo*, Anno III, nº 69, Rio de Janeiro, 09/03/1876, p. 02 – 03.

_____. *Ensaio e Estudos (crítica e história). 1ª série*. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

_____. *Ensaio e Estudos (crítica e história). 2ª série*. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1932.

_____. *Ensaio e Estudos (crítica e história). 3ª série*. Rio de Janeiro: Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 1938.

_____. *Rã-txa hu-ni-ku-i: a lingua dos caxinauás do rio Ibuacu, affluente do Muru*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1914.

_____. *Um visitador do Santo Ofício á cidade do Salvador e ao Reconcavo da Bahia de Todos os Santos (1591 – 1592)*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1922.

ALCÂNTARA MACHADO, António de. “Um poeta e um prosador/ Mário de Andrade – Macunaíma – São Paulo – 1928”. In: *Revista de Antropofagia*, Anno I, nº 5, São Paulo, Setembro de 1928, p. 04.

ALONSO, Ângela. “Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Anpocs, v. 15, nº 44, 2000, p. 35 – 54.

ALTAMIRANO, Carlos. “Idéias para um programa de História intelectual”. Dossiê – História Social dos Intelectuais Latino – Americanos. In: *Tempo Social*. vol. 19, n° 1, São Paulo: Junho, 2007, p. 9 – 17.

ALVARENGA, Oneyda. *Mário de Andrade, um pouco*. Rio de Janeiro, José Olympio/SCET-CEC, 1974.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

ANDRADE, Mário de. “Caso da cascata. Do livro Macunaíma”. In: *Verde*, a.1, n°3, Cataguazes, novembro de 1927, p. 12.

_____. “Entrada de ‘Macunaíma’”. In: *Revista de Antropofagia*, a.1, n° 2, São Paulo, junho de 1928, p. 03.

_____. “Entrada de Macunaíma”. In: *Diário da Manhã*, Anno XXI, n° 884, Vitória-ES, 22/07/1928, p. 05.

_____. “Macunaíma”. In: *Diário Nacional*, Anno I, n° 311, São Paulo, 14/07/1928, p. 24.

_____. “Prefácios para Macunaíma”. In: BATISTA, Marta Rosseti et al. *Brasil: 1° Tempo Modernista – 1917/1929*. São Paulo: IEB, 1972.

_____. “Regionalismo”. In: *Diário Nacional*, Anno I, n° 185, São Paulo, 14/02/1928, p. 02.

_____. “Sobre a Carta Pastoral de D. José Maurício da Rocha”. In: *Diário Nacional*, Anno I, n° 330, São Paulo, 8/04/1928, p. 07.

_____. “Uma excursão ao rio Amazonas” In: *Diário Nacional*, Anno I, n° 33, São Paulo, 20/08/1927, p. 04.

_____. *A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade; notas e apresentação de Carlos Drummond de Andrade*. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Record, 1988.

_____. *Aspectos da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Americ = Edit., 1943.

_____. *Ensaio sobre a música brasileira*. 3ª Ed. São Paulo, Martins; Brasília, INL, 1972.

_____. *Entrevistas e depoimentos*. Organização, introdução e notas de Telê Ancona Lopez. São Paulo: T.A. Queiroz. 1983.

_____. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. 32ª edição. Texto revisto por Telê Porto Ancona Lopez. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2001. (Coleção dos Autores Modernos da Literatura Brasileira).

_____. *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*; edición crítica, Telê Porto Ancona Lopez, coordinadora. 2ª ed. Madrid; París; México; Buenos Aires; São Paulo; Río de Janeiro; Lima; ALLCA XX, Edições Unesco, 1996. (Colección Archivos: 2ª ed.; 6)

_____. *O movimento modernista*. Rio de Janeiro: Edição da Casa do Estudante do Brasil, 1942. Republicado: ANDRADE, Mário de. *Aspectos da literatura brasileira*. 6ª edição. São Paulo: Martins, 1978.

_____. *O Turista Aprendiz*. Estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Ancona Lopez. São Paulo: Duas Cidades/ Secretaria de Cultura, Ciência e tecnologia, 1976.

_____. *Taxi e crônicas no Diário Nacional*. Estabelecimento de texto, introdução e notas de Telê Ancona Lopez. São Paulo: Duas Cidades/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.

ANDRADE, Oswald de. “Manifesto Antropófago”. In: *Revista de Antropofagia*, a.1, nº 1, São Paulo, maio de 1928, p. 3 e 7.

_____. “Manifesto da Poesia Pau Brasil” In: *Correio da Manhã*. Anno XXIII, nº 9147, Rio de Janeiro, 18/03/1924, p. 05.

_____. *Obras Completas. Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*. Volume 6. Introdução de Benedito Nunes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Civilização Brasileira, 1978.

ARANHA, Graça. *Espirito Moderno*. Cia. Graphico Editora-Monteiro Lobato. São Paulo: 1925.

ARANHA, Luís. “A traição necessária”. In: *O Jornal*, Anno X, Nº 2904, Rio de Janeiro, 18/05/1928, p. 02.

ARAÚJO, Regina. “Do sertão aos pampas: o território da literatura nacional no século XX”. *Terra Brasilis*. Anos III e IV, nº 4-5. Rio de Janeiro: Território, 2002-2003.

_____. *No meio da multidão: um diálogo entre Mário de Andrade e a Geografia*. São Paulo: DG/FFLCH/USP, 1992. (Dissertação de Mestrado)

ARMANI, Carlos Henrique. *Discursos da nação: historicidade e identidade nacional no Brasil de fins do século XIX*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, 1996 São Paulo: Ed. UNESP.

ATHAYDE, Tristão de. “Regionalismos”. In: *O Jornal*, Anno VII, nº 2157, Rio de Janeiro, 27/12/1925, p. 04.

_____. “Vida Literária/ Macunaíma”. In: *O Jornal*, Anno X, nº 3002, Rio de Janeiro, 09/09/1928, p. 04.

BASTIDE, Roger. *O folclore brasileiro e a Geografia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1951. p. 20-34. (Coleção Rodolfo Garcia. Série B).

BENDA, Julien. *La trahison des clercs*. Québec: Les classiques des sciences sociales, 2006.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de História”. In: *Obras escolhidas*. 3ª edição, v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222 – 232.

_____. “Três Livros”. In: *O capitalismo como religião*. Organização Michael Löwy. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2013, p 119 – 124.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina: males de origem*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

BOSI, Alfredo. “Situação de Macunaíma”. In: *Céu, inferno*. 2ª edição. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2003.

_____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOTELHO, André. “A viagem de Mário de Andrade à Amazônia: entre raízes e rotas.” *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, IEB – USP, n. 57, p. 15-50, 2013.

BRITO, Mário da Silva. *História do Modernismo Brasileiro: antecedentes da Semana de Arte Moderna*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

CAMARGOS, Márcia. *Semana de 22: entre vaías e aplausos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

CAMPOS, Haroldo de. *Morfologia do Macunaíma*. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CANDIDO, Antonio. “Mário de Andrade”. In: *Revista do Arquivo Municipal*. Ano XII, Volume CVI, Janeiro – Fevereiro, São Paulo, 1946, pp. 69 – 73.

_____. *A Educação Pela Noite & Outros Ensaios*. São Paulo: Editora Ática S.A., 1989. Série Temas, Vol. I, Estudos Literários.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 4ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

CANÊDO, Gregoriano. “A Situação”. In: *A Revista*. a.1, nº1, Belo Horizonte, julho de 1925, p. 21 – 22.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947.

CHATEAUBRIAND, Assis. “Congresso Regionalista do Nordeste”. In: *O Jornal*, Anno VIII, nº 2199, Rio de Janeiro, 14/02/1926, p. 02.

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 6ª Edição. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *O selvagem*. São Paulo/Rio de Janeiro: Livraria Magalhães, [pref. 1913].

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. São Paulo: Difel/Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

DOSSE, François. “De l'histoire des idées à l'histoire intellectuelle”. In: *Mimesis*, v. 24, n. 2, Bauru, 2003, p. 13-28.

DINIZ FILHO, Luís Lopes, “O determinismo ambiental na formação do pensamento político autoritário brasileiro”. *Revista RA'EGA – O espaço geográfico em análise*. Ano VI, nº 6. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

DRUMMOND, Magalhães. “Momento brasileiro”. In: *A Revista*. a.1, nº1, Bello Horizonte, julho de 1925, p. 17 – 18.

DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. São Paulo: Hucitec, 1985.

FABRIS, Anna Teresa. *O futurismo paulista*. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1994.

FARIA, Daniel. “Makunaima e Macunaíma. Entre a natureza e a história”. In: *Revista Brasileira de História*, nº 51, São Paulo, v. 26, 2006, p. 263 – 280.

_____. “Realidade e consciência nacional. O sentido político do modernismo.” *Revista Brasileira de História*, nº 2, São Paulo, v. 26, 2007, p. 385 – 405.

FERNANDES, Florestan. “Mário de Andrade e o folclore brasileiro”. In: *Revista do Arquivo Municipal*. Ano XII, Volume CVI, Janeiro – Fevereiro, São Paulo, 1946, pp. 135 – 158.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica*. 5ª edição. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Ascenso. “Brasilidade e dynamismo. A proposito do ‘Macunaíma’ de Mário de Andrade”. In: *Diário Nacional*, Anno II, nº 431, São Paulo, 28/11/1928, p. 07.

_____. “Brasilidade e dynamismo”. In: *A Província*, Anno LVII, nº 268, Recife, 18/11/1928, p. 03, Secção 2.

FERREIRA, Marieta de Moraes. “A reação republicana e a crise política dos anos 20”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 9-23.

FIGUEIREDO, Jackson de. “A traição dos clérigos”. In: *Gazeta de Notícias*, Anno LII, nº 15, Rio de Janeiro, 18/01/1928, p.02.

FILHO, Barreto. “O segundo peccado original”. In: *Festa*, Anno I, nº 8, Rio de Janeiro, 15/05/1928, p. 09 – 10.

FRANK, Erwin H. “Viajar é preciso: Theodor Koch-Grünberg e a *Völkerkunde* alemã do século XIX.” In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 48, nº 2, 2005, p. 560 – 584.

FREYRE, Gilberto. “Nordeste separatista?”. In: *O Jornal*, Anno VIII, nº 2223, Rio de Janeiro, 14/03/1926, p. 04.

_____. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48ª Edição. São Paulo: Global, 2003.

_____. *Manifesto regionalista*. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p.47-57.

GELLNER, Ernest. “O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe”. In: *Um mapa da questão nacional*. Gopal Balakrishnan (org.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

_____. *Nações e nacionalismo*. Lisboa: Gradiva, 1993.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRANZIERA, Rui Guilherme. “O Brasil depois da Grande Guerra”. In: DE LORENZO, Helena Carvalho & COSTA, Wilma Peres da. (orgs.). *A década de 20 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Edunesp, 1997. (Prismas).

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

HARDMAN, Francisco Foot. “Antigos modernistas”. In: *Tempo e história*. Adauto Novaes (org.). São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.

HELENA, Lúcia. “Sobre a história da Semana de 22”. In: MALLARD, Letícia [et. al.]. *História da Literatura: ensaios*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. “O Futurismo Paulista”. In: *Fon Fon. Revista Semanal*. Anno XV, nº 50, Rio de Janeiro, 10/12/1921, sem pág.

IANNI, Otávio. “A metáfora da viagem”. In: *Enigmas da modernidade-mundo*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 11-31.

JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: a formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, Fapesp; Ijuí: Ed. Unijui, 2003.

KEYSERLING, Herman de. *Le monde qui naît*. Trad. de Christian Sénéchal. Paris: Stock, 1932.

KOCH-GRÜNBERG, Theodor. “Mitos e lendas dos índios Taulipang e Arekuná.” Trad. de H. Roenick, revista por M. Cavalcanti Proença. In: *Revista do Museu Paulista*, nº 7. São Paulo, 1953; Trad. de Renata Mautner, 1968. (inédito; datilografado)

_____. *Do Roraima ao Orinoco: observações de uma viagem pelo norte do Brasil e pela Venezuela durante os anos de 1911 a 1913. Volume 1*. Tradução Cristina Alberts-Franco. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2000. (Coleção Espírito Crítico).

LAHUERTA, Milton. “Os intelectuais e aos anos 20. Moderno, modernista, modernização”. In: DE LORENZO, Helena Carvalho & COSTA, Wilma Peres da. (orgs.). *A década de 20 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Edunesp, 1997. (Prismas).

_____. *Elitismo, Autonomia, Populismo. Os intelectuais na transição dos anos 40*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 1992 (Dissertação de Mestrado).

LÉVI-STRAUSS, Claude. *La Pensée Sauvage*. Paris: Librairie Plon, 1962.

LOPES, Ascânio. “Papel do instinto no mundo atual. Freud”. In: *Verde*. a.1, nº5, Cataguazes, janeiro de 1928, p. 13.

LOPEZ, Telê Porto Ancona. “A Bagagem Poética do Turista Aprendiz”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 26, São Paulo, IEB-USP, 1986, p. 83 – 101.

_____. “O Turista Aprendiz na Amazônia: a invenção no texto e na imagem”. In: *Anais do Museu Paulista*. Nova série, v. 13, nº 2. São Paulo, jul.-dez. 2005, p. 135-164.

_____. “Viagens Etnográficas de Mário de Andrade: Itinerário fotográfico”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 11, São Paulo, IEB-USP, 1972, p. 139 – 174.

_____. *Macunaíma: a margem e o texto*. São Paulo: Hucitec, 1974.

_____. *Mário de Andrade: ramais e caminho*. São Paulo: Duas Cidades, 1972.

_____. *Mariodeandrando*. São Paulo: Hucitec, 1996.

LORENZO, Helena Carvalho de. & COSTA, Wilma Peres da. (orgs.). *A década de 20 e as origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Edunesp, 1997. (Prismas).

LUZ, Nícia Vilela. “A década de 1920 e suas crises”, In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 6, São Paulo, IEB–USP, 1969, p. 69 – 75.

MACHADO, Lia Osório. “Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870 – 1930)”. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

MADEIRA, Maria Angélica & MOTTA SANTOS, Mariza Veloso. *Leituras brasileiras: itinerários no pensamento social e na literatura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria. Imaginação geográfica e política externa do Brasil*. São Paulo: Ed. Moderna/UNESP, 1997.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira (1915-1933)*. São Paulo: Editora Cutrix/Editora da USP, 1978.

MELLO e SOUZA, Antonio Candido de; Gilda de. “A lembrança que guardo de Mário”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº36, São Paulo, IEB–USP, 1994, p. 9 – 25.

MELLO e SOUZA, Gilda de Mello e. “Vanguarda e nacionalismo na década de vinte”. In: *Exercícios de leitura*. São Paulo: Duas Cidades, 1980.

_____. *O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma*. São Paulo: Duas Cidades, Ed. 34, 2003. (Coleção Espírito Crítico).

MEYER, Marlyse. *Caminhos imaginários no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MILLIET, Serge. “Uma Semana de Arte Moderna em São Paulo. A jovem literatura brasileira”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 34, São Paulo, IEB – USP, 1992, p. 199 – 210.

MORAES, Antonio Carlos Robert. “História do Pensamento Geográfico no Brasil: Indicações” In: *Geografares*, Vitória, nº 3, jun. 2002, p. 151 - 158.

_____. “Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 166-176, 1991.

_____. *Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *Ideologias Geográficas*. 5ª edição. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MORAES, Eduardo Jardim. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MORAES, Marcos Antonio de (Org.). *Câmara Cascudo e Mário: Cartas, 1924 – 1944*. São Paulo: Global, 2010.

MORAES, Rubens de. “Balanço de Fim de Século”. In: *Revista Klaxon. Mensário de Arte Moderna*. n.º4, São Paulo, 1922, p. 12 – 13.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933 – 1974)*. 4ª edição, 2ª impressão. São Paulo: Editora Ática, 1980.

MOTTA FILHO, Cândido. “Macunaíma”. In: *Correio Paulistano*, n.º 23352, São Paulo, 20/09/1928, p. 02.

MOURA, Emílio. “Renascença do Nacionalismo”. In: *A Revista*. a.1, n.º1, Belo Horizonte, julho de 1925, p. 36 – 39.

NABUCO, Joaquim. *Fronteiras do Brazil e da Guyana Inglesa. O direito do Brazil. Primeira memória*. Paris: A. Lahure, 1903.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião. Sudene. Nordeste. Planejamento e conflitos de classes*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. (Estudos sobre o Nordeste, 1).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, Vol. V (suplemento), pp. 195-215, Julho 1998.

_____. *A Questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

OLIVEIRA, Martins de. “Modernismo”. In: *Verde*. a.1, n.º3, Cataguazes, novembro de 1927, p. 16 – 17.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PACHECO, João. “Bibliografia/‘Macunaíma’ – Mário de Andrade – São Paulo”. In: *Folha Acadêmica*, Rio de Janeiro, 13/09/1928, p. 484.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação*. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Ática, 1990. (Série Temas).

PERISSINOTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vira e mexe nacionalismo: paradoxos do nacionalismo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 2ª edição. São Paulo: IBRASA;[Brasília]: INL, 1981. (Biblioteca estudos brasileiros; v.3)

PROENÇA, Manuel Cavalcanti. *Roteiro de Macunaíma*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

REVUE INTERNATIONALE DES SCIENCES SOCIALES. *Sociologie de la création littéraire*, Vol XIX, nº 4, Paris: Unesco, 1967.

RIBEIRO, João. “Chronica literária/ Macunaíma – herói sem nenhum caráter – por Mário de Andrade”. In: *Jornal do Brasil*, Anno XXXVIII, nº 262, Rio de Janeiro, 31/10/1928, p. 10.

ROMERO, Silvio. “O caracter nacional e as origens do povo brasileiro”. In: *Ethnologia selvagem estudo sobre a memoria, região e raças selvagens do Brasil do Dr. Couto de Magalhães*. Recife : Typ. da Provincia, 1875, p. 39 – 46. (Appendice)

_____. *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Laemmert & C., 1888.

ROSENFELD, Anatol. “Mário e o cabotinismo”. In: *Texto/Contexto 1*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Tradução Denise Borrmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Dans L’interieur du Brésil*. Paris: Imprimerie de A. Belin, 1823. (Extrait des Mémoires du Muséum d’Histoire Naturelle, 5e. année, t. 9.)

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil*. São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1918. (Nova edição revista por Capistrano de Abreu).

SANDRONI, Carlos. *Mário contra Macunaíma*. São Paulo: Edições Vértice, 1988.

SANTIAGO, Silviano (org.). *Carlos e Mário: correspondência de Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade*. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2002.

SANTOS, Matildes Demétrio dos. “A correspondência de Mário e a ‘felicidade’ no credo modernista.” In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, nº 36, São Paulo, IEB – USP, 1994, p. 95 – 107.

_____. *Ao Sol Carta é Farol: A Correspondência de Mário de Andrade e outros Missivistas*. Rio de Janeiro: Annablume, 1998.

SCHMIDT, Augusto Frederico. “A proposito de Macunaíma”. In: *A ordem*, Anno VIII, Vol I (Nova Série), Rio de Janeiro, Dezembro de 1928, p. 34 – 38.

_____. “A proposito de Macunaíma”. In: *Diário da Manhã*, Anno XXII, nº 972, Vitória-ES, 02/11/1928, p. 04.

SCHUSTER, Sven. “História, nação e raça no contexto da Exposição do Centenário em 1922”. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, mar 2014, vol.21, no.1, p.121-134.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. “Nacional por Subtração”. In: *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. “O Psicologismo na Poética de Mário de Andrade”. In: *A sereia e o desconfiado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, 2ª ed. (Coleção Literatura e teoria literária; v. 37).

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 1ª reimpr. da 4ª ed. de 1995. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SION, Jules. “Géographie et ethnologie”. In: *Annales de Géographie*. 1937, t. 46, nº263. p. 449 – 464.

SMITH, Anthony D. *La identidad nacional*. Madri: Trama Editorial, 1997.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brazil em 1587*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851.

STADEN, Hans. *Suas Viagens e Captiveiro entre os selvagens do Brasil*. São Paulo: Typographia da Casa Eclética. 1900. (tradução da primeira edição original).

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui – o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1983.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

_____. *O problema nacional brasileiro. Introdução a um programa de organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “A brasilidade verde-amarela: regionalismo e nacionalismo paulista.” In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, nº 11, 1993, p. 99-112.

_____. “A Literatura como Espelho da Nação”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, 1988, p. 239-263.

VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Ministério da Cultura: Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro, s/d.

VIANNA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. (Edições do Senado Federal; v. 27)

VICTOR, Nestor. “Macunaíma”. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 08/10/1928. Recolhido em VICTOR, Nestor. In: *Os de hoje. Figuras do movimento modernista brasileiro*. 1ª Edição. São Paulo: Cultura Moderna, 1938, p. 164 – 173.

VIEIRA, José. “Livros novos/Macunaíma, por Mário de Andrade, S. Paulo, 1928”. In: *Vanguarda*, Rio de Janeiro, 10/12/1928.

ANEXO – QUADRO BIOBIBLIOGRÁFICO DE MÁRIO DE ANDRADE

Ano	Dados biográficos	Publicações	Contexto Histórico
1855	Nascimento do pai de Mário de Andrade: Carlos Augusto de Andrade. Homem de origem modesta; autodidata e antigo tipógrafo. Começou a trabalhar aos 12 anos. Foi também gerente de agência da Caixa Econômica. Escreveu poesias e peças de teatro.		
1858	Nascimento da mãe de Mário de Andrade: Maria Luísa de Moraes Andrade em Piracicaba.		
1879	19 de setembro: Carlos Augusto funda o jornal <i>Folha da Tarde</i> com a ajuda do irmão Francisco e de companheiros. Após desentendimentos com alguns dos companheiros, funda <i>A Gazeta do Povo</i> .		
1880	Desliga-se d' <i>A Gazeta do Povo</i> . Entra para o diário <i>A Constituinte</i> . São proprietários do diário: Joaquim de Almeida Leite Moraes e Brasília Machado. Leite Moraes, de família tradicional, deputado por três vezes na Assembléia Provincial, formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, era casado com Ana Francisca Gomes da Silva. Moça de origem humilde – filha de lavadeira; é prima de Manuela Augusta de Andrade, mãe de Carlos Augusto.		
1881	Carlos Augusto de Andrade acompanha Leite Moraes como seu secretário particular. Realizam uma longa viagem pela região da Província de Goiás, pelos rios Tocantins,		Joaquim de Almeida Leite Moraes é nomeado Presidente da Província de Goiás. Exerce seu mandato de 1º de fevereiro a 9 de

	Araguaia, chegando até o Pará. A viagem é registrada por Leite Moraes em seus <i>Apontamentos</i> (segundo Gilda de Mello e Souza os registros dessa viagem inspiraram passagens de <i>Macunaíma</i>).		dezembro, substituindo Aristides de Souza Spínola, avô de Anísio Teixeira, que governou a Província por quase dois anos.
1882	Carlos Augusto regressa a São Paulo. Afasta-se do jornalismo e abre a <i>Casa Andrade, Irmão & Cia.</i> , casa de tipografia e papelaria.		No dia 24 de Agosto, Leite Moraes torna-se catedrático de Direito Criminal.
1887	No dia 23 de julho Carlos Augusto casa-se com Maria Luísa, segunda filha de Leite Moraes. Não querendo separar-se da filha, convida-os para morar na casa da Rua Aurora, 320.		
1888	Nasce o primeiro filho, Carlos, que morre aos oito meses.		Abolição da Escravatura.
1889	Nasce o segundo filho, também Carlos – nome de preferência de Maria Luísa – no dia 11 de novembro.		Proclamação da República. Posse de Deodoro da Fonseca.
1890			Política do Encilhamento.
1891	Carlos Augusto muda-se com a família para Santos. Trabalha com o irmão do sogro (exportador de café) como guarda-livros. Nasce Maria Augusta, mas morre do “mal de sete dias”. Voltam para São Paulo, pois Maria Luísa havia adoecido. Leite Moraes aluga uma casa em Santos para Maria Luísa iniciar seu processo de recuperação. Ela conta com o apoio deste e de sua esposa, Ana Francisca (irmã de Maria Luísa).		Renúncia de Deodoro da Fonseca. Posse de Floriano Peixoto. Promulgação da Primeira Constituição. Primeira Revolta Armada. Política do Encilhamento.
1892			
1893	No dia 9 de outubro, nasce na Rua Aurora, 320, na cidade de São Paulo, Mário Raul de		2ª Revolta Armada. Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.

	Moraes Andrade.		Publicação de <i>Broquéis</i> , de Cruz e Sousa, marco do Simbolismo brasileiro.
1894			Posse de Prudente de Moraes. Criação da Associação Comercial de São Paulo. Revolta Armada. Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.
1895	Morte de Leite Moraes a 1º de agosto (avô de Mário de Andrade). Carlos Augusto de Andrade inicia a construção de um grande sobrado de esquina no Largo do Paissandu, 26.		Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.
1896	Carlos Augusto de Andrade muda-se para o sobrado com a família: mulher, filhos, sogra e a cunhada Ana Francisca. Isabel Maria do Carmo de Moraes Rocha, a cunhada mais velha de Carlos, muda-se para a casa ao lado, à rua Visconde do Rio Branco. Essa vizinhança proporcionou à infância e à juventude de Mário a convivência entre irmãos, primos e parentes, não apenas os de São Paulo, mas também os de Araraquara, da família de Cândido Lourenço Correia da Rocha, marido de Isabel.		Guerra de Canudos. Machado de Assis publica <i>Várias Histórias</i> .
1897			Guerra de Canudos. Formação da Academia Brasileira de Letras.
1898			Posse de Campos Sales (Política dos Governadores)
1899	Nasce Renato a 6 de fevereiro, irmão de Mário. Mário de Andrade está enamorado com Maria da Glória Capote Valente, moça próxima a sua família. Este amor prolongou-se até o final de sua adolescência, porém,		

	sem qualquer compromisso formal.		
1900	O pai de Mário de Andrade tornou-se um nome conhecido em São Paulo: trabalha como comerciante, é um disputado guardador de livros, tornar-se-ia um dos proprietários do Teatro São Paulo. Edita uma comédia de sua autoria: <i>Palavra Antiga</i> (fora bem aceita). Promove em sua residência representações de peças curtas de autoria própria e de outros. Mário de Andrade ingressa para o Grupo Escolar da Alameda do Triunfo, próxima à sua casa, aos 6 anos de idade.		Demarcação das fronteiras com as Guianas. Questão do Amapá. O Brasil tem 17.384.340 habitantes, segundo o censo. Publicação de <i>A Interpretação dos Sonhos</i> de Sigmund Freud. Morte do filósofo alemão Nietzsche. Morte do escritor inglês Oscar Wilde.
1901	Nasce a caçula da família, Maria de Lourdes a 17 de agosto.		Promulgação da Lei Orgânica relativa ao Ensino Superior.
1902			Posse de Rodrigues Alves e de Pereira Passos (prefeitura do Rio de Janeiro). Publicação de <i>Os Sertões</i> de Euclides da Cunha. Graça Aranha lança <i>Canaã</i> .
1903			Anexação do Acre ao Brasil pelo Barão do Rio Branco.
1904	Escreve o primeiro poema “Fiori de-lapá”; poema cantado, com palavras inventadas. Primeira Comunhão de Mário de Andrade, na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, no dia 8 de dezembro. Ano de conclusão do grupo escolar.		Demarcação das fronteiras com Guiana – Território do Pirara. Revolta da Vacina. Transformação da antiga Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (fundada em 1820) em Centro Industrial do Brasil (CIB) – objetivo: proteger a indústria em todo o território brasileiro.
1905	Ingressa no Ginásio Nossa Senhora do Carmo dos Irmãos Maristas (Ginásio de		Publicação da teoria da relatividade de Albert Einstein.

	origem francesa destinada à educação de jovens católicos. Os professores são de origem francesa, belga e brasileira). É nas férias desse ano que Mário de Andrade possivelmente teve o primeiro contato com o mar, na cidade de Santos, a convite de parentes.		
1906			Posse de Afonso Pena. Primeira valorização do café. Convênio de Taubaté. Em Paris, Santos Dumont realiza o primeiro vôo a bordo do 14 bis.
1907			Cândido Rondon inicia a construção das linhas de comunicação. Sancionada a <i>Lei de Povoamento do Solo</i> , por iniciativa de Miguel Calmon.
1908	Apesar de sua inteligência, Mário se revela um estudante pouco interessado. Esse desinteresse é refletido na sua reprovação em Grego, no período escolar.		Morte do escritor brasileiro Machado de Assis.
1909	Assume o compromisso com a congregação da Imaculada Conceição, ligada à Igreja de Santa Efigênia. Seu irmão, Carlos, já era membro integrante. Este se forma em direito e prossegue os estudos de Filosofia. Mário de Andrade forma-se bacharel em Ciências e Letras pelo Ginásio Nossa Senhora do Carmo. Após o término do curso, multiplica as leituras e passa a freqüentar concertos e conferências. Com as economias provenientes de sua curta mesada, compra o primeiro quadro: Torquato Bassi. Inicia os estudos de		Candidatura de Hermes da Fonseca à Presidência. Rui Barbosa inicia a Campanha Civilista. Euclides da Cunha é assassinado. Publicação do <i>Manifesto Futurista</i> por Filippo Tommaso Marinetti, a 20 de fevereiro, no jornal <i>Figaro</i> de Paris. Primeira notícia sobre o futurismo no Brasil através do artigo do escritor português Sousa Pinto, publicado no jornal carioca <i>Correio da Manhã</i> a 6 de abril.

	<p>piano, em casa. Renato, seu irmão, com o desejo de se tornar pianista concertista, vai estudar no Conservatório Dramático e Musical. O pai de Mário de Andrade é solicitado constantemente como guardador de livros e finaliza com um convite para tesoureiro-administrador.</p>		<p>Reunião do grupo do Cubismo em torno de Pablo Picasso.</p>
1910	<p>Matricula-se na Escola de Comércio Álvares Penteado, com o objetivo de adquirir a Carta de guarda-livros. Sua permanência na Escola é de apenas dois meses, em razão do desentendimento com o professor de Português Gervásio de Araújo, por causa de assuntos relativos a normas gramaticais. Mário obtém apoio do pai, Carlos Augusto, através de uma carta de protesto que, contudo, não chega a enviar ao professor. Mário de Andrade está no primeiro ano do curso de Filosofia na Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo, vinculada à Universidade Louvain, localizada no Mosteiro de São Bento. Cursa apenas o 1º ano. Tem dificuldades em acompanhar o curso, porém é nesta Faculdade que ocorre o encontro de Mário com a literatura. Durante as aulas do Monsenhor Sentroul (belga), das conferências, e outros meios, inicia, a partir daí, o contato com Verhaeren, Francis Jammes, Gustave Kahn, Bergson, os poetas de Abadia e os unanimistas.</p>		<p>Posse de Hermes da Fonseca. Criação do Serviço de Proteção ao Índio.</p>
1911	<p>Inicia estudos no Conservatório Dramático e Musical de São Paulo; estuda matérias teóricas básicas e</p>		<p>Fundação do periódico <i>O Pirralho</i>, por Oswald de Andrade e Dolor de Brito.</p>

	piano. Deseja ser concertista.		Washington Luís encomenda a Wash Rodrigues o brasão da cidade de São Paulo – nele se encontra o lema <i>non duco ducor</i> : “não sou conduzido, conduzo.” Inauguração do Teatro Municipal de São Paulo.
1912	Obtém a nomeação de “aluno praticante” (monitor) no Conservatório. Passa a ensinar, sem remuneração, princípios de Teoria Musical no Conservatório.		Guerra do Contestado. Oswald de Andrade traz à São Paulo as idéias do Futurismo após viagem à Europa.
1913	É monitor até a metade do ano. Inicia a lecionar piano. A 21 de abril participa das comemorações do 4º aniversário da Congregação da Imaculada Conceição de Santa Efigênia; Mário toca Schubert e seu pai, Carlos Augusto, é quem faz o discurso na festa. A 22 de junho morre seu irmão Renato, de 14 anos, vítima de uma cabeçada em um jogo de futebol. Perturbado com a morte de irmão caçula, que muito amava, e trabalhando em excesso, Mário entra em profunda crise emocional. Refugia-se em Araraquara, na fazenda de Pio Lourenço Correa (“Tio Pio” – marido de Zulmira, sobrinha de Maria Luísa). Retorna a São Paulo em setembro, curado da depressão e poeta assumido. Ainda neste mês, assume o cargo de professor substituto de História da Música. Abandona a carreira de concertista, devido às mãos trêmulas. Passa a dedicar-se à carreira de professor de música, formando pianistas.		

1914	A 30 de novembro, participa de audição pública como aluno do Conservatório interpretando <i>Romanza</i> , de J. Gomes; é aluno do primeiro ano de Canto. Como admirador de Vicente de Carvalho, envia-lhe sonetos. Seguro do recebimento da carta, pois era registrada, Mário não obtém resposta. Após esse incidente, Mário toma uma decisão a qual se manterá fiel: ser atencioso a todos aqueles que viessem a escrevê-lo, principalmente os jovens, os estreatantes.	Escreve poesia e ficção – “Conto do Natal”	Início da I Guerra Mundial. Posse de Wenceslau Brás.
1915	Conclui o curso de Canto no Conservatório.	Publicação do primeiro artigo: “No Conservatório Dramático e Musical: Sociedade de Concertos Clássicos” (<i>Jornal do Comércio</i> , 11 de setembro, assinado M.).	I Guerra Mundial
1916	Com o aumento de seu conhecimento, inicia a leitura de obras <i>Índex</i> ; como congregado mariano diligente, solicita autorização ao Vigário Geral do Arcebispo de São Paulo para ler <i>Madame Bovary</i> , <i>Salambô</i> , Maeterlinck, Heine e o <i>Grand Dictionnaire Larousse</i> . Ocorre a primeira alusão a obras na língua alemã: <i>Reisebilder</i> e <i>Neue Gedichte</i> (ambos de Heine). Ao lado do irmão Carlos é sócio-fundador da Sociedade Cultura Artística. Em novembro conclui como voluntário o Serviço Militar.		I Guerra Mundial. Fundação da Associação Brasileira de Ciências. Surgimento do Expressionismo alemão e do Dadaísmo, em Zurique.
1917	Foi provavelmente neste ano que se iniciou a construção da casa da Rua Lopes Chaves, segundo registro do 15º Cartório de Registro de Imóveis; números 13.005 e 13.006 de 09/05/1952:	<i>Há uma gota de sangue em cada poema</i> (publicado em junho, sob o pseudônimo Mário Sobral. Poema de natureza pacifista é principalmente um livro de um cristão. O	I Guerra Mundial. Brasil declara guerra à Alemanha. Revolução Russa. Segunda valorização do café. Greve geral dos

	<p>“imóvel com 35 anos de existência”.</p> <p>A 15 de fevereiro, morre o pai, durante o carnaval.</p> <p>Auxilia nas conferências na Sociedade de Cultura Artística. Dentre os conferencistas, Alfredo Pujol, em março, e na Faculdade de Filosofia do Mosteiro de São Bento. Seu irmão, Carlos, já formado, participa dos estudos. Mário já iniciou sua Marginália. Ocorre, em novembro, o encontro entre Mário e Oswald. Este levara, para o Jornal do Comércio, o discurso “O Brasil na Guerra”, na qual Mário saudara Elói Chaves, conferencista no Conservatório. Encontro com Anita Malfatti e o modernismo na célebre exposição em São Paulo (12/12/1917 – 10/01/1918).</p> <p>Após várias e longas visitas às obras, tornam-se amigos. É nessa exposição que sucede o primeiro encontro dos futuros modernistas: Di Cavalcanti, Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Ribeiro Couto.</p> <p>Diploma-se em piano e dicção pelo Conservatório, lecionando na instituição até 1938.</p>	<p>projeto gráfico é do autor. É bem recebido pela crítica).</p>	<p>trabalhadores na cidade de São Paulo.</p> <p>Publicação de “Juca Mulato” de Menotti del Picchia.</p> <p>Manuel Bandeira publica “A cinza das horas”.</p>
1918	<p>É noviciado da Venerável Ordem Terceira do Carmo. Seus alunos de piano do Conservatório são apresentados pela primeira vez numa audição a 14 de abril. Inicia os estudos de inglês. É diplomado a 21 de junho Membro da Congregação da Imaculada Conceição, de Santa Efigênia.</p>	<p>“A Divina Preguiça” (<i>A Gazeta</i>, 3 de setembro). Colabora no jornal <i>A Gazeta</i> como crítico de música. Colabora em <i>Echo</i>.</p>	<p>Posse de Epiácio Pessoa.</p> <p>Fim da I Guerra Mundial.</p> <p>Publicação de <i>Urupês</i>, de Monteiro Lobato.</p> <p>Publicação de <i>Caligramas</i>, do poeta francês Apollinaire.</p> <p>Segunda valorização do café.</p>
1919	<p>A 19 de março, profissão de</p>	<p>Colabora em <i>A Cigarra</i>,</p>	

	<p>fé como irmão da Ordem Terceira do Carmo. Realiza em junho a primeira viagem a Minas Gerais, passando pelas cidades históricas. Encanta-se com o barroco e as obras de Aleijadinho. Visita, na cidade de Mariana, Alphonsus de Guimaraens. Inicia os estudos em alemão com Else Schoeller Eggebert; admiradora de Wagner e da música moderna. Influenciado por ela, alarga seu conhecimento musical: Schoenberg, Berg, dentre outros. Lê a <i>Deutsch Kunst und Dekoration</i>.</p>	<p><i>O Echo, A Gazeta.</i></p>	
1920	<p>Declara-se cronista. É freqüentador do estúdio de Brecheret e relaciona-se com Haarberg. É membro integrante do grupo “modernista” de São Paulo: Di Cavalcanti, Menotti Del Picchia, Oswald de Andrade, dentre outros. É leitor de Whitman e das principais vanguardas modernistas européias (dentre elas <i>Menscheit Dämmerung</i>). Sendo congregado mariano, pede permissão à Cúria Metropolitana para ler autores no <i>Índex</i>: d’Annunzio, Ada Negri, Fegazzaro. Levantamento de documentos da cultura popular e musical do folclore. Compra a escultura em bronze de Brecheret - Cabeça de Cristo - em dezembro. Começa a escrever os poemas de <i>Paulicéia Desvairada</i> (primeiro livro brasileiro modernista).</p>	<p>Contos, críticas, e a carta-aberta ao presidente do Estado, na qual defende o nacionalismo na escultura brasileira. Colabora com muita freqüência na revista <i>Papel e Tinta</i>. Colabora na <i>Ilustração Brasileira</i> e na <i>Revista do Brasil</i> (ambas cariocas). Assina no periódico católico <i>Miscelanea as Eclesiásticas</i> (até 1921).</p>	
1921	<p>Mário participa do Banquete de Trianon, realizado em janeiro, no qual Oswald oficializa o Modernismo.</p>	<p>Oswald publica o artigo “Meu poeta futurista” no <i>Jornal do Commercio</i>, a 27 de maio. Em resposta</p>	<p>Terceira valorização do café.</p>

	<p>Participa do 2º ciclo de reuniões na Vila Kyrial do mecenas Freitas Valle; apresenta nessa reunião <i>Debussy e o impressionismo</i>. Com a publicação do artigo de Oswald, Mário torna-se conhecido. Em outubro realiza viagem ao Rio de Janeiro para diálogo com os modernistas cariocas; conhece lá Manuel Bandeira. Faz leitura de sua obra <i>Paulicéia Desvairada</i> na casa de Ronald de Carvalho. Em dezembro redige o “Prefácio Interessantíssimo” da obra <i>Paulicéia Desvairada</i>. Seu irmão, Carlos, casa-se com Celeste Salles de Almeida. É vendido o sobrado do Largo do Paissandu pela mãe. São adquiridas três casas na Rua Lopes Chaves, Bairro Barra Funda: uma delas (nº 108 depois 546) para ela e a filha; uma para Carlos e outra para Mário. Por não se casar, este alugou e, posteriormente, vendeu. Morou com a mãe até o fim da vida. Professor de História da Arte no Conservatório.</p>	<p>ao artigo, Mário publica “Futurismo?”, a 6 de julho, reprovando o emprego de rótulos estéticos e estabelecendo sua própria pesquisa sobre a modernidade. Publica nos meses de agosto e setembro “Mestres do passado”, no <i>Jornal do Commercio</i>, repudiando o parnasianismo.</p>	
1922	<p>É Professor de História da Música e Estética no Conservatório. Os modernistas realizam reuniões nas residências de Mário de Andrade, Olívia Guedes Penteadó e Tarsila do Amaral. Participa da Semana de Arte Moderna realizada na cidade de São Paulo de 13 a 17 de fevereiro no Teatro Municipal. Durante o intervalo de uma apresentação lê um texto teórico (possivelmente a primeira versão da obra <i>A Escrava que não é Isaura</i> –</p>	<p><i>Paulicéia Desvairada</i> (publicada pela Casa Mayença; a capa foi feita possivelmente pelo próprio Mário ou Guilherme de Almeida, inspirada em <i>Arlechino</i> de Soffici). Na revista <i>Klaxon</i> faz a primeira crítica em defesa do cinema nacional.</p>	<p>Posse de Arthur Bernardes. Fundação do Partido Comunista. Realização da Semana de Arte Moderna. Fundação do Centro D. Vital. Fundação da Academia Brasileira de Ciências. Comemoração do Centenário da Independência. Primeira revolta tenentista. Levante dos 18 do Forte de Copacabana.</p>

	<p>fora anunciada posteriormente na revista <i>Klaxon</i> como <i>a poesia moderna</i>). A má repercussão da Semana levou a perda de seus alunos particulares. É membro integrante da revista <i>Klaxon</i>. Em 14 de junho fala sobre a poesia modernista no 3º ciclo de reuniões na Vila Kyrial. Participa de manobras militares para reservistas em agosto. Escreve <i>Losango Cáqui</i>. Após o regresso de Tarsila do Amaral da Europa, forma o Grupo dos Cinco (Anita Malfatti, Mário de Andrade, Menotti Del Picchia e Oswald de Andrade). Início da correspondência com Manuel Bandeira (dura até o final de sua vida).</p>		<p>Fundação da Revista <i>Klaxon</i>. Oswald de Andrade publica <i>Os condenados</i>. Mussolini assume o poder na Itália. Josef Stálin é nomeado secretário-geral do Partido Comunista soviético. Joyce publica <i>Ulisses</i>. Terceira valorização do café.</p>
1923	<p>Retoma os estudos em alemão com Kaethe Meichen-Blosen. Frequenta a Vila Fortunata. Participa do 4º ciclo de reuniões na Vila Kyrial, com a palestra: <i>Paralelo entre Dante e Beethoven</i>, a 20 de junho. Finaliza a redação de <i>A Escrava que não é Isaura</i>. Escreve o poema “Carnaval carioca”. Em outubro, no Rio de Janeiro, inicia as dez “Crônicas de Malazarte” na <i>América Brasileira</i>. Começa a fazer leituras do marxismo e da psicanálise. Começa a se preocupar com o Seqüestro da Dona Ausente. Sérgio Milliet e Oswald de Andrade, em Paris, colocam Mário em contato com Ivan Goll, Blaise Cendrars e Marinetti.</p>	<p>Publica dois dos contos de Belasarte. É membro da revista <i>Ariel</i>, de São Paulo.</p>	<p>Terceira valorização do café.</p>
1924	<p>Empolga-se com a Revolução e a pessoa do General Isidoro Dias Lopes. Traduz <i>Lieder</i> do alemão e outras canções para</p>	<p>Colabora na revista modernista carioca <i>Estética</i>.</p>	<p>Movimento Tenentista. Oswald de Andrade publica <i>Memórias Sentimentais de João</i></p>

	<p>o recital de canto Lotte Winzer Sievers, a 14 de abril no Conservatório. Realiza a “Viagem da Descoberta do Brasil” (viagem realizada pelas cidades históricas de Minas Gerais). Forte contato com a cultura popular (foi através desse contato que saíram as soluções para <i>Clã do Jabuti</i>, ligação próxima com a música: a moda de viola, o romance, a toada). Escreve “Noturno de Belo Horizonte” e “O Poeta come Amendoim”. Posiciona-se de forma mais crítica perante o nacionalismo. Empenha-se na ampliação e enriquecimento de sua biblioteca e na coleção de artes. Início da correspondência com Carlos Drummond de Andrade. Intensifica suas pesquisas lingüísticas. É através dessas pesquisas que Mário adota a fala brasileira para compor o narrador de <i>Amar, Verbo Intransitivo</i> e de dos contos de Belasarte. A 30 de abril participa do 5º ciclo de reuniões na Vila Kyrial com <i>O Cubismo</i>. Apaixona-se de modo platônico pela D. Maria Carolina da Silva Telles; escreve os poemas “Tempo da Maria”, posteriormente publicados em <i>Remate de Males</i>. É sócio do Automóvel Club de São Paulo. Colabora na revista modernista carioca <i>Estética</i>.</p>		<p><i>Miramar</i>. Surgimento do Surrealismo, última vanguarda histórica, lançada por André Breton em Paris. Morte de Lênin.</p>
1925	<p>Mário adquire Manuela, sua máquina de escrever Remington. Conhece Paulo Duarte por acaso, ambos gostavam de folclore e culinária. É um dos convidados para o evento do balanço da renovação artística</p>	<p>Publica no nº 3 da <i>Estética</i> carta-aberta a Alberto de Oliveira, na qual intensifica os ideais modernistas. <i>A Escrava que não é Isaura</i> (discorre a respeito de algumas tendências</p>	<p>Coluna Prestes.</p>

	<p>realizado no Rio de Janeiro, de 14 de dezembro de 1925 a 12 de janeiro de 1926, conhecido como o Mês Modernista de <i>A noite</i>. Compõe “Louvação da Tarde” e “Louvação Matinal”, de <i>Remate dos Males</i>. Compra a tela <i>Futebol</i> de André Lhote, por intermédio de Tarsila, após uma de suas viagens à Europa.</p>	<p>modernistas). É colaborador d’A <i>Revista</i> de Belo Horizonte.</p>	
1926	<p>Inspirado pela revista <i>Deutsch Kunst und Dekoration</i>, Mário concebe os desenhos das estantes e banco/baú para a sua sala de música, o sofá, as duas poltronas com cinzeiros, os compartimentos para os livros e o armário para a coleção de santos (os móveis foram encomendados ao Liceu de Artes e Ofícios e o tecido art-deco revestimento possivelmente a Regina Graz). É provavelmente nesse ano que compõe música e letra de <i>Viola Quebrada</i>. Ampliando suas leituras de etnografia e literatura popular, entra em contato com o anti-herói <i>Macunaíma</i> através da obra de Koch-Grüenberg em <i>Von Roraima zum Orinoco</i>. Organiza material para escrever <i>Macunaíma</i> nas férias de fim de ano em Araraquara na chácara do “Tio Pio”. A primeira versão do livro é escrita durante trabalho ininterrupto de uma semana. A partir desse ano começa a freqüentar reuniões no apartamento de Paulo Duarte situado à Avenida São João, permanecendo até 1931. O grupo era: Adriano Couto de</p>	<p><i>Primeiro Andar</i> (contos) <i>Losango Cáqui ou Afetos Militares com os Porquês de Eu Saber Alemão</i> (poesia – a capa é de Di Cavalcanti). É colaborador da <i>Revista de Antropofagia</i>, <i>Revista do Brasil</i> e em <i>Terra Roxa e Outras Terras</i>. Faz crítica para <i>A Manhã</i>, a convite de Oswald de Andrade.</p>	<p>Posse de Washington Luís. Coluna Prestes. Fundação do Partido Democrático.</p>

	<p>Barros, André Dreyfus, Antônio Carlos Couto de Barros, Antônio de Alcântara Machado, Clément de Bojano, Elsie Houston e o marido Benjamin Peret, Henrique da Rocha Lima, José Mariano de Camargo Aranha, Mário de Andrade, Nino Gallo, Paulo Magalhães, Paulo Rossi Osir, Randolpho Homem de Melo, Rubens Borba de Moraes, Sérgio Milliet, Tácito de Almeida, Vitório Gobis, Wast Rodrigues Eugène Wessinger.</p> <p>É dessas reuniões que Paulo Duarte idealiza o projeto do Departamento de Cultura implantado na prefeitura de São Paulo em 1934.</p>		
1927	<p>Leitor de Der Querchnitt começa a carreira amadora de fotógrafo (vai até 1931). Efetua a primeira “viagem etnográfica” à região Norte do Brasil entre maio e agosto. Percorre parte da Amazônia chegando até Iquitos, no Peru (único momento de sua ausência do território brasileiro). Foi dessa viagem que resultou o diário “O Turista Aprendiz” (1ª parte) e um fortalecimento no intercâmbio de idéias com os modernistas do Norte e Nordeste. A 13 de outubro fotografa a rua onde mora, a rua vizinha, a casa do irmão Carlos e a sua própria casa. Passa momentos de lazer na fazenda de Tarsila do Amaral, Santa Teresa do Alto, ao lado de Lasar Segall, Oswald de Andrade, Souza Lima e do palhaço Piolim.</p>	<p><i>Amar, Verbo Intransitivo</i> marca a estréia de Mário como romancista (romance que escandalizou a elite paulistana por contar a história de Carlos, um adolescente de família tradicional que fora iniciado nos prazeres sexuais pela sua Fraülein, contratada justamente para essa tarefa).</p> <p><i>Clã do Jabuti</i> (poesias). É colaborador do recém fundado <i>Diário Nacional</i>, jornal do Partido Democrático, ao qual se filiou, sendo Paulo Duarte redator-chefe. É neste jornal que se encontra sua maior produção de textos, artigos, poemas, críticas, crônicas, enquanto manteve sua atividade jornalística; teve início em agosto e finalizou-se em setembro de 1932, quando</p>	Coluna Prestes.

		o jornal é extinto. É colaborador em <i>Verde de Cataguazes</i> .	
1928	Filia-se ao Partido Democrático. Não publica, de 1926 a 1928, os prefácios escritos para o livro <i>Macunaíma</i> . Faz discurso em Piracicaba sobre a música brasileira em junho; já havia se tornado palestrante disputado. Inicia os estudos em canto orfeônico. Redige em setembro Pedro Malazarte (ópera cômica). Realiza a segunda “viagem etnográfica”, desta vez para o Nordeste, entre os meses de dezembro e fevereiro do ano seguinte. Lá coleta documentos musicais: danças dramáticas, músicas de feitiçaria etc. No Nordeste conhece Chico Antônio, cantador que considera genial, tornando-se personagem no romance abandonado <i>O Café</i> e em <i>Vida de Cantador</i> (ambos de 1944). Durante a viagem escreve as crônicas d’ <i>O Turista Aprendiz</i> para o <i>Diário Nacional</i> . Para a publicação das crônicas, Mário conta com o auxílio da irmã, Maria de Lourdes.	Em maio é publicado <i>Macunaíma – O herói sem nenhum caráter</i> . Alguns meses depois também é publicado <i>Ensaio sobre a música brasileira</i> (estudos). Planeja para publicação <i>Na Pancada do Ganzá</i> , deixando-a inédita. Esta obra contém registros sobre o folclore brasileiro, sendo publicado em diferentes épocas, fruto do trabalho de Oneyda Alvarenga: <i>Danças Dramáticas do Brasil</i> , <i>Música da Feitiçaria no Brasil</i> , <i>As melodias do boi e outras peças</i> , <i>os Cocos</i> .	Os industriais fundam o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, a 3 de junho.
1929	Avança nas suas leituras etnográficas, psicanalíticas e políticas. Planeja viagem ao Sul do Brasil, mas não efetua. Escreve os “Poemas da Negra” e “Poemas da Amiga”. Começa a escrever o romance <i>O Café</i> , não chegando a terminá-lo. Rompimento da amizade com Oswald de Andrade.	<i>Compêndio de História da Música</i> (estudos). Escreve crônica para o <i>Diário Nacional</i> ; na coluna “Táxi”.	Quebra da Bolsa de Nova York. Início da Grande Depressão.
1930	Mário apóia a Revolução de 1930. Seu irmão, Carlos, filiado ao Partido	“Origens do Fado” (importante ensaio publicado na revista	Revolução de 1930. Publicação de <i>Libertinagem</i> , de Manuel

	Democrático, é libertado após a revolução, pois havia sido preso durante a campanha; durante a prisão do irmão, a polícia vigiava a casa da família de Mário de Andrade. Integra a Comissão que modificou a Escola Nacional de Música do Ministério da Educação. Defende o nacionalismo musical.	<i>Ilustração Brasileira</i>). <i>Modinhas Imperiais</i> (crítica e antologia). <i>Remate de Males</i> (poesia que ultrapassa o nacionalismo, transcendendo o humano e o nacional). Publica no <i>Diário Nacional</i> “Meu secreta” (crônica que retrata o período da prisão de Carlos).	Bandeira. Estréia de Carlos Drummond de Andrade com <i>Alguma Poesia</i> . Suicídio do poeta russo Maiakóvski. É criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
1931	Oneyda Alvarenga é aluna de piano do Prof. Mário de Andrade duas vezes por semana. Gilda de Moraes Rocha, prima de Mário de Andrade, veio de Araraquara para estudar em São Paulo, mudando-se para a casa da rua Lopes Chaves, ao lado dos irmãos Maria Elisa e Carlos Eduardo. Escreve os poemas “Rito do Irmão Pequeno” e “Girassol da Madrugada”. Dirige a <i>Revista Nova</i> ao lado de Paulo Prado e Antônio de Alcântara Machado.	No <i>Diário Nacional</i> , em janeiro, defende a elevação do nível dos programas musicais na Rádio Educadora, gerando polêmica. Entre novembro e dezembro no mesmo jornal escreve “Maleita” (I e II) e “Castigo de Ser” (I e III), expressando sua filosofia de vida como artista brasileiro, isto é, como defensor do primitivismo.	Reforma de Francisco Campos, a 11 de abril. (alvo: ensino superior).
1932	Apóia cautelosamente a Revolução Constitucionalista, marcada pela posição diligente. Nesse momento não escreve nenhum artigo expressando sua opinião ou exortação. Colabora no <i>Boletim de Ariel</i> e na <i>Revista Nova</i> . Gilda fotografa Mário no terraço de sua casa, na Lopes Chaves.	Durante a revolução paulista, Mário de Andrade assina os contos publicados no <i>Diário Nacional</i> como Luís Pinho. Publica “Folclore da Constituição”. Colabora no <i>Boletim de Ariel</i> e na <i>Revista Nova</i> .	Revolução Constitucionalista de 1932. Publicação do manifesto <i>Ação Integralista Brasileira</i> , por Plínio Salgado. Franklin D. Roosevelt é eleito presidente dos EUA.
1933	Inicia sua coluna crítica no <i>Diário de São Paulo</i> . Comemora 40 anos. Adoece de inflamação nos rins. A partir desse ano Mário de Andrade começa a sofrer constantes problemas de saúde, devido ao seu estado emocional depressivo. Com isso, a crise se instala	O romance <i>Amar, Verbo Intransitivo</i> é publicado nos EUA, sob o título <i>Fräulein</i> . Inicia sua coluna crítica no <i>Diário de São Paulo</i> .	Posse de Hitler na Alemanha.

	<p>definitivamente, ora branda, ora profunda, estendendo-se até o ano de sua morte, em 1945. Não raras vezes, refugiava-se no sítio do “Tio Pio” como fez na juventude. Os poemas “Grão Cão de Outubro” e “O Grifo da Morte” são modelados por esse momento de angústia. É conferencista na Escola Nacional de Música sobre “Música de Feitiçaria no Brasil”. O livro <i>Amar, Verbo Intransitivo</i> é traduzido para o inglês por Margaret Richardson Hellingsworth. A Editora Macaulay de Nova York, responsável pela publicação, envia um questionário a Mário de Andrade para dar o seu perfil de escritor no lançamento da obra – o “Inquérito Macaulay”.</p>		
1934	<p>Viaja para Lindóia em janeiro. Faz conferência sobre o ensaio na Sociedade de Felipe de Oliveira do Rio de Janeiro. Trabalha o material coletado na viagem ao Nordeste. É fundador e diretor da Coleção Cultura Musical (Edição Cultura Brasileira – São Paulo). Apresentado por Paulo Duarte, Mário de Andrade aceita convite do prefeito de São Paulo, Fábio Prado, para participar do Departamento de Cultura. Reúne com os estudantes de música para oferecer-lhes chás musicais às quartas-feiras, composto por Climène de Carvalho, Oneyda Alvarenga, Sonia Stermann, dentre outros. José Bento Faria é contratado como secretário por Mário de</p>	<p>“Os congos” (ensaio publicado no <i>Diário de São Paulo</i>). <i>Belasarte</i>. <i>Música, Doce Música</i> (Estudos de crítica e Folclore). É colaborador das revistas <i>Festa</i> (Rio de Janeiro) e <i>Boletim de Ariel</i>. <i>Luciano Gallet</i> (introdução aos estudos de Folclore de Luciano Gallet).</p>	<p>Promulgação da Constituição. Fundação da USP. Criação do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo.</p>

	Andrade, pois Maria de Lourdes iria se casar.		
1935	A 31 de maio é nomeado, concomitantemente, Chefe da Divisão de Expansão Cultural e Diretor do Departamento de Cultura (em comissão); o último cargo é assumido definitivamente a 4 de julho. Inaugura a Discoteca Pública em agosto. Para a inauguração é convidada a discípula de Mário de Andrade, Oneyda Alvarenga, para assumir a direção. Cria os parques infantis (Ipiranga, Parque D. Pedro e Lapa – este existe até hoje) e elabora casas de cultura.	<i>O Aleijadinho e Álvares de Azevedo</i> (ensaios). É colaborador na <i>Revista Brasileira de Música</i> .	Intentona Comunista. Fundação da Universidade do Distrito Federal por Anísio Teixeira (secretário de Educação do Distrito Federal no governo Pedro Ernesto; Afrânio Peixoto é o primeiro reitor).
1936	A irmã Maria de Lourdes casa-se em janeiro com Eduardo Ribeiro dos Santos Camargo, mudando-se da rua Lopes Chaves. Como Diretor do Departamento de Cultura promove concursos dos mais diversos: peça sinfônica, quarteto de cordas, mobília proletária, leitura educativa. Redige o anteprojeto do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Discursa como paraninfo no Conservatório o ensaio “Cultura Musical”.	É colaborador da <i>Revista do Arquivo Municipal. Cultura Musical</i> (oração de paraninfo).	
1937	Posiciona-se contra o Estado Novo. Elabora o Regulamento do Departamento de Cultura. Contrata Dina Lévi-Strauss para lecionar o curso de Etnografia em São Paulo. Envia grupo de pesquisa do Folclore para o Norte e o Nordeste do Brasil.	<i>Samba Rural Paulista</i> .	Estado Novo.
1938	Escreve a primeira versão do conto “O peru de natal”, no qual são reinventadas as refeições familiares de Mário	Resumo da conferência de Mário sobre o Sequestro da Dona Ausente na revista da Sociedade	Estado Novo. Criação do DASP.

<p>na Lopes Chaves. Devido ao acúmulo de cargos, deixa de lecionar no Conservatório. É membro fundador da Sociedade de Etnografia e Folclore com o auxílio do casal Lévi-Strauss, sendo o primeiro presidente. Em julho promove o Primeiro Congresso da Língua Nacional Cantada no Departamento de Cultura. Nesse Congresso foram instituídas regras de pronúncia para o canto. Mário de Andrade é contratado como assistente técnico pelo SPHAN, sendo responsável pelas regiões de Mato Grosso e São Paulo. Devido a desentendimentos entre Mário de Andrade e o prefeito de São Paulo, Prestes Maia, demite-se do Departamento de Cultura em junho. Muda-se para o Rio de Janeiro, assumindo os cargos de Catedrático de Filosofia e História da Arte e Diretor do Instituto de Artes da Universidade do Distrito Federal (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ). O corpo docente da Universidade era formado por um grupo de professores franceses, dentre eles Pierre Defontaines (geografia), Emile Bréhier (filosofia) e Robert Garric (literatura). Sua aula inaugural foi o ensaio “O artista e o Artesão”. Mora à Rua Santo Amaro nº5, Bairro da Glória. Sua demissão e a decepção de ver o trabalho interrompido no Departamento de Cultura levam Mário a um estado de profunda crise: isolamento, consumo freqüente de</p>	<p><i>Boletim</i>. São publicados nos <i>Anais do Congresso</i>: “Os Compositores e a Língua Nacional” e “A Pronúncia Cantada e Problema da Nasal pelos Discos” Escreve para a <i>Revista Acadêmica</i> do Rio de Janeiro. Colabora n’<i>O Estado de São Paulo</i> e escreve críticas de livros no <i>Diário de Notícias</i> do Rio de Janeiro. Nesse diário, sua coluna <i>Vida Literária</i> consta de rica produção, atividade que durou até 1940.</p>	
---	---	--

	bebidas alcoólicas, comprometimento de sua saúde. Tornou-se cliente de Pedro Nava. Em novembro vai a São Paulo para as comemorações dos 80 anos da mãe.		
1939	Ano da possível mudança da numeração da casa da Rua Lopes Chaves de 108 para 546. Trabalha como conselheiro do Instituto Nacional do Livro, no qual organiza plano para a Enciclopédia Brasileira. Realiza viagem a Belo Horizonte para proferir as palestras “Música de Feitiçaria no Brasil” e “Seqüestro da Dona Ausente”. Visitas constantes aos jovens escritores: Carlos Lacerda, Murilo Miranda, Moacir Werneck de Castro, da <i>Revista Acadêmica</i> . Começa a escrever o romance <i>Quatro Pessoas</i> , deixando-o inacabado.	<i>Namoros com a Medicina. Portinari.</i>	Estado Novo. Fim da Guerra Civil Espanhola. Início da II Guerra Mundial. Criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Morte de Freud.
1940	Restabelece antigos contatos com os escritores portenhos da década de 1920, através da aproximação com Newton Freitas e Lydia Besouchet. Em uma de suas vindas a São Paulo, escuta a conversa de um mulato da janela de sua casa na Lopes Chaves fazendo depois algumas anotações, retratada posteriormente no conto “Foi sonho”. O diretor da seção de Musicologia da Biblioteca Nacional de Nova York, Carleton Sprague Smith, visita o acervo de Mário de Andrade à rua Lopes Chaves. Ainda no Rio de Janeiro, se muda para Santa Teresa. As crises emocionais se intensificam, comprometendo	<i>A Expressão Musical nos Estados Unidos.</i>	Estado Novo. II Guerra Mundial.

	a saúde. Não aceita convite de viagem para Buenos Aires.		
1941	Retorna a São Paulo em março. Trabalhando como Comissário do SPHAN, começa suas pesquisas sobre o pintor Padre Jesuíno do Monte Carmelo. Está à frente das restaurações do Convento de Embu e da Igreja de São Miguel Paulista. Retomando contos abandonados e escrevendo outros, inicia a redação de “Contos Novos”, finalizando no ano seguinte.	Colaborador da revista <i>Clima</i> . “Elegia de Abril” (Revista <i>Clima</i>). <i>Música do Brasil</i> . <i>Poesias</i> (Composto pelas partes: Losango Cáqui; Clã do Jabuti; Remate de Males; A costela do Grão Cão; Livro Azul).	Estado Novo. II Guerra Mundial. Ataque a Pearl Harbor.
1942	Após o fim do problema do acúmulo de cargos, Mário reassume o posto de Catedrático no Conservatório com a aula inaugural “A Atualidade de Chopin”, na qual faz considerações a respeito do papel do artista, além da obra do compositor. Convidado pela Casa do Estudante, realiza a 30 de abril, no Rio de Janeiro, a intrépida análise “O Movimento Modernista”. A 16 de setembro participa da festa do 77º aniversário de fundação do Conservatório, realizada pelo Centro Dramático e Musical Gomes Cardim. Entendimentos com o editor Martins para a publicação de <i>Obras Completas</i> . É sócio-fundador da Sociedade dos Escritores Brasileiros. É sócio-correspondente da Sociedade de Etnologia e Antropologia. Não aceita os convites de viagem: para o Haiti, a convite do governo norte-americano para participar do Congresso Afro-Brasileiro; para os EUA, a convite da Fundação Rockefeller; e para a Argentina, a convite de Newton Freitas	<i>O Movimento Modernista</i> . Colabora n’ <i>O Diário de São Paulo</i> , <i>O Estado de São Paulo</i> e <i>Folha de São Paulo</i> . <i>Pequena História da Música</i> .	Estado Novo. II Guerra Mundial. Brasil declara Guerra à Alemanha. Fundação da Associação Brasileira De Escritores (ABDE).

	para ministrar cursos em Buenos Aires. Contrata com a Editorial Losada, de Buenos Aires, livro sobre Portinari.		
1943	Escreve os poemas de “Carro da Miséria”. Gilda de Moraes Rocha casa-se com Antônio Cândido de Mello e Souza, e muda-se da casa do primo escritor.	<i>Os Filhos da Candinha</i> (crônica). <i>Aspectos da Literatura Brasileira</i> (um dos mais ricos estudos literários de Mário de Andrade). <i>O Baile das Quatro Artes</i> . <i>Lasar Segall</i> , Início da publicação da obra <i>Imatura</i> . Escreve para a <i>Folha de São Paulo</i> “Arte Inglesa” (ensaio) e os “ensinamentos” da “Vida do Cantador”	Estado Novo. II Guerra Mundial.
1944	Condena o nazismo e declara o compromisso interessado à arte e da liberdade de pensamento. Escreve <i>Lira Paulistana</i> , poesia. Em junho chegam às mãos a tradução para o espanhol e as ilustrações para <i>Macunaíma</i> , ambas assinadas por Caribe. Viaja a Belo Horizonte em setembro. Inicia em novembro o poema “A Meditação sobre o Tietê”. Adquire o Sítio Santo Antônio, em São Roque, construção bandeirista do século XVII. Mário de Andrade recusa convite do Diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, André Dreyfus, a prestar concurso para a cadeira de Literatura Brasileira. Sua justificativa foi a de que não possuía formação universitária tampouco conhecimento minucioso do assunto.	“Mundo Musical” e “O Banquete”; séries publicadas na <i>Folha de São Paulo</i> que propõem profundos debates sobre a criação artística, sobretudo a última, ficando-a inacabada (edição póstuma em 1978). <i>Obras Completas</i> (antologia). <i>O Empalhador de Passarinhos</i> . Dá entrevista para a revista <i>Diretrizes</i> : “A arte tem de servir”.	Estado Novo. II Guerra Mundial.
1945	Participa de 22 a 25 de janeiro, em São Paulo, do	<i>Lira Paulistana</i> . <i>O carro da miséria</i> .	Fim do Estado Novo. Fim da II Guerra

	Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores. Morre a 25 de fevereiro, vítima de enfarte do miocárdio, em sua casa à Rua Lopes Chaves. É enterrado no Cemitério da Consolação.	“A Meditação sobre o Tietê” (provavelmente o último poema escrito por Mário de Andrade, publicado a 12 de fevereiro). <i>Padre Jesuíno do Monte Carmelo</i> (estudos sobre a vida e obra de um pintor paulista do século XVIII). <i>Poesias Completas</i> (composto pelas partes: Paulicéia Desvairada; Losango Cáqui; Clã do Jabuti; Remate de Males; A Costela do Grão Cão; Livro Azul; Lira Paulistana; O Café).	Mundial. Morte de Hitler e Mussolini. Bombas nucleares destroem as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki.
1947		<i>Contos Novos</i> . (no conto “Tempo da Camisolinha” Mário de Andrade resgata o período que viveu com os pais e irmãos em Santos).	
1949	Morte da mãe de Mário de Andrade: Maria Luísa de Moraes Andrade.	<i>O Folclore no Brasil</i> .	
1952	A casa da Rua Lopes Chaves é transferida para a filha Maria de Lourdes, e muda-se para lá com os filhos e o marido, Eduardo Ribeiro dos Santos Camargo.		
1955		<i>Poesias Completas</i> (antologia).	
1963	Antonio Candido de Mello e Souza organiza o plano de tombamento da marginália de Mário de Andrade na biblioteca da casa da Rua Lopes Chaves.		
1966	Morte de Eduardo Ribeiro dos Santos Camargo.		
1968	São adquiridos pela Universidade de São Paulo, para o Instituto de Estudos Brasileiros – IEB, a biblioteca, a coleção de obras de arte e o arquivo do escritor.		

1971	A propriedade da Rua Lopes Chaves é transferida para Maria de Lourdes e os filhos.		
1972		<i>Poesias Completas</i> (antologia).	
1974	O Conselho Estadual de Cultura solicita, em abril, o tombamento da casa da Rua Lopes Chaves, devido ao seu valor histórico.		
1976	Tombamento da casa pelo Condephaat. Instalação do Centro de Arte Macunaíma na Rua Lopes Chaves, 546.		
1978		<i>O Banquete</i> (reunião de textos publicados em jornais durante o último ano de vida do escritor e constituídos de rica originalidade reflexiva a respeito da arte sob o domínio do capitalismo).	
1983	Criado o Museu de Literatura de São Paulo, cujo objetivo era transformar a casa de Mário de Andrade em centro de estudos literários. O Museu foi elaborado por Ilka Brunhilde Laurito, Miriam Moreira Leite e Telê Porto Ancona Lopez, sendo Ricardo Ramos o primeiro diretor.		
1992		<i>Será o Benedito!</i>	